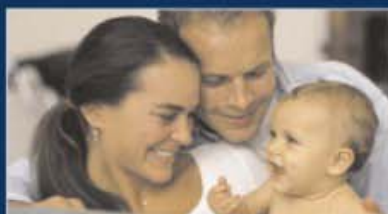




INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ISSN 0872-1610



Relatório e Contas

2011

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório e Contas 2011

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

50 exemplares

ISSN 0872-1610

ISBN 978-989-25-0153-6

Depósito Legal nº 79235/94

Periodicidade Anual

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



Apoio | ao cliente

808 201 808

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2012*

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência

Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
Apresentação	7
Introdução	9
A - Descrição da Atividade do INE em 2011	13
1. Desenvolvimentos da Atividade Estatística	15
1.1. A Atividade Estatística e o Impacto na Sociedade	15
1.2. Metodologia Estatística e Tecnologias de Informação e Comunicação	17
1.3. Recolha de Informação	23
1.4. Produção Estatística	29
1.5. A Difusão de Informação e a Procura de Informação Estatística	49
1.6. Avaliação e Gestão da Qualidade	55
1.6.1. Ações de Avaliação Externas e Comparações Internacionais	55
1.6.2. Auscultação aos Utilizadores	57
1.7. Cooperação Estatística Internacional	67
2. Análise Sintética do Balanço Social do INE	71
B - Contas e Demonstração de Resultados	77
1. Recursos Financeiros	79
1.1. Óptica da Contabilidade Pública	79
1.2. Óptica da Contabilidade Patrimonial	81
2. Situação Económica e Financeira	83
2.1. Balanço e Situação Patrimonial	84
2.2. Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos	84
2.3. Investimentos	86
2.4. Proposta de Aplicação dos Resultados	86
3. Outras Informações	87
3.1. RCM nº 155/2005 (nº9), de 6 de outubro	88
3.2. Lei nº 8/2012 (nº3 do Artigo 15º), de 21 de fevereiro	88
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	89
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	93
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	101
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	105

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório e Contas

2011



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório, que acompanha a apresentação das Contas relativas ao exercício financeiro do ano de 2011, visa apresentar os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida pelo INE e analisar os principais pontos da execução financeira explanada nas Contas e respetivos anexos.

Uma análise mais detalhada da execução da atividade do INE em 2011 será apresentada no **Relatório de Atividades**.

O presente documento está organizado em duas partes:

- Na primeira parte, faz-se uma apresentação sintética do conjunto da atividade exercida pelo INE ao longo de 2011: descrevem-se os aspetos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano de Atividades; enunciam-se as principais atividades na área da recolha e difusão de informação; faz-se referência às principais atividades no âmbito da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como ao nível internacional; caracterizam-se, ainda, os Recursos Humanos do INE, à data de 31 de Dezembro de 2011;
- Na segunda parte, apresentam-se as contas, bem como as demonstrações financeiras e respetivos anexos, elaborados em conformidade com a legislação em vigor.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da atividade estatística do INE em 2011 continuou a ter como enquadramento o Programa Estatístico Anual da Comissão e o Plano de Atividades relativos a 2011, documentos operacionais das estratégias europeia e nacional para 2008-2012, definidas respetivamente no Programa Estatístico Comunitário para as Estatísticas Europeias e nas Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional (LGAEN).

Os objetivos definidos para o INE, no âmbito do seu Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2011 (QUAR), avaliados no contexto do Relatório de Atividades, tiveram naturalmente em consideração a Missão do INE, a sua Visão para 2012, as LGAEN e o Plano de Atividades 2011:

Objetivos de Eficácia

- O1:** Consolidar e aumentar a oferta de informação estatística oficial, nomeadamente através da inclusão de indicadores de operações estatísticas delegadas no Banco de Dados de Difusão.
- O2:** Continuar a promover ações para o aumento da literacia estatística.
- O3:** Realizar com sucesso os Censos 2011.
- O4:** Cumprir o Plano de Formação definido pelo INE.

Objetivos de Eficiência

- O5:** Prosseguir o processo de modernização da produção das estatísticas oficiais e de alargamento da apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, reduzindo, assim, a carga sobre os respondentes.
- O6:** Implementar o novo Sistema de Metainformação do INE e respetiva disponibilização no Portal.

Objetivos de Qualidade

- O7:** Disponibilizar, em tempo útil, informação estatística oficial de qualidade, relevante para a sociedade, e melhorar os serviços prestados pelo INE, em termos de celeridade na resposta e de satisfação dos cidadãos.

Do vasto conjunto de atividades desenvolvidas pelo INE ao longo de 2011, são de destacar as seguintes, devidamente identificadas no Plano de Atividades:

- a) No âmbito da função **Coordenação do Sistema Estatístico Nacional**:
 - A concretização da cooperação interinstitucional com as entidades com delegação de competências, no sentido do cumprimento dos protocolos assinados, assim como com outras instituições que colaboram com o INE em estreita parceria para a prossecução de projetos de interesse relevante e com impacto na sociedade.
- b) No âmbito da melhoria de eficiência nos **processos de recolha de informação**:

- Continuação da expansão da recolha telefónica (CATI) nos inquéritos por entrevista, tendo o INE atingido uma percentagem de 68,8% (face a 37,4% em 2010) de entrevistas telefónicas conseguidas, no total de entrevistas possíveis, em resultado da maturidade atingida pelo Sistema Integrado do Centro de Contactos do INE (SICC), que permite ganhos significativos na qualidade da informação recolhida.
- Intensificação da recolha de informação por via eletrónica, com resultados alcançados de cerca de 85,2% das respostas recolhidas por via eletrónica no total de respostas possíveis, face a 81% no ano anterior. O Serviço WEBINQ registou um acréscimo de 21,6% na recolha de questionários face a 2010.

c) No âmbito da **produção estatística**:

- Realização com sucesso da operação Censos 2011, tendo-se registado uma elevada adesão de resposta via Web e a divulgação antecipada dos resultados preliminares e provisórios. Salienta-se ainda, a sua realização com um custo global aquém do previsto.
- Disponibilização de uma área dedicada às Contas Nacionais no Portal do INE.
- Realização da 2ª edição do inquérito à educação e formação de adultos.
- Adoção do modo de recolha telefónica do inquérito ao emprego a partir do 1º trimestre de 2011, dando início a uma nova série de dados desta operação estatística.
- Divulgação antecipada dos resultados definitivos do Recenseamento Agrícola 2009.
- Divulgação dos resultados do inquérito ao consumo de energia no setor doméstico, realizado em colaboração com DGEG/MEE.
- Divulgação dos resultados provisórios do inquérito às despesas das famílias 2010.
- Antecipação da divulgação das estatísticas das empresas – Sistema de contas integradas nas empresas.
- Divulgação dos resultados do modo *ad hoc* do Inquérito ao emprego sobre a conciliação do trabalho com a vida familiar.
- Elaboração do Inventário de fontes e métodos das Contas Nacionais, relativos à nova base de 2006, incluindo o desenvolvimento de *process tables*.

d) No âmbito da **difusão estatística**:

- Taxa de execução de 98,1% de disponibilização de informação estatística no prazo.
- Crescimento de 14,7% de disponibilização de Indicadores no Banco de Dados de Difusão acessível através do Portal do INE, salientando-se também os dados integrados da responsabilidade das entidades com delegação de competências.
- Redução do tempo médio de respostas a pedidos de esclarecimento e de informação gratuitos, para 0,655 dias úteis, face a 0,79 dias úteis em 2010.

e) No âmbito da **cooperação**:

- Liderança de projetos de grande envergadura e importância na UE, designadamente: “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa; “SDMX – Statistical Data and Metadata Exchange; e no “Projeto-piloto europeu de construção de índices de preços para habitação própria”. Participação em vários ESSnets de importância estratégica para o desenvolvimento do Sistema Estatístico Europeu. Acompanhamento da discussão de 6 propostas de atos legislativos no âmbito das reuniões do Grupo “Estatísticas” do Conselho da União Europeia.

- Desenvolvimento de ações de cooperação com o INE de Moçambique no âmbito dos Contratos formulados ao abrigo do Fundo Comum para Moçambique; e aprovação do projeto relativo ao Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste, aprovado pela reunião de pontos focais da CPLP, para execução em 2012.

No âmbito dos recursos no INE, além da preparação e execução das operações correntes, no decurso de 2011, decorreram os trabalhos relacionados com a maior operação estatísticas decenal realizadas no País: a recolha de informação relativa aos Recenseamentos da População e da Habitação (Censos2011).

A execução financeira do exercício em análise continuou a beneficiar do resultado de medidas destinadas a otimizar a execução orçamental, de que se destacam, designadamente, a adoção continuada de procedimentos de rigor e racionalização; e incremento do aproveitamento de atos administrativos para a produção de estatísticas oficiais; e, intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos (Internet e a entrevista telefónica).

Em 2011, o custo da produção estatística produzida pelo INE atingiu cerca de 65 milhões de euros e envolveu 673 trabalhadores em tempo integral, representando um volume de efetivos inferior em 0,6% ao planeado.

A despesa efetiva do INE em 2011 foi inferior em cerca de 18%, face à dotação planeada/orçamento inicial, devido essencialmente a um sistema rigoroso de controlo das despesas e às imposições da LOE.

No âmbito da sua AutoAvaliação no que diz respeito ao QUAR 2011, o INE atingiu um valor de 134,521%, que justifica a proposta de atribuição da menção de BOM.

É, ainda, de referir que, de novo, no âmbito do SIADAP 1, ao INE foi atribuída a Distinção de Mérito pelo seu desempenho ao longo de 2010.

A - DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DO INE EM 2011

1. DESENVOLVIMENTOS DA ATIVIDADE ESTATÍSTICA

1.1. A ATIVIDADE ESTATÍSTICA E O IMPACTO NA SOCIEDADE

A atividade do Instituto Nacional de Estatística por si, e por definição da sua missão de prestação de serviço público, tem um impacto evidente na sociedade portuguesa.

O Instituto Nacional de Estatística é a principal autoridade estatística ^(*).

Este capítulo do presente relatório descreve as atividades realizadas em 2011 pelo INE de acordo com as várias fases do Processo Estatístico: Metodologia e Tecnologias de Informação, Recolha de Informação, Produção Estatística e Difusão.

O Processo Estatístico é um processo complexo, que se concretiza em última análise junto da sociedade através da disponibilização de estatísticas relevantes, de qualidade, credíveis e de acesso fácil, em escrupuloso cumprimento pelos princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, cuja revisão ocorreu em 2011.

O impacto das estatísticas oficiais na sociedade é medido não só pela concretização dos objetivos eleitos para o QUAR, como também na execução de um conjunto vasto de outras atividades estruturantes na atividade do INE e do Sistema Estatístico Nacional, tal como inscritas no respetivo Plano de Atividades.

É também de salientar os documentos enquadramentos da atividade do INE tanto a nível europeu (o Programa Estatístico Europeu), como nacional (as Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional – LGAEN). De facto, o Programa Estatístico Comunitário dá resposta às necessidades de informação estatística a nível da União Europeia, com vista à formulação, aplicação, acompanhamento e avaliação das políticas comunitárias. As autoridades estatísticas nacionais e a autoridade estatística comunitária são responsáveis, respetivamente a nível nacional e a nível comunitário, pela produção de estatísticas comunitárias com observância do princípio da subsidiariedade.

A nível nacional, as LGAEN dão, simultaneamente, resposta aos compromissos estatísticos assumidos pelas autoridades portuguesas a nível europeu e às necessidades estatísticas identificadas internamente.

A atividade de uma autoridade estatística, como um Instituto Nacional de Estatística, tem, assim, por definição, um impacto relevante para as sociedades de hoje, cada vez mais, “sociedades de informação”, sendo responsável por um importante instrumento para o conhecimento da realidade e para a tomada de decisão a todos os níveis, público e privado, individual e coletivo, central, regional e local.

Em 2011, e para além da produção corrente com a qual a sociedade já se habituou a viver (inflação, emprego, evolução da atividade económica, comércio internacional, ...), o INE foi responsável pela i) realização dos Censos 2011, operação de inquestionável importância para a sociedade, ii) pela antecipação da divulgação dos resultados definitivos do Recenseamento Agrícola 2009 e iii) pela disponibilização na área do Portal de uma área dedicada às Contas Nacionais, dando, assim, respostas às solicitações expressas por muitos utilizadores.

(*) Outras autoridades estatísticas: Banco de Portugal (para as estatísticas monetárias e financeiras e da balança de pagamentos) e Serviço Regional de Estatística dos Açores e Direção Regional de Estatística da Madeira (para as estatísticas de âmbito regional)

A título de exemplo salientam-se os seguintes factos de relevo na prestação de um serviço de qualidade e de impacto na sociedade:

O INE na Imprensa:

- 271 Destaques disponibilizados à comunicação social.
- 1 038 pedidos de informação respondidos a jornalistas.
- 15 349 notícias sobre a atividade do INE, em Órgãos de Comunicação Social. No que diz respeito ao tipo de meio: 39% das notícias foram publicadas em meios de imprensa escrita nacional, 35% em meios on-line, 7% em rádio e 19% em TV.

Atendimento e Apoio a Clientes:

- 14 084 contactos telefónicos para esclarecimentos.
- 10 962 pedidos/respostas de informação estatística ou de esclarecimento (Portal, e-mail, Carta ou fax).
- 1 587 utilizadores nas bibliotecas do INE.

Atendimento e gestão do respondente de inquéritos por auto preenchimento:

- 79 314 contactos telefónicos recebidos.
- 108 196 contactos telefónicos efetuados.
- 72 413 chamadas recebidas com sucesso na linha de atendimento de apoio aos Censos 2011.

Difusão de dados e acesso ao Portal de Estatísticas Oficiais:

- 2 525 258 acessos ao Portal de Estatísticas Oficiais.
- 18 895 440 páginas visionadas no Portal de Estatísticas Oficiais.
- 1 613 510 visitantes únicos ao Portal de Estatísticas Oficiais.
- 5 922 indicadores disponíveis na Base de Dados de Difusão.
- 583 ocorrências/momentos de disponibilização de informação de operações estatísticas.
- 75 publicações editadas de informação estatística.

Atividades de literacia estatística:

- 1 699 visitantes (entre estudantes e docentes) recebidos em visitas de estudo.
- 31 pontos de acesso à Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES).
- 96 Sessões/2 552 participantes sobre as possibilidades de consulta de informação estatística na RIIBES.
- 1 467 participantes nos desafios apresentados no Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada.

Eventos organizados pelo INE:

- 11 eventos, que contaram com 844 participantes.

1.2. METODOLOGIA ESTATÍSTICA E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Metainformação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Implementação do novo Sistema de Metainformação do INE e sua disponibilização no Portal, destacando-se: - adoção de um novo modelo de Documento Metodológico e desenvolvimento de uma solução aplicacional de suporte, modernizando e flexibilizando a solução atualmente existente; - melhoria na integração da documentação metodológica das operações estatísticas com os dados por elas produzidos no Portal de Estatísticas Oficiais.	Concretizada parcialmente. - lançamento de concurso para uma nova aplicação de suporte ao Sistema de Metainformação e foi iniciado o desenvolvimento informático, tendo-se terminado o módulo de classificações no final do ano; o novo sistema de Metainformação só ficará disponível na sua globalidade em 2012. - aprovação de um novo formato de Documento Metodológico, adaptado à evolução das características das operações estatísticas.
<i>Outros desenvolvimentos nãoelicitados no Plano de Atividades</i>	• Definição e registo de indicadores para o Portal; • Definição e registo de variáveis de observação para alguns questionários; • Definição de regras para a definição de variáveis de observação face ao tipo de questões, a fim de tornar possível a geração de metainformação para a criação de questionários eletrónicos; • Preparação de condições para a adoção de um processo de Certificação Técnica mais eficiente; • Conclusão do projeto ESSnet em SDMX e organização no INE de um workshop de conclusão do projeto; coerente com o REC; • Preparação de um normativo a propor à Secção Permanente de Coordenação Estatística para análise de conceitos para fins estatísticos pelos GT e TF do Conselho Superior de Estatística; • Início da revisão dos conceitos das áreas temáticas “Economia e Finanças” e “Educação e Formação”; • Revisão de vários questionários aplicando as melhores práticas de conceção e testes de questionários; • Elaboração do Índice alfabético da CPP/2010; • Início da elaboração da Classificação do Consumo das Administrações públicas; • Aprovação, no GT CES, da Classificação do Consumo para as Instituições sem Fins Lucrativos.

Bases de Unidades Estatísticas	
Plano	Atividades desenvolvidas
Implementação das tecnologias de suporte aos grupos de empresas (EGR Nacional) e das suas interações com o EGR – “EuroGroups Register (EGR Central)”.	Concretizada. Foi desenhada uma arquitetura de referência para a troca de dados entre os INE’s e o Eurostat e implementado um protótipo aplicacional. Esse protótipo foi apresentado aos estados membros e ao Eurostat em outubro de 2011, num workshop sobre o tema, organizado pelo INE. Ao longo de 2011, foram feitas várias apresentações internacionais sobre o tema e o projeto em que Portugal está envolvido.
Estabelecimento de novos protocolos com entidades que disponham de informação suscetível de aumentar a cobertura e atualização tão frequente quanto possível, das Bases de Unidades Estatísticas.	Concretizada. Realizaram-se várias reuniões de trabalho no sentido de estabelecer um protocolo com o IMTT, para obtenção de diversa informação sobre veículos, para suporte às operações estatísticas neste âmbito.
Constituição da Base de Explorações Agrícolas com informação do Recenseamento Agrícola 2009.	Concretizada parcialmente. Ao longo de 2011, foram implementados processos de limpeza, transformação e controlo de qualidade sobre a informação recolhida no RA2009. Prevê-se a finalização desse trabalho e a atualização com fontes administrativas, no primeiro semestre de 2012.
Métodos Estatísticos	
Plano	Atividades desenvolvidas
Conclusão da metodologia para a construção e atualização da nova base de amostragem dos Inquéritos às Famílias, no pós Censos 2011.	Concretizada. Atividade a concluir em 2012, por força da prioridade na definição da infraestrutura, implementação e fluxos de atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA) constituído a partir da informação dos Censos 2011. Estão atualmente a ser desenvolvidos estudos para a constituição da Base de Amostragem (a selecionar a partir do FNA), que servirá de suporte à seleção das amostras para os inquéritos a realizar a partir de 2013.
Infraestrutura de Georreferenciação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Manutenção da Infraestrutura de Referenciação Geográfica (IRG), de suporte à produção e divulgação da informação estatística oficial.	Concretizada através de: i) constituição e controlo de qualidade posicional da base geográfica de edifícios dos Censos 2011 (BGE); ii) início dos trabalhos de edição da base de segmentos de arruamentos (BSA); iii) início da revisão do modelo de dados da IDE em conformidade com as disposições da diretiva INSPIRE; iv) desenvolvimento de uma aplicação sig web para visualização da BGRI2011 e resultados dos Censos 2011; v) desenvolvimento da aplicação GeoEdif iQCensos2011, destinada a georreferenciação dos edifícios do IQCensos2011; vi) execução e impressão dos suportes cartográficos do IQCensos2011.

Continuação da colaboração com as Câmaras Municipais e Associações de Municípios para a atualização e manutenção da Base Geográfica de Edifícios (BGE) e da Base de Segmentos de Arruamentos (BSA).	Concretizada. Início do estudo conducente à definição da estratégia de atualização dos dados da IDE, alicerçada numa estratégia de colaboração com as entidades INSPIRE PT e Municípios.
Desenvolvimento de Metodologias de Geointegração da Informação Estatística - gestão e manutenção da GEODATABASE do Sistema de Informação Geográfica (INESIG) e desenvolvimento de metodologias de integração com o DataWarehouse.	Concretizada. Produção de serviços wmf experimentais em conformidade com a diretiva INSPIRE para integração em aplicações sig web. Ensaiai a modelização da BSA para o cálculo de indicadores de acessibilidade a centros urbanos e equipamentos escolares.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Organização da EFGS Lisboa Conference, no âmbito do ESSNet GEOSTAT. Acompanhamento dos trabalhos dos Grupos de Trabalho do INSPIRE PT.

Tecnologias de Informação e Comunicação

Plano	Atividades desenvolvidas
Introdução de novas funcionalidades no Portal de Estatísticas Oficiais e de melhorias na sua navegabilidade.	Concretizada com a introdução de diversas melhorias, entre elas destaca-se: a pesquisa nos principais quadros, a construção de uma aplicação interativa com indicadores dos Censos 2011, uma área específica para as Contas Nacionais, apresentação de indicadores estatísticos de maior complexidade e facilidades na seleção de filtros para os mesmos. Foram realizados os primeiros testes sobre a representação de indicadores em gráficos representativos de pirâmides etárias.
Introdução de melhorias na gestão do Banco de Dados de Difusão para agilizar o seu acesso via Portal, permitindo designadamente a disponibilização de indicadores estatísticos de maior complexidade.	Concretizada com a introdução de alterações profundas neste âmbito, o que permitiu a disponibilização de indicadores estatísticos de maior complexidade. De realçar, que essas alterações permitiram antecipar a disponibilização de indicadores do Comércio Internacional, que era uma medida Simplex. Ao mesmo tempo, preparou-se toda a estrutura de dados para a divulgação dos resultados dos Censos 2011.
Implementação/desenvolvimento do Sistema Integrado do Centro de Contactos do INE.	Concretizada com a continuação da conceção, desenvolvimento e entrada em produção do centro de contactos genérico do INE – SICCG, o qual dotou o INE de capacidades para construir campanhas de Inbound e Outbound de forma genérica, viabilizando a reutilização e normalização de processos. Existem atualmente campanhas integradas de apoio à resposta a questionários das operações estatísticas e à difusão do INE.
Desenvolvimento do HomeCATI – recolha telefónica através de entrevistadores.	Concretizada. A recolha CATI foi iniciada com entrevistadores telefónicos pertencentes ao INE. Em 2011, o INE passou a fazer a recolha CATI recorrendo aos entrevistadores presenciais, os quais, dotados de equipamento preparado para o efeito, passaram a fazer também entrevistas telefónicas nas suas próprias casas.

Melhoria da infraestrutura tecnológica do INE.	Concretizada através de: i) upgrade de sistemas para ambientes de 64 bits (desempenho); ii) migração de sistemas críticos para ambientes de alta disponibilidade (fiabilidade); iii) migração de sistemas para ambientes virtuais (consolidação, redução de custos); iv) migração de sistemas para ambientes standards Open Source (normalização, integração, redução de custos).
Aumento do número de operações estatísticas integradas no Sistema Global de Gestão de Inquéritos (SIGINQ).	Concretizada: No âmbito da unidade estatística “empresa” e “estabelecimento”, foram integradas no Sistema Global de Gestão de Inquéritos – Inquéritos por autopreenchimento (SIGINQ-IAP) três operações estatísticas: IASM, PRE-IPPI e IUTICEH; foram reformuladas, incluindo manutenção evolutiva, a maioria das operações estatísticas integradas anteriormente neste sistema. A integração de operações estatísticas no SIGINQ-IAP é composta em grande parte pelo sistema de recolha, integrado com os demais sistemas. Em 2011 foi desenvolvida uma nova componente de suporte aos formulários eletrónicos integrada no SIGINQ, a qual passará a permitir a integração, com base em metainformação técnica, de questionários com sequências de ciclos de respostas, tendo em atenção os objetivos seguintes: • seguir estritamente as regras de acessibilidade impostas por normas internacionais e exigidas por decreto português aos sites da administração pública; • potenciar a utilização do ORACLE em detrimento da ferramenta .NET, em virtude de ser uma ferramenta mais estável e com menos atualizações; • reforçar a integração com os restantes subsistemas do SIGINQ-IAP; • facilitar a introdução de novos formulários eletrónicos, de uma forma rápida, flexível, robusta, fácil, normalizada e genérica; • garantir a interligação com o SMI - Sistema Integrado de Metainformação Estatística do INE. No âmbito da unidade estatística “unidade de alojamento”, foi integrada no Sistema Global de Gestão de Inquéritos – Inquéritos por entrevista (SIGINQ-IE) a operação estatística PIAAC e três módulos do Inquérito ao Emprego: movimentos migratórios de saída (IMMS), emprego das pessoas com deficiência (EPD) e módulo ad hoc (educação); Foram também reformuladas duas operações estatísticas: IUTICF e IDR. No SIGINQ-IE foi potenciada a ligação ao Sistema Integrado de Gestão de Entrevistadores, permitindo um maior controlo de todo o trabalho realizado pelos entrevistadores.

Continuação da promoção da integração, no <i>DataWarehouse</i> (DW), dos resultados das operações estatísticas atuais e históricas com informação administrativa recebida ao abrigo dos protocolos celebrados, bem como de estudos de qualidade da informação, transversais às várias áreas de matéria do INE, com recurso aos dados existentes no DW e às novas funcionalidades da ferramenta disponível.	Concretizada com: i) continuação da integração de operações estatísticas no DW, integrando as diversas fontes administrativas, como a nova IES; ii) início da série histórica do Inquérito ao Emprego e algumas operações estatísticas dos órgãos delegados, informação de gestão sobre o centro de contactos e inquéritos de satisfação aos utilizadores de informação estatística; iii) construção de diversos modelos de dados sobre dados de recolha, para acompanhamento do processo de recolha das operações estatísticas.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	No âmbito do Censos 2011, foram concebidos e desenvolvidos os sistemas de correções automáticas (SCA) e de cálculo e especialização (SCE). Apoio à execução do Inquérito de Qualidade dos Censos 2011. Entrada em produção do Sistema Vitais de apoio às estatísticas demográficas, integrado com o Sistema SIRIC do IRN. Aquisição de um software desenvolvido à medida por uma empresa externa para efetuar a conversão do acordo ortográfico, recorrendo à utilização do lince, sobre dados residentes em base de dados.

1.3. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

O objetivo de continuação do investimento na modernização dos métodos de recolha foi concretizado, contribuindo significativamente para a eficácia e eficiência do processo produtivo, no âmbito da implementação das LGAEN 2008-2012, em particular na sua linha de atuação “reduzir globalmente os custos com a produção estatística”, nomeadamente:

- Consolidação do modo telefónico nos processos de recolha, no controlo de qualidade e no atendimento a prestadores de informação. Merece especial destaque a consolidação do Sistema Integrado de Centro de Contactos do INE (SICC), em especial a recolha telefónica através de entrevistadores (HomeCATI). Esta iniciativa inovadora confirmou-se como uma opção viável e adequada para as famílias e indivíduos respondentes, servindo igualmente aos propósitos de eficiência na atividade de produção estatística;
- Início da conceção e do desenvolvimento da recolha eletrónica de preços e quantidades de produtos comercializados por relevantes cadeias comerciais nacionais (scanner data). Destaca-se o sucesso no envolvimento neste projeto dos dois maiores grupos nacionais de distribuição alimentar;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos (SIGINQ) com vista à automatização de todas as fases do processo de recolha, nomeadamente nos inquéritos por autopreenchimento. Destaca-se a implementação do modelo de análise seletiva de dados baseado no modelo de “scores”, em que os casos com maior potencial de impacto nos resultados assumem maior prioridade e investimento no processo de análise;
- Introdução de inovações na operacionalidade das equipas de inquéritos por entrevista, com a utilização do Sistema Integrado de Gestão de Entrevistadores (ENTR);
- Ampliação da wiki do INE enquanto meio de divulgação interna de indicadores de recolha das diversas operações e processos de recolha;
- Consolidação do Controlo Telefónico de Recolha (CTR), que visa supervisionar, de forma amostral e por telefone, aspetos essenciais das entrevistas realizadas. Esta iniciativa de controlo de qualidade dos inquéritos por entrevista é assegurada por uma estrutura nacional e independente da equipa de recolha de campo;
- Consolidação do modelo de gestão da qualidade na recolha de dados, nomeadamente através da exigência de níveis de serviço nos procedimentos de recolha.

Operações não correntes com particular impacto na atividade de recolha em 2011

- **Censos 2011**, em que houve um envolvimento significativo de recursos na recolha de informação, nomeadamente em Lisboa e Vale do Tejo e na Linha de Atendimento a respondentes, que assegurou um número significativo de respostas a chamadas telefónicas.

- Inquérito de Qualidade dos Censos 2011 (**IQ Censos**), planeado e executado por uma estrutura independente da utilizada na operação principal. Destaca-se o impacto do trabalho de emparelhamento preliminar de chaves de identificação, com o objetivo de permitir os primeiros resultados de aferição dos erros de cobertura;
- Inquérito à Educação e Formação de Adultos (2ª edição).

Melhorias na atividade de recolha das operações correntes

- Inquérito ao Emprego: alteração do processo de recolha, agora baseado num modo misto (presencial e telefónico). Destaca-se o sucesso da iniciativa HomeCATI e o facto de se ter recolhido por telefone cerca de 60% das entrevistas conseguidas no quarto trimestre;
- Intrastat: consolidação do módulo de análise de microdados e diminuição do ciclo de recolha;
- Indicadores de curto prazo (quantitativos):
 - Índice de produção de produtos industriais (IPPI): conceção e realização de um pré-inquérito destinado a renovar a relação de produtos a recolher por empresa em 2012;
 - Inquérito ao volume de negócios e emprego (comércio, indústria, serviços e na construção e obras públicas): integração no SIGINQ.

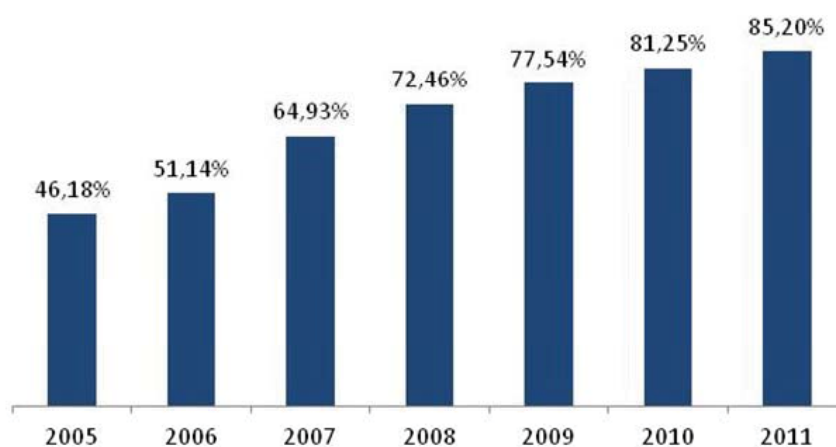
Recolha Eletrónica – WebInq

Prosseguiram as ações de intensificação da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos de recolha de dados junto das empresas, com o alargamento de sistemas eletrónicos de recolha a mais operações estatísticas.

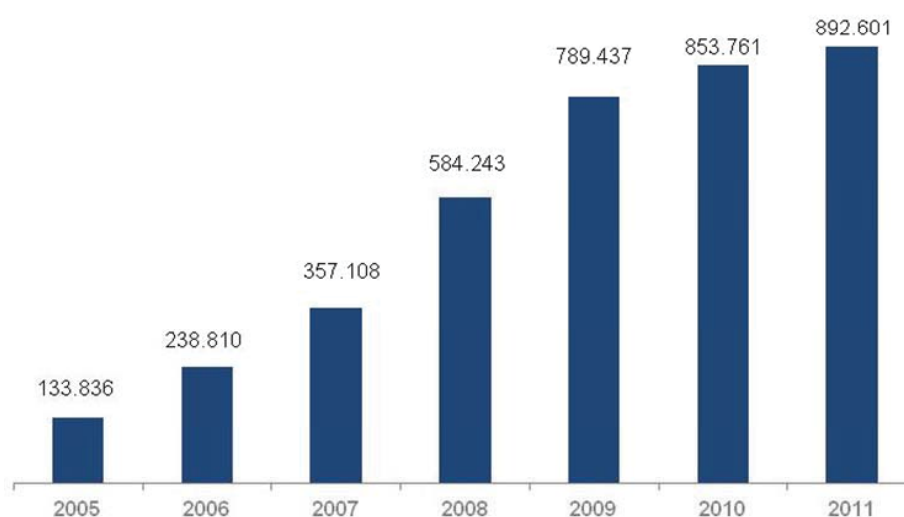
Verificou-se que 85,2% das respostas foram recolhidas por via eletrónica, em resultado, essencialmente, do alargamento a mais operações do sistema de recolha de dados do INE pela Internet, disponível via Portal – WebInq.

O serviço WebInq registou 892.601 visitas (mais 4,5% do que no ano anterior), tendo sido recolhidos 635.950 questionários (acréscimo de 21,6% em relação a 2010).

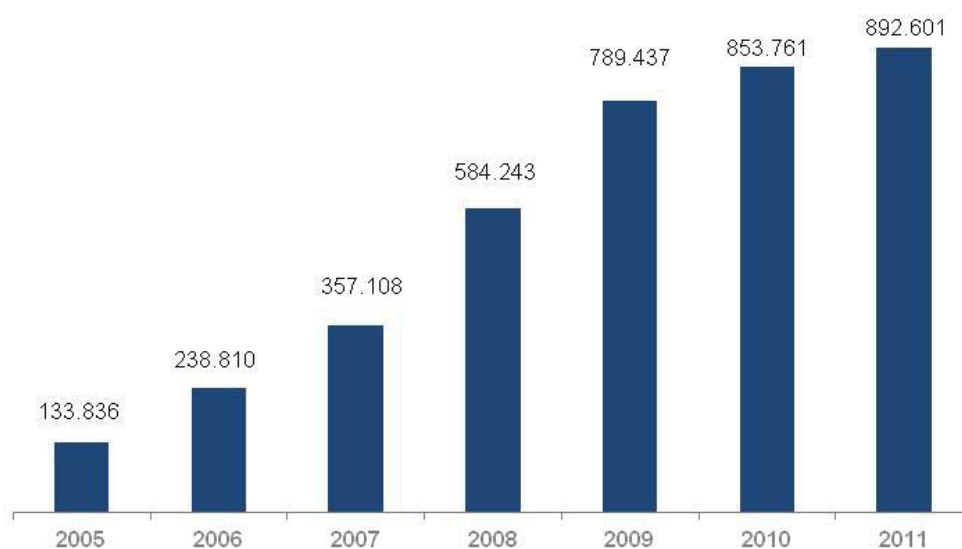
Recolha Eletrónica - % de Respostas recolhidas



Número de visitas anuais ao WebInq



Número de entregas de questionários anuais no WebInq



Recolha Telefónica (CATI)

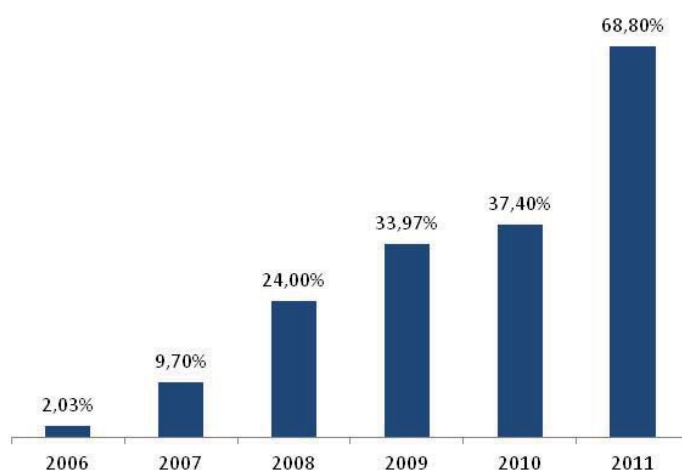
Foram asseguradas 77.969 entrevistas CATI, o que significa que cerca de 68,8% do total de entrevistas passíveis de realização por telefone foram realizadas por essa via.

A adoção da recolha telefónica visa “reduzir globalmente os custos com a produção de informação estatística”, objetivo contemplado nas LGAEN 2008-2012.

A recolha telefónica nos inquéritos por entrevista obteve um resultado bastante acima do programado, em resultado da adoção definitiva do modo misto de recolha (presencial e telefónico) no Inquérito ao Emprego, em que foi possível recolher por telefone cerca de 60% das entrevistas conseguidas no quarto trimestre.

Destaca-se ainda a maturidade atingida pelo Sistema Integrado do Centro de Contactos do INE (SICC), que permitiu sustentar uma nova fase da recolha telefónica, suportada por uma infraestrutura de distribuição eficiente de chamadas realizadas pelos entrevistadores, distribuídos pelo continente e regiões autónomas, a partir de casa (HomeCATI). Confirma-se que o SICC permite ganhos significativos na qualidade da informação recolhida, devido à utilização da entrevista por guião e de mecanismos de supervisão centralizada e em momento diferido da entrevista.

Recolha Telefónica - % de Entrevistas conseguidas



Procedimentos de Gestão e Controlo da Qualidade

Prosseguiram as ações de consolidação do sistema de gestão de processos de recolha, integrado noutro mais abrangente, de controlo dos diferentes aspetos da produção de dados estatísticos (o Sistema Global de Gestão de Inquéritos - SIGINQ), constituído por diversos subsistemas, designadamente para a gestão de Processos de Recolha por Auto Preenchimento (GPaP) e do Processo de Recolha por Entrevista (GPie).

Procedeu-se ao aumento das funcionalidades do GPie, ao seu alargamento ao Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA 2011), assim como ao envolvimento definitivo do Inquérito ao Emprego (CATI) e a sua integração no SICC.

Realizou-se a conceção e desenvolvimento do Sistema de Gestão de Entrevistadores (ENTR), para melhorar a operacionalidade das equipas de inquéritos por entrevista, nomeadamente a gestão da seleção e contratação de prestadores.

Foi alargada a utilização do GPap a diversas operações, entre as quais se destacam:

- Inquérito às Associações de Socorros Mútuos;
- Inquérito ao volume de negócios e emprego (comércio, indústria, serviços e na construção e obras públicas);
- Pré-Inquérito aos Preços na Produção de Produtos Industriais.

No Intrastat, foi implementado o módulo de análise de microdados do GPap, sendo a operação pioneira nesta nova abordagem a generalizar a outros projetos.

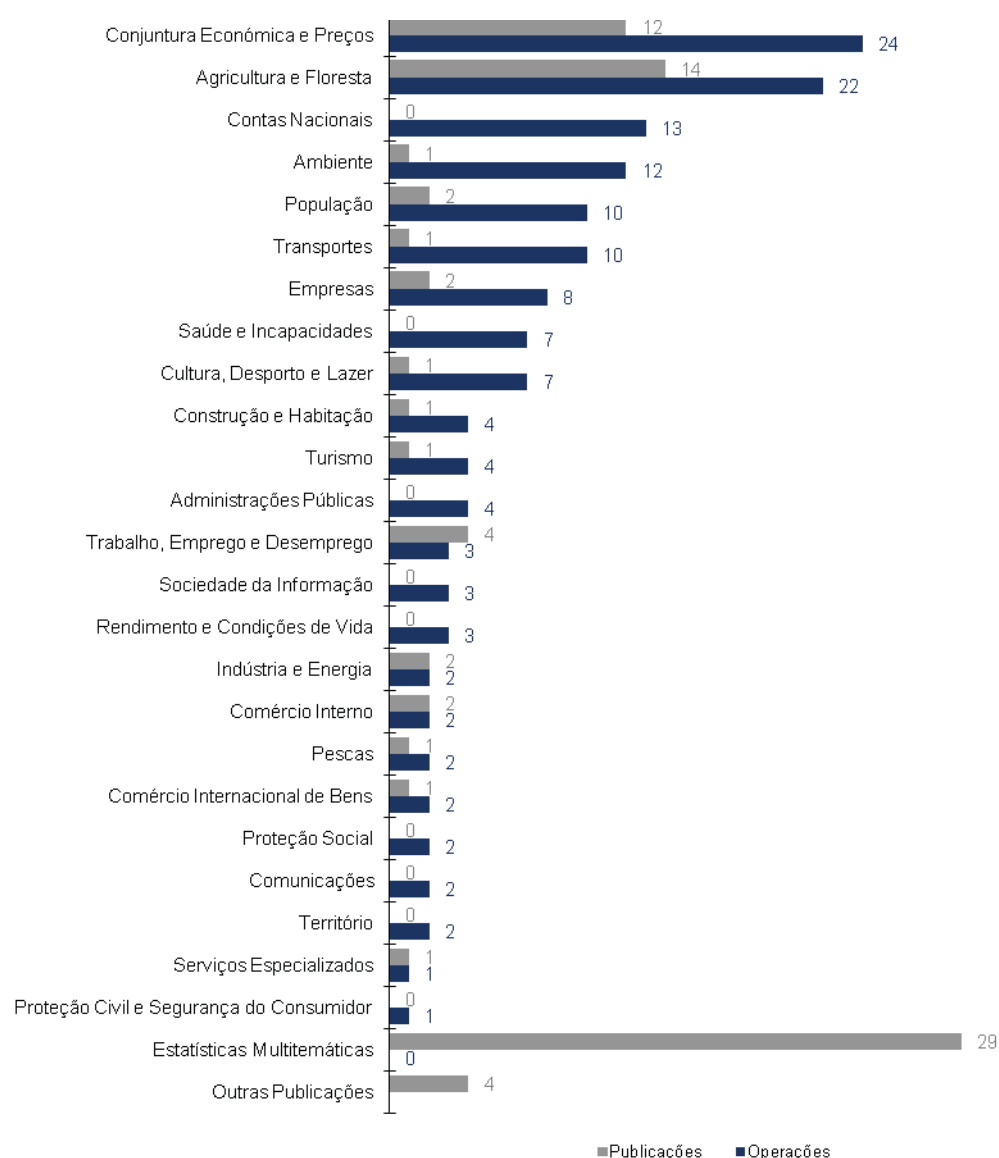
1.4. PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

No Plano de Atividades para 2011 estava prevista a realização de 150 Operações Estatísticas, a que correspondiam 583 Ocorrências/momentos de Disponibilização de Informação e a Edição de 82 Publicações.

Das Operações Estatísticas previstas, todas disponibilizaram informação em 2011 e apenas ficaram por disponibilizar 3 ocorrências: “Causas de Morte - 2010”, “INSAAR (v. física) – 2010” e “INSAAR (v. econ. financ.) – 2010”. Não foram editadas 7 publicações, que transitam para 2012: “Anuário Estatístico de Portugal 2010”, “Península Ibérica em Números 2010”, “Estatísticas da CPLP”, “Estatísticas Demográficas 2010”, “Revista de Estudos Demográficos nº 50”, “Estatísticas da Produção Industrial 2010” e “Pressão Construtiva 2002-2010”.

As restantes Operações Estatísticas e publicações editadas distribuíram-se por 26 áreas estatísticas.

Operações Estatísticas e Publicações, por Área Estatística (Nº)



Do total de ocorrências previstas para 2011, 99,5% foram efetivamente concretizadas, tendo sido 98,1% disponibilizadas no prazo previsto (na data ou com antecipação) e 1,6% com atraso.

Descrevem-se, sucintamente, as principais atividades desenvolvidas em 2011, por área estatística, de acordo com o previsto no Plano de Atividades.

Maior detalhe da informação estatística divulgada e edição de publicações, assim como as justificações dos eventuais atrasos na sua disponibilização, estão disponíveis em anexo a este Relatório.

1.4.1. População e Sociedade	
População	
Plano	Atividades desenvolvidas
RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO 2011: - Promoção da participação nos Censos 2011 de acordo com as ações previstas no Programa de Comunicação. - Recrutamento, seleção e formação dos entrevistadores. - Realização da recolha da informação, em suporte papel e pela internet. - Supervisão do tratamento das respostas em papel através de leitura ótica, bem como das respostas via internet. - Tratamento dos dados recolhidos relativos à população e à habitação.	Concretizada com a finalização das ações de campanha de informação e sensibilização e arranque da campanha a 9 de março. Concretizada com o recrutamento, seleção e formação de cerca de 25 mil pessoas envolvidas nos trabalhos de campo; Concretizada com: i) finalização do suporte cartográfico; ii) distribuição do material e documentação às equipas de terreno; iii) disponibilização das aplicações informáticas de suporte ao trabalho de campo e georreferenciação de edifícios; iv) início da fase de distribuição dos questionários (7 de março); início da fase de recolha de dados (21 de março) e abertura do site de resposta pela Internet. Ao longo do 2º trimestre de 2011, foram executadas as atividades de recolha dos Censos 2011. A recolha de informação decorreu de forma positiva; cerca de 50% da população respondeu pela internet e verificou-se uma antecipação na conclusão dos trabalhos de campo. A realização da operação Censos 2011, que decorreu com um êxito assinalável, para além do enquadramento e apoio da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2011 do Conselho Superior de Estatística, envolveu todas as Autarquias Locais as quais, em estreita colaboração com o INE, desenvolveram um trabalho intenso, responsável e de qualidade na coordenação e execução do trabalho de campo. Concretizada com a realização dos trabalhos de acompanhamento e especificações técnicas no âmbito da fase de processamento dos dados recolhidos. Os trabalhos foram assegurados em regime de outsourcing, com o acompanhamento técnico permanente do INE. Concretizada com a execução dos trabalhos de tratamento e processamento dos questionários e da informação, os quais são assegurados em regime de outsourcing, com acompanhamento técnico permanente do INE. Esta fase decorreu de acordo com o calendário previsto.

- Publicação dos resultados preliminares até 4 meses após o momento censitário.	Concretizada: 100 dias após o momento censitário (21 de março de 2011) o INE divulgou os resultados preliminares dos Censos 2011, a 30-06-2011, antecipando a data prevista. Foram desenvolvidos diferentes produtos de difusão com os resultados preliminares, os quais se encontram disponíveis no portal do INE. A Newsletter dos Censos 2011 encerrou o processo de edição, com a disponibilização do nº 9, o qual inclui a análise dos resultados preliminares, de acordo com o previsto.
- Apuramento e análise dos resultados provisórios até final de 2011.	Concretizada com a realização, a nível interno, dos trabalhos de preparação das especificações técnicas e validação do plano de apuramentos, tendo em vista a consolidação das bases de dados, bem como o desenho da publicação de suporte à divulgação dos resultados provisórios. Os resultados provisórios foram divulgados em 7 de dezembro de 2011, antecipando em cerca de 2,5 meses o calendário inicial previsto para fevereiro de 2012.
- Análise comparativa entre os dados disponíveis nos ficheiros administrativos e os resultados preliminares dos Censos 2011.	Concretizada com a realização de análises comparativas, sempre que possível, entre os resultados preliminares e provisórios dos Censos 2011 e alguns ficheiros administrativos, designadamente a BDIC. Neste âmbito foram igualmente continuados os trabalhos de exploração dos ficheiros administrativos para fins censitários, nomeadamente, da Segurança Social, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Quadros de Pessoal do Ministério do trabalho.
- Realização do Inquérito de Qualidade.	Concretizada com a realização do Inquérito de Qualidade (IQ Censos), após o final da recolha de dados dos Censos 2011. O IQ Censos foi realizado de forma independente, tendo sido a responsabilidade técnica e metodológica atribuída a uma entidade independente externa ao INE, selecionada através de concurso público. Constituiu uma operação estatística autónoma, através da qual se procedeu à reinquirição de parte das unidades estatísticas observadas na operação censitária. A amostra, constituída por 290 secções estatísticas, foi percorrida exaustivamente, de forma a obter uma nova contagem de edifícios e de unidades de alojamento. Assim, foram verificados cerca de 66.700 edifícios e 109.500 alojamentos. Os resultados provisórios do IQ Censos, fornecem informação relativa às taxas de cobertura líquidas e respetivos erros padrão, para as principais unidades estatísticas recenseadas: Edifício, Alojamento Familiar, Família Clássica e Indivíduo Residente. Estes resultados foram divulgados a 7 de dezembro de 2011 na Publicação “Censos - Resultados provisórios – 2011”, no Portal do INE. Uma síntese dos resultados do IQ Censos foi ainda integrada no Destaque relativo à divulgação dos dados provisórios dos Censos 2011.
Indicadores demográficos - Aumento da oferta de informação estatística no Portal, através do	Concretizada com: i) a criação de novos indicadores na área das migrações internacionais; ii) a reestruturação dos indicadores de nupcialidade, em sequência da alteração legislativa de 2010, que

alargamento das séries de indicadores demográficos existentes e da criação de novos indicadores, nomeadamente na área das migrações internacionais.	permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo; iii) criação de novos indicadores de mortalidade e natalidade.
Esperança de Vida - Disponibilização do indicador “Esperança Média de Vida” numa base definitiva para 2010 e numa base provisória para 2011.	Concretizada, segundo os compromissos assumidos pelo INE.
Estimativas e projeções demográficas - Conceção, desenvolvimento e teste da metodologia para revisão das Estimativas Provisórias da População Residente 2001-2010, com a incorporação dos resultados dos Censos 2011.	Concretizada. No âmbito deste objetivo foi ainda desenvolvido um estudo inédito no INE, que compreendeu a avaliação dos desvios das estimativas provisórias de população residente face aos resultados censitários (preliminares e provisórios). Os resultados deste estudo é um input fundamental na avaliação das componentes demográficas, nomeadamente as migrações internas, que exigem um maior esforço de precisão no futuro exercício anual de estimativas de população residente (pós Censos 2011).
Migrações - Acompanhamento ativo nos grupos de trabalho internacionais, nomeadamente da UNECE e Eurostat, respeitantes às questões sobre populações migrantes – medição de fluxos e stocks, indicadores de caracterização socioeconómica e indicadores de integração.	Concretizada. Adicionalmente, o INE participou pela primeira vez na reunião da OCDE - Annual Meeting of SOPEMI International Migration Correspondents; participou ainda na Task Force do Eurostat Use of Administrative Data for Migration Statistics.
Implementação da base de dados da Família com base no estudo de viabilidade executado em 2010.	Concretizada parcialmente. Foram selecionados alguns indicadores e aguarda-se a disponibilidade dos resultados dos Censos 2011, para análise.
Dossiê de Género – Melhoria da base de dados de género, com a criação de novas áreas temáticas, designadamente a Proteção Social, e respetivos indicadores.	Concretizada: i) validação do Dossiê de Género (DG), disponível no site do INE e da respetiva meta informação; ii) debate sobre as definições e os indicadores no âmbito do regime de parentalidade, de maio de 2009, DL nº 91/2009; iii) proposta e seleção de novos indicadores para incluir na nova área temática Proteção e Exclusão Social, atualização e criação/seleção de novos indicadores nos temas Decisão, Conciliação Trabalho/ Vida Familiar e Atividade, Emprego e Desemprego; análise especial de indicadores relativos à Saúde e Empreendedorismo; iv) criação de um novo tema designado Proteção e Inclusão Social (designação adotada, para a inicialmente prevista como Proteção e Exclusão Social) na linha da Área estratégica nº 10 – Inclusão social prevista no IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação, 2011-2013 (IV PNI); o novo tema engloba os indicadores ligados à parentalidade, que transitaram do tema

	Conciliação Trabalho /Vida Familiar, o rendimento mínimo garantido, o rendimento social de inserção, subsídio de desemprego e doença bem como os indicadores de risco de pobreza; v) definição e carregamento, no tema Atividade, Emprego e Desemprego, do indicador estrutural Disparidade salarial entre homens e mulheres (Série CAE Rev. 2.1 - %) na população empregada em empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (Gender Pay Gap); atualização e validação do tema Decisão e criação de novos indicadores, nomeadamente, Membros dos Conselhos de Administração das 20 maiores empresas cotadas em bolsa – PSI 20 e a proporção dos Membros dos Conselhos de Administração das 20 maiores empresas cotadas em bolsa – PSI 20 (%). Coordenação dos trabalhos do Grupo de Acompanhamento da Execução Adenda ao Protocolo de Género 2004 (GA), composto pelo Instituto Nacional de Estatística I.P. (INE), pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), responsável pelo relatório anual com recomendações para o desenvolvimento do trabalho futuro. Coordenação do subgrupo de trabalho sobre Violência de Género (SgTVG) a funcionar no seio Grupo de Acompanhamento da Execução Adenda ao Protocolo de Género 2004 (GA). Discussão e análise do indicador Gender Pay Gap no seio do Grupo de Acompanhamento da Execução da Adenda ao Protocolo de Género 2004 (GA) e com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (GEP/MTSS). Elaboração de contributos para o enquadramento do I Plano para a Igualdade da Presidência do Conselho de Ministros – Género, Cidadania e Não Discriminação, 2011-2013, (I PI PCM). Caracterização dos organismos que integram a PCM, incluída, no I PI PCM com base nos dados recolhidos pela Secretaria Geral. Calendarização das medidas direta ou indiretamente atribuídas ao INE, I.P. no IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e Não Discriminação, 2011-2013 (IV PNI). Participação nos trabalhos da Task Force on indicators of gender equality coordenada pela Comissão Económica para a Europa das Nações Unidas - United Nations Economic Commission for Europe (UNECE) e cujo mandato foi aprovado pelo Bureau of the Conference of European Statisticians.
--	---

Inquérito às Gerações e Género - Conclusão do estudo de viabilidade para a implementação do Inquérito às Gerações e Género (Generations and Gender Survey (GGS)), no âmbito do projeto Generations and Gender Programme, coordenado pela PAU (Populations Activity Unit)/UNECE (United Nations Economic Commission for Europe).	Não concretizada.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Contributos para questionário de apoio ao “Estudo para Identificar e Mapear Dados e Recursos sobre Violência Sexual contra as Mulheres” adjudicado ao Lobby Europeu de Mulheres (EWL) Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE). Contributos para a preparação do relatório sobre o progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no trabalho, emprego e formação profissional, relativo a 2010, da responsabilidade da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). Revisão do I Plano para a Igualdade da Presidência de Conselho de Ministros- Género, Cidadania e Não discriminação, 2011-2013 (I Plano Revisto).
Trabalho, Emprego e Desemprego	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito ao Emprego (IE) - Adoção do modo de recolha telefónica no Inquérito ao Emprego, a partir do 1º trimestre de 2011. - Produção, numa base trimestral, de artigos relativos a temáticas do mercado do trabalho visando o aumento da compreensão por parte dos utilizadores dos fenómenos observados, dos conceitos, medidas e metodologias. - Prossecução do processo de transição para <i>DataWarehouse (DW)</i> dos dados históricos do Inquérito ao Emprego.	Concretizada com a divulgação, em maio de 2011, de estimativas do Inquérito ao Emprego, relativas ao 1º trimestre de 2011, obtidas a partir de um novo modo de recolha de informação (modo misto, que combina a inquirição presencial com a inquirição por telefone), dando início a uma nova série de dados desta operação estatística, devidamente apresentadas aos principais utilizadores. Concretizada com a produção, durante o ano de 2011, de quatro artigos para a rubrica <i>Tema em análise</i> da publicação trimestral <i>Estatísticas do Emprego</i>: Taxas de desemprego mensais – Estimativas para Portugal – Parte II; Medida do impacto da alteração no modo de recolha da informação no Inquérito ao Emprego no 1º trimestre de 2011; Acidentes de trabalho e problemas de saúde relacionados com o trabalho (ATPS 2007) – Módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego de 2007; e Conciliação da vida profissional com a vida familiar – módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego de 2010. Concretizada com a realização dos trabalhos necessários para operacionalizar e automatizar a transição das séries 1992-1997 e 1998-2010 para DW, a completar durante o ano de 2012.

- Divulgação dos resultados do módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego relativo a 2010 sobre conciliação do trabalho com a vida familiar.	Concretizada com a publicação do artigo Conciliação do trabalho com a vida familiar – módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego de 2010, na rubrica <i>Tema em análise</i> da publicação <i>Estatísticas do Emprego – 3º trimestre de 2011</i> .
Índice de Custo do Trabalho - Início dos trabalhos para a revisão da base do índice, na sequência da adoção da CAE Rev.3 e da revisão da Classificação Portuguesa de Profissões.	Concretizada com o desenvolvimento de todos os trabalhos técnicos necessários para proceder à divulgação do Índice de Custo do Trabalho relativo ao 1º trimestre de 2012, num novo ano base (2008), e das séries retrospectivas correspondentes desde 2008, em maio de 2012. De entre os trabalhos desenvolvidos, salienta-se a seleção de uma amostra nova, a alteração do modo de recolha da informação (para recolha via Web), a simplificação do questionário, a agilização dos processos de recolha e do processamento de dados e a preparação de um documento metodológico pormenorizado sobre esta operação estatística.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Preparação do módulo ad hoc do Inquérito ao Emprego de 2012, sobre a transição do trabalho para a reforma. Realização das primeiras análises exploratórias sobre a adoção de <i>variáveis dependentes</i> e sobre a reformulação do <i>Inquérito de Qualidade</i> do Inquérito ao Emprego.
Rendimento e Condições de Vida	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito à Situação Financeira das Famílias - Preparação do plano de difusão dos principais resultados do inquérito, no âmbito do Projeto <i>Household Finance and Consumption Survey do Eurosistema</i> , realizado em parceria com o Banco de Portugal (2º semestre de 2011).	Não concretizada. A consensualização final dos procedimentos metodológicos de imputação, ponderação e anonimização que ocorreram durante 2011, a nível interno e da Household Finance and Consumption Network, associados à complexidade da operação, implicaram a dilatação dos prazos de execução de algumas tarefas, com consequências na data de conclusão da base de micro dados final. Neste contexto, a difusão nacional de resultados virá a ocorrer em 2012.
Inquérito às Despesas das Famílias - Divulgação dos principais resultados do Inquérito às Despesas das Famílias 2010 sobre a estrutura das despesas e indicadores regionais de distribuição do rendimento das famílias.	Concretizada com a publicação dos resultados provisórios em dezembro de 2011, através de destaque à comunicação social, com disponibilização dos indicadores relativos ao nível e estrutura da despesa das famílias para o País e regiões NUTS II. Os resultados definitivos serão apresentados em publicação a editar em junho de 2012.
Continuação dos testes de coerência para aproveitamento de dados administrativos no quadro das estatísticas do rendimento das famílias, da saúde e da proteção social.	Concretizada. Foram desenvolvidos esforços no sentido de promover o acesso aos dados recolhidos pelo ISS sobre as IPSS, prosseguindo por outro lado a análise comparada das componentes do rendimento das famílias com os dados fiscais.

Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades	Concretizada a disponibilização no Portal da publicação eletrónica relativa a Indicadores Sociais 2010, em dezembro de 2011. Participação ativa no <i>Expert Group on Income, Consumption and Wealth Statistics</i> promovido pela OCDE, assegurando a articulação e colaboração técnica com o representante nacional no <i>Expert Group on Disparities in National Accounts</i>.
Educação e Formação	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito à Educação e Formação de Adultos - Realização da segunda edição desta operação estatística comunitária, em articulação com as entidades nacionais da área.	Concretizada, segundo os compromissos assumidos pelo INE. A recolha de informação decorreu entre outubro de 2011 e fevereiro de 2012.
Participação na realização do Programa Internacional para a Análise das Competências dos Adultos (PIAAC), da OCDE, em Portugal da responsabilidade do MTSS e do ME, em articulação com a Agência Nacional para a Qualificação e com o ISCTE.	Concretizada a vertente da responsabilidade exclusiva do INE. Foram desenvolvidos todos os trabalhos técnicos necessários à preparação da recolha de dados, designadamente nas componentes de metodologia estatística, especificação de conceitos e variáveis, especificações informáticas e respetiva interoperabilidade. Em julho de 2011, por ausência de financiamento do projeto por parte da ANQ, foram suspensos todos os restantes trabalhos subsequentes planeados.
Coordenação do processo de articulação institucional relativo à concretização dos objetivos, conteúdos informacionais e integração dos dados administrativos associados ao exercício conjunto UNESCO/OCDE/Eurostat e ao respetivo regulamento comunitário.	Concretizada. Juntamente com o ex-GEPE/ME e o ex-GPEAR/MCTES, foi estabelecido um plano de ação sistematizado para preparar as respostas às solicitações internacionais no âmbito do questionário UOE 2011. A resposta de Portugal ao UOE 2011 foi efetuada de forma coordenada, com claras melhorias em termos de cumprimento dos prazos, de abrangência, de harmonização e de coerência. Foi definido um plano de concretização das medidas constantes no respetivo Plano de Derrogações elaborado no âmbito do Regulamento da Comissão N.º 88/2011 relativo à recolha, transmissão e tratamento de dados estatísticos, por forma a preparar a resposta ao UOE 2012.
Cultura Desporto e Lazer	
Plano	Atividades desenvolvidas
Realização de operações estatísticas relativas à oferta e procura de atividades culturais nos diferentes domínios, bem como ao financiamento público das mesmas.	Concretizada, segundo os compromissos assumidos pelo INE.
Acompanhamento da evolução dos trabalhos realizados pela ESSnet da Cultura no âmbito da definição do quadro conceptual para as estatísticas	Concretizada. O acompanhamento dos trabalhos realizados pela ESSnet da Cultura permitiu atualizar a publicação Estatísticas da Cultura 2010

da cultura na União Europeia.	de acordo com o novo quadro conceptual europeu das Estatísticas da Cultura.
Prosecução da inventariação e avaliação de atos administrativos para apropriação estatística, no contexto dos resultados intercalares da ESSnet e das recomendações do Grupo de Trabalho do CSE.	Concretizada. Para além da integração das estatísticas do cinema da responsabilidade do Instituto do Cinema e do Audiovisual, foram apropriados estatisticamente atos administrativos do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, no âmbito do património cultural imóvel, e da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, no âmbito das despesas (correntes e de capital) por domínios culturais da Administração Central.
Saúde e Incapacidades	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito aos Hospitais - Utilização de um novo questionário, atualizado de acordo com as características atuais da estrutura e atividade destes estabelecimentos de saúde, e adoção de um sistema integrado de recolha por formulário eletrónico.	Concretizada parcialmente. Tendo por base a atualização do questionário, cuja reformulação assegurou a participação da Direção-Geral da Saúde, foram desenvolvidas a metodologia e logística necessárias à integração do questionário na plataforma WebInq a partir de 2012.
Inquérito Europeu de Saúde - Estabelecimento de uma adequada articulação institucional para a preparação do Regulamento relativo ao inquérito, base para a definição do primeiro inquérito harmonizado nesta área (a realizar em 2014).	Concretizada com a preparação e análise crítica da proposta de regulamento relativo ao Inquérito Europeu de Saúde por entrevista, assegurada em articulação com o INSA – Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.
Inquérito à Saúde e Integração Social - Preparação do inquérito a desenvolver no âmbito do projeto comunitário ESHSI (<i>European Survey on Health and Social Integration</i>), a realizar em 2012.	Concretizada a vertente da responsabilidade exclusiva do INE. Iniciada a preparação do inquérito, consubstanciada no início da tradução e adaptação do documento metodológico e do questionário. Os trabalhos foram, entretanto, suspensos devido à falta de financiamento nacional para o projeto. Esta decisão foi tomada pelos parceiros envolvidos (GEP/MSSS, INR e INE).
Realização do módulo de 2011 do Inquérito ao Emprego sobre o Emprego das Pessoas com Deficiência, viabilizando a monitorização desta vertente de integração no mercado de trabalho iniciada em 2002.	Concretizada. A publicação dos resultados será desenvolvida em articulação com o Eurostat.
Continuação da produção corrente das estatísticas da saúde em articulação técnica interinstitucional com a Direção Geral de Saúde.	Concretizada, em particular através da consulta à Direção-Geral da Saúde, no âmbito da revisão do Inquérito aos Hospitais e para a codificação das Causas de morte e recolha dos dados dos hospitais oficiais públicos e dos centros de saúde do continente.
Participação ativa do Grupo de	Concretizada com a implementação do Inquérito sobre as

Trabalho do CSE sobre Estatísticas da Saúde.	necessidades dos utilizadores, realizado entre março e maio de 2011, visando responder ao mandato do GTES, no que respeita ao diagnóstico das necessidades de informação nacionais; análise dos resultados e relatório final.
Justiça	
Plano	Atividades desenvolvidas
Preparação do Inquérito à Segurança, a realizar em 2013, em colaboração pelo MJ, MAI e APAV.	Concretizada: foi dada continuidade aos trabalhos de definição metodológica e da atividade, através da participação na Task Force criada para o efeito (Eurostat), e em particular na preparação do Regulamento da U.E, entretanto submetido ao Conselho e ao Parlamento europeus.
Proteção Social	
Plano	Atividades desenvolvidas
<i>Desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Lançamento do primeiro Inquérito às Associações de Socorros Mútuos na plataforma WebInq. Realização dos exercícios Benefícios líquidos de proteção social, relativos a 2007 e 2008.

1.4.2. Território e Ambiente	
Território	
Plano	Atividades desenvolvidas
Divulgação da segunda edição da publicação Retrato Territorial de Portugal com análises nas temáticas Valorização do Território, Coesão e Qualidade de Vida e Competitividade e Crescimento.	Concretizada com divulgação em maio de 2011. As temáticas em cada um dos domínios definidos para o RTP foram, respetivamente, <i>A valorização territorial de destinos turísticos, A sustentabilidade demográfica dos territórios e A produção industrial e a orientação exportadora nas regiões portuguesas.</i>
Divulgação do Índice Global de Desenvolvimento Regional e dos índices parciais de Competitividade, Coesão e Qualidade Ambiental relativos a 2008.	Concretizada com divulgação em abril de 2011. Revisão do documento metodológico do ISDR , em virtude das alterações ocorridas ao nível da informação de base, nomeadamente, incorporação da nova série de Contas Regionais (Base 2006) e da CAE Rev.3 no Sistema de Contas Integradas das Empresas.
Acompanhamento do GT do CSE sobre Mobilidade Territorial e estudo de viabilidade para a produção de indicadores de acessibilidade a equipamentos e a centros urbanos com base na Infraestrutura de Referência Geográfica do INE (IRG).	Concretizada. Participação nas atividades do GT do CSE sobre Estatísticas de Mobilidade Territorial e conclusão do relatório final em dezembro de 2011. Elaboração do estudo de viabilidade para a produção regular de indicadores de acessibilidade – acessibilidade potencial da população residente e acessibilidade potencial dos territórios –, com base em informação geográfica relativa aos estabelecimentos de ensino não superior do GEPE/ME e na IRG do INE, por recurso a técnicas de análise espacial.
Divulgação do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2009.	Concretizada. Revisão do documento metodológico do EPCC e edição da publicação com os resultados para 2009. Desvio face à data prevista para a divulgação de resultados devido à receção

	tardia de informação de base, da responsabilidade de entidade externa. Divulgação em novembro de 2011 (prevista para setembro de 2011).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Acompanhamento técnico do GT do CSE criado para a revisitação do Sistema de Indicadores de Contexto do QREN. Avaliação da exequibilidade dos novos indicadores e alterações propostas a indicadores existentes no quadro de produção do SEN. Relatório final do GT apresentado e aprovado na SPEBT/CSE em julho de 2011. Por solicitação da OCDE, desenvolvimento de um estudo para um indicador compósito para as regiões dos estados-membro daquele organismo (TL2), com base na abordagem conceptual e metodológica do ISDR. Documento com a estruturação do indicador e respetivos resultados apresentado no GT de Indicadores Territoriais da OCDE em dezembro de 2011. Suporte técnico à Secretaria de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, no âmbito da reorganização e reestruturação do mapa autárquico. Articulação com o Eurostat para a revisão da tipologia territorial Grau de Urbanização, definida para o Inquérito ao Emprego e utilizada para a segmentação das estatísticas do SEE, e respetiva compatibilização com os limites das cidades associadas ao projeto Auditoria Urbana para o período 2012/2013. Os resultados obtidos constituíram base para definir as regiões urbanas funcionais portuguesas no âmbito da OCDE.
Ambiente	
Plano	Atividades desenvolvidas
Conclusão da reformulação da publicação "Estatísticas do Ambiente", visando a maior abrangência da informação a divulgar.	Concretizada. A publicação "Estatísticas do Ambiente", na sua edição de 2010, apresenta-se integralmente reformulada, quer ao nível dos conteúdos quer da sua apresentação gráfica, agora organizada em 14 novos capítulos com quadros estatísticos e textos de análise de informação física, económica e financeira. Esta edição é a primeira publicação do INE com funcionalidades interativas diversas, nomeadamente ao nível da navegabilidade, da remissão para conceitos e da acessibilidade direta aos quadros de informação do Portal das Estatísticas Oficiais. A disponibilização deste produto teve por base a realização de uma ação de <i>benchmarking</i> aos sistemas de informação das principais organizações a nível mundial e a recolha de opiniões junto dos setores mais dinâmicos da sociedade, com responsabilidades nesta área. Deste modo, o Instituto Nacional de Estatística, no âmbito da sua missão, disponibiliza aos utilizadores um novo produto que visa

satisfazer as necessidades atuais e emergentes sobre o setor do ambiente, cada vez mais transversal e com grande impacto na vida social, na economia e no planeamento do desenvolvimento económico, social e ambiental.

1.4.3. Economia e Finanças

Contas Nacionais

Plano	Atividades desenvolvidas
- Criação, no Portal do INE, de uma área dedicada às Contas Nacionais visando a fácil acessibilidade dos utilizadores a esta importante informação macroeconómica. - Elaboração do Inventário de Fontes e Métodos das Contas Nacionais relativos à nova de base 2006, incluindo o desenvolvimento de <i>process tables</i>, evidenciando os ajustamentos introduzidos nas fontes originais através de procedimentos metodológicos específicos para a sua compilação. - Elaboração de um estudo sobre a dimensão económica das atividades ilegais. - Elaboração de um estudo sobre a incorporação das atividades de I&D na FBCF e no stock de capital. - Início do estudo de viabilidade da elaboração de estimativas sobre a evolução do PIB a 30 dias. - Início do desenvolvimento de Contas de Património não Financeiro. - Compilação das estimativas trimestrais do emprego e das horas trabalhadas na nomenclatura CAE Rev.3, a reportar ao Eurostat a partir de setembro de 2011. - Estudo de novos indicadores coincidentes.	Concretizada com a disponibilização ao público de informação das Contas Nacionais (anuais, trimestrais), Setoriais (anuais, trimestrais), Satélite e Regionais numa área no Portal do INE dedicada às Contas Nacionais. Concretizado no final do ano, incluindo <i>process tables</i>, que indicam as transformações na informação primária utilizada na compilação de Contas Nacionais. Este inventário deverá ser sujeito a discussão com o Eurostat no âmbito do comité RNB. Concretizada com a conclusão (no 2º trimestre) do estudo sobre a dimensão económica das atividades ilegais na economia portuguesa. Concretizada com a conclusão (no 2º trimestre) do estudo sobre a dimensão económica das atividades de Investigação e Desenvolvimento na economia portuguesa. Ambos os projetos foram parcialmente subvencionados pela Comissão Europeia. Concretizada: o estudo foi iniciado, tendo sido concluído o inventário de fontes, os primeiros testes estão planeados para 2012, em coerência com o contrato de subvenção com o Eurostat. Concretizada parcialmente: este projeto iniciou-se com a seleção e leitura da literatura relevante sobre este tema. Concretizada: esta compilação foi concluída, respeitando o prazo programado. Não concretizada: não houve progresso neste objetivo.

- Compilação de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.	Concretizada com a disponibilização do Relatório Final ao Eurostat dos Indicadores 2010 (IDS) a 9 de setembro.
Contas Satélite e Regionais	
Plano	Atividades desenvolvidas
Contas satélite	
- Compilação da Conta Satélite das Instituições sem fins Lucrativos.	Concretizada: esta conta foi concluída e divulgada em linha com o programado.
- Estudos preparatórios para a elaboração da Conta Satélite da Economia Social.	Concretizada parcialmente: os estudos preparatórios incidiram na delimitação do setor.
Conjuntura Económica e Preços	
Plano	Atividades desenvolvidas
No âmbito do Índice de Preços no Consumidor (IPC):	
- Implementação das alterações metodológicas requeridas pela nova regulamentação comunitária do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), designadamente a alteração do tratamento dos produtos sazonais;	Concretizada: esta alteração foi efetuada.
- Construção de séries longas do IPC consistentes intertemporalmente, que permitam uma resposta mais eficaz às muitas solicitações dos utilizadores;	Concretizada: no âmbito do IPC foi concluída a construção de uma série longa detalhada e homogénea até 1976, tendo como referência a estrutura de classes, grupos e subgrupos da série atual.
- Avaliação do impacto da apropriação da informação das Contas Nacionais para utilização na atualização da estrutura de ponderação anual do IPC e IHPC.	Concretizada: esta avaliação foi efetuada.
Produção de Índices de Preços da Habitação em fase de projeto-piloto.	Concretizada: este projeto foi concluído em linha com o planeado e com a subvenção do Eurostat.
Produção de Índices de Preços da Produção de Serviços.	Não concretizada.
Indicadores de Curto Prazo (ICP) - Preparação da mudança de base dos indicadores de curto prazo, com referência no ano de 2010.	Concretizada com: i) redefinição de amostras de empresas e de produtos; ii) alterações de questionários; iii) preparação de formulário WebInq para o IPPI.

Elaboração de um estudo sobre revisões do Índice de Volume de Negócios da Indústria.	Não concretizada.
Empresas	
Plano	Atividades desenvolvidas
Início da produção e divulgação de um relatório anual sobre demografia das empresas (cisões, fusões, etc.), visando a elaboração de uma análise sobre a evolução dos principais indicadores económicos.	Concretizado com a elaboração do relatório a 2 de junho de 2011. O relatório – Acontecimentos marcantes de 2010 – que identifica e retrata os principais movimentos demográficos, como sejam cisões e fusões, facilita a análise e interpretação da evolução de alguns indicadores económicos. Ainda no contexto da Demografia das empresas, foram produzidos novos indicadores, nomeadamente os relativos às empresas inovadoras de rápido crescimento.
Sistema de Contas Integrado das Empresas - Divulgação das Estatísticas das Empresas - Sistema de Contas Integradas das Empresas, na primeira quinzena de março de 2011 (correspondendo a cerca de 15 dias de antecipação face a 2010).	Concretizada com a disponibilização a 14 de março de 2011.
Adaptação do processo de produção das estatísticas das empresas ao novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC).	Concretizada com a disponibilização da informação relativa às estatísticas das empresas – dados preliminares das sociedades, a 27 de outubro 2011. Os formulários da IES foram adaptados em conformidade com o SNC, tendo sido disponibilizados à sociedade empresarial através da portaria n.º 64-A/2011 de 3 de fevereiro.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Antecipação da disponibilidade da informação da operação Constituição e Dissolução de Pessoas Coletivas e Entidades Equiparadas – 3º trimestre 2011, prevista inicialmente para 2012 (disponibilizado a 14 dez. 2011). Reformulação da Brochura relativa à Atividade Económica, em formato <i>poster</i> , mais apelativo aos utilizadores da informação e contribuindo para uma maior promoção e imagem do INE. Disponibilizado em dezembro 2011. Produção de um destaque sobre “Perfil exportador das Pequenas e Médias Empresas”, que resultou de uma análise conjunta dos dados relativos ao Sistema de Contas Integradas das Empresas com as estatísticas do Comércio Internacional, permitindo assim uma visão mais dinâmica e integrada do comportamento do tecido empresarial português. Disponibilizado em 30 junho 2011.

Administrações Públicas	
Plano	Atividades desenvolvidas
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	A atividade neste domínio foi muito intensa, tendo em conta nomeadamente, que houve três visitas de diálogo do Eurostat, a participação nas reuniões com a “troika”, sem prejuízo de assegurar as notificações no âmbito do PDE e a produção de contas anuais e trimestrais das Administrações Públicas.

1.4.4. Comércio Internacional	
Comércio Internacional de Bens	
Plano	Atividades desenvolvidas
Introdução de aperfeiçoamentos metodológicos nos procedimentos associados à produção de estimativas e no contexto da política de revisões do INE.	Concretizada com a divulgação dos resultados preliminares de 2010 e definitivos de 2011, que ocorreu a 10 de maio de 2011. Foram introduzidas melhorias nas metodologias de estimação das quantidades e nas estimativas abaixo do limiar e de não respostas.
Retoma da divulgação de uma publicação anual com as Estatísticas do Comércio Internacional.	Concretizada: a publicação contendo os resultados definitivos do ano de 2009 foi divulgada em 15/07/2011 no Portal, retomando-se assim a divulgação anual dos resultados do Comércio Internacional.

1.4.5. Agricultura, Floresta e Pescas	
Agricultura e Floresta	
Plano	Atividades desenvolvidas
RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 2009 (RA09) - Divulgação dos resultados definitivos do Recenseamento Agrícola 2009.	Concretizada, com a divulgação antecipada dos resultados definitivos em 17/05/2011. Seis meses após a conclusão da recolha de informação do RA 09, e na sequência da divulgação dos dados preliminares a 15 de dezembro de 2010, foi disponibilizada, em formato eletrónico e em suporte papel, uma publicação com a análise de resultados. A publicação divulgada insere-se no plano de difusão do RA 09 e recorre, sempre que se afigura oportuno, à comparação com a operação censitária anterior (1999) e à caracterização regional e local dos dados. Simultaneamente no Portal das Estatísticas Oficiais foram divulgados 1088 indicadores, alguns dos quais ao nível de freguesias, que proporcionam aos utilizadores um quadro abrangente de informação que compara as variações ocorridas nas últimas décadas ao nível da estrutura das explorações agrícolas, dos sistemas produtivos praticados, da utilização das terras, da rega, dos efetivos animais, das máquinas agrícolas, da população e mão de obra agrícola e das práticas agrícolas. O relatório final com os dados definitivos do RA 09 foi aprovado

	pela Comissão Europeia em 07-07-2011. Portugal foi assim o 1º Estado Membro da UE a concluir e divulgar os resultados.
Desenvolvimento dos trabalhos metodológicos para a revisão das séries cronológicas das estatísticas correntes da Produção Vegetal e Animal , para assegurar a sua coerência com os resultados do Recenseamento Agrícola 2009.	Concretizada com a divulgação das séries cronológicas respetivas no Portal das Estatísticas Oficiais.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Alargamento temporal das séries cronológicas de algumas estatísticas da Produção Animal: Estatísticas do Gado Abatido desde 1986, Estatísticas da Produção de Leite desde 1947 e Estatísticas da Produção de Carne, igualmente desde 1947.
Pescas	
Plano	Atividades desenvolvidas
<i>Desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Nas Estatísticas das Pescas procedeu-se ao alargamento das séries da Frota pesqueira, Pescadores matriculados e Capturas de pescado, desde 1969.
1.4.6. Indústria, Energia e Construção	
Indústria e Energia	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito ao Consumo de Energia no Setor Doméstico – Divulgação dos resultados do inquérito, realizado em colaboração com a DGEG MEE, através da disponibilização de indicadores no Portal do INE e de uma publicação INE/DGEG MEE.	Concretizada com a elaboração de um destaque com os principais indicadores do Inquérito ao Consumo de Energia no Setor Doméstico, relativos ao ano de 2010, acompanhado da divulgação de indicadores estatísticos, que permitiram de igual modo fazer uma análise comparativa com os resultados das duas edições anteriores deste inquérito. A informação foi simultaneamente divulgada no Portal do INE e da DGEG.
Inquérito Anual à Produção Industrial - Reformulação do inquérito, através do aperfeiçoamento do formulário eletrónico de recolha (que permitirá reduzir a carga estatística sobre as empresas) e da integração desta operação no Sistema de Gestão Integrada de Inquéritos, melhorando assim significativamente os procedimentos de recolha e tratamento da informação.	Concretizada parcialmente. Foi constituído um Grupo de Trabalho (GT) interdisciplinar, que envolveu as várias Unidades Orgânicas do INE que participam na conceção, recolha, tratamento, análise e utilização da informação do IAPI, e cujo mandato se centrou na reflexão com vista à elaboração de um estudo metodológico do IAPI, conducente à sua reformulação, no sentido de melhorar a eficiência na recolha e tratamento da informação, bem como a eficácia dos resultados produzidos, sempre com o objetivo de dar maior satisfação às necessidades dos utilizadores, e simultaneamente simplificar procedimentos e diminuir a carga sobre os inquiridos. O relatório elaborado congrega as conclusões e recomendações decorrentes do trabalho de reflexão desenvolvido pelo GT, que teve presentes dois aspetos fundamentais: a necessidade de apresentar propostas objetivas devidamente fundamentadas e a efetiva

	exequibilidade das propostas, no sentido de permitir que na sua maioria as decisões que vierem a ser tomadas possam ser implementadas na edição do IAPI 2012, a lançar em 2013, aproveitando os trabalhos em curso de transição da aplicação informática do IAPI para o SIGINQ-IAP – Sistema Integrado de Gestão de Inquéritos do INE.
Elaboração de um estudo sobre a Indústria e Energia, através de uma análise de informação proveniente de várias fontes, que permitirá uma caracterização integrada destas áreas de atividade em Portugal.	Concretizada. O estudo foi divulgado sob a forma de publicação no Portal do INE e permitiu congregar, de forma inovadora, a informação da indústria e da energia com outras fontes como as estatísticas do Comércio Internacional e do Sistema de Contas integradas das empresas. O estudo contém informação sobre características das empresas, indicadores económico-financeiros, produção, importação, exportação e consumos, para o período de 2008-2009. No que respeita à indústria, para além da descrição global do setor das indústrias transformadoras, incluiu-se um enquadramento e análise por Divisão da CAE, enquanto na energia foram caracterizadas as várias fontes energéticas em termos da sua produção e consumo.

Construção e Habitação

Plano	Atividades desenvolvidas
Alargamento da cobertura das estatísticas da Construção e Habitação, através da produção de indicadores sobre as Obras Públicas e Arrendamento Urbano.	Concretizada parcialmente. A informação relativa às Obras Públicas não foi passível de ser disponibilizada, dado que a entidade responsável pela sua produção (InCI) não assegurou ainda a necessária qualidade da informação de base. Será dada continuidade aos trabalhos ao longo do ano de 2012. No que respeita aos indicadores sobre o Arrendamento Urbano, foi possível elaborar uma análise de qualidade da informação existente e decorrente do protocolo de colaboração entre o INE e a DGCI/DGITA, tendo sido identificados os indicadores estatísticos a produzir e as novas necessidades de informação, que serão contempladas na nova versão (em elaboração) do referido Protocolo.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Foi possível melhorar a qualidade das estimativas das Obras Concluídas, através de melhoria nos procedimentos metodológicos associados. Foi iniciado o processo de reestruturação do Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas (SIOU), no sentido de dar resposta às alterações legislativas associadas ao Regime Jurídico da Edificação e da Urbanização, às alterações de conceitos na área estatística da Construção e da Habitação e a novas necessidades de informação.

1.4.7. Serviços	
Comércio interno	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito às Unidades Comerciais de Dimensão Relevante - Extensão do inquérito às Regiões Autónomas, passando, assim, a ter abrangência nacional.	Concretizada parcialmente. No caso da Madeira, não concretização em 2011; vai ser concretizada em 2012, com o lançamento do UCDR com período de referência 2011. Nos Açores, está concretizada desde o período de referência 2009.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Procedeu-se à conceção do Anexo de Custo de Mercadorias Vendidas do Inquérito às Empresas de Comércio (IECom), para execução simultânea com o IECom 2011, tendo em vista responder às necessidades da Contabilidade Nacional em termos de taxas de margem de vendas por produto. A obtenção de uma taxa de margem por produto é um fator chave na construção dos equilíbrios entre recursos e empregos das Contas Nacionais.
Transportes	
Plano	Atividades desenvolvidas
Inquérito ao Transporte Rodoviário de Passageiros - Realização do inquérito, dirigido aos principais operadores, melhorando a relevância e a qualidade das estatísticas dos transportes.	Concretizada parcialmente. Na sequência de consultas aos principais utilizadores, concluiu-se não ser necessária a obtenção de informação trimestral no próprio ano. Nestas condições, o inquérito foi concebido para obtenção de resultados anuais em 2012, tendo por base informação de referência de 2011. A não expedição da recolha deste inquérito em 2011 deveu-se apenas a esta alteração de periodicidade, de trimestral para anual. O INE desenvolveu, em colaboração com o IMTT, um conjunto de atividades com vista a apropriar para fins estatísticos a informação constante no Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras (SIGGESC). Nestas condições, o SIGGESC será utilizado como fonte administrativa relativamente ao transporte de passageiros em carreiras de Serviço Público, e o INE irá lançar o inquérito vocacionado para a informação não disponível no SIGGESC, versando principalmente outros tipos de transporte de passageiros (serviços ocasionais, expressos, alta qualidade, turísticos, internacional e outros).
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	A mobilidade dos residentes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto foi alvo de um estudo metodológico concebido conjuntamente pelo INE e as Autoridades Metropolitanas de Transportes das respetivas áreas metropolitanas. Dificuldades de financiamento impossibilitaram a concretização no imediato das operações estatísticas decorrentes, pelo que os trabalhos técnicos ficaram concluídos e a aguardar que sejam ultrapassadas as restrições orçamentais atuais.

Turismo	
Plano	Atividades desenvolvidas
Adaptação do Sistema de Informação do Turismo às necessidades adicionais decorrentes do novo Regulamento Europeu das Estatísticas do Turismo.	Concretizada. O Regulamento trouxe novas exigências em termos de cobertura estatística, tanto na vertente da Oferta e Ocupação, como também na Procura Turística. Em termos de Oferta, procedeu-se aos trabalhos de adaptação do Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros alojamentos (IPHH). Começaram ainda os trabalhos de preparação para aplicabilidade do inquérito aos estabelecimentos de Turismo no Espaço Rural (TER), bem como aos estabelecimentos de alojamento local (AL), tendo sido para este efeito desenvolvido um trabalho conjunto entre o INE e o Turismo de Portugal IP, e foi ainda solicitada colaboração às Câmaras Municipais. Foi igualmente efetuado um estudo para a construção de um modelo de estimação de dormidas para os pequenos estabelecimentos. Em termos de Procura Turística, foram introduzidas alterações ao Inquérito às Deslocações dos Residentes (IDR), encontra-se adaptado para dar resposta integral às novas necessidades de informação ao nível comunitário.
Inquérito às Deslocações dos Residentes - Retoma da divulgação infra-anual de informação sobre os resultados do inquérito.	Concretizada com a retoma, ao longo de 2011, da produção de destaques trimestrais para divulgação de resultados sobre procura turística dos residentes. Estes destaques evidenciam um nível acrescido de variáveis apuradas e ventilações apresentadas, como seja a informação sobre viagens, motivos, meios de transporte, destinos locais de pernoita e perfil dos turistas, sendo ainda possível a obtenção de resultados mensais.
Inquérito ao Movimento de Pessoas e Gastos Turísticos - Estudos preparatórios.	Concretizada com a análise da viabilidade de realização de novas edições deste inquérito, tendo-se concluído que os elevados encargos subjacentes não permitem dar continuidade, no curto prazo, a esta operação estatística.

1.4.8. Inovação e Conhecimento	
Sociedade da Informação	
Planeado	Atividades desenvolvidas
Inquérito à Utilização das TIC pelos Estabelecimentos Hoteleiros - Realização da edição de 2011, com atualização de conteúdos.	Concretizada, segundo os compromissos assumidos pelo INE.
Realização das operações relativas à utilização das TIC pelas Famílias e pelas Empresas e divulgação dos respetivos resultados.	Concretizada, segundo os compromissos assumidos pelo INE e de acordo com a calendarização acordada com o Eurostat no âmbito dos contratos estabelecidos.

Ciência e Tecnologia	
Planeado	Atividades desenvolvidas
<i>Desenvolvimentos não explicitados no Plano de Atividades</i>	Foi aumentada a oferta de informação estatística, decorrente de operações estatísticas delegadas, no Portal de Estatísticas Oficiais do INE, tendo sido disponibilizados 106 novos indicadores do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional e do Inquérito Comunitário à Inovação.

1.5. A DIFUSÃO E A PROCURA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

A difusão de informação pelo INE processa-se através de diversos suportes.

Portal de Estatísticas Oficiais

O Portal de Estatísticas Oficiais é assumido, desde a sua criação, como o canal privilegiado para a difusão de informação do INE, pelo volume de informação que disponibiliza aos utilizadores, continuamente ampliado, pelas possibilidades de pesquisa que lhes proporciona e pela autonomia que lhes confere.

No que se refere ao volume de informação disponível, no final de 2011 existiam no Banco de Dados de Difusão (BDD) 5922 indicadores, dos quais 5827 estavam efetivamente disponíveis no Portal.

Portal de Estatísticas Oficiais – Indicadores síntese 2011 (N.º)

Acessos (a)	Páginas visionadas (a)	Publicações consultadas/ descarregadas (b) (c)	Destaques consultados/ descarregados (b) (d)
2 266 398	15 991 920	621 1 27	589 009

- (a) Só acessos (visitas) externos.
 (b) Inclui acessos internos e externos.
 (c) Inclui ficheiros PDF, XLS e CSV.
 (d) Inclui ficheiros PDF e XLS.

De realçar que relativamente a 2010, os acessos ao Portal do INE duplicaram maioritariamente devido à operação dos Censos 2011 que levou a que muitos utilizadores visitassem o Portal. Seguindo esta tendência, também as páginas visionadas tiveram um acréscimo de 50%.

Publicações – Divulgação e venda ¹

Em 2011 foram divulgadas 49 publicações (54 em 2010), das quais:

- 10 editadas para venda em suporte físico – papel e/ou CD-ROM (23 em 2010);
- 29 divulgadas exclusivamente através do Portal (17 em 2010);
- 10 divulgadas no Portal mas também com distribuição gratuita na forma de edições em papel (14 em 2010).

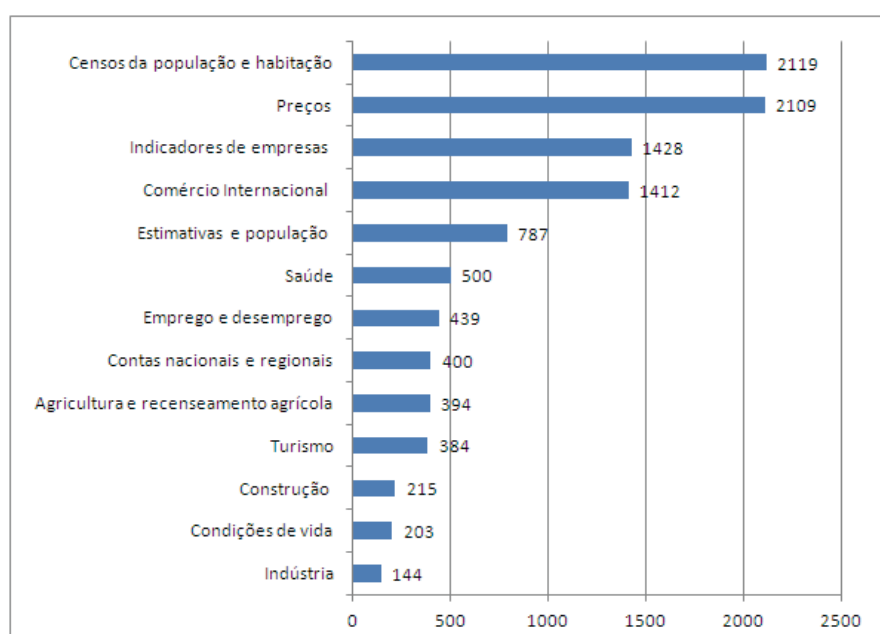
¹ Neste relatório, cada edição infra-anual de um mesmo título é contabilizada como uma publicação.

Atendimento e apoio a clientes

O INE disponibiliza aos seus clientes um serviço de apoio por intermédio de diversos canais:

- **Atendimento telefónico:** recebidos 14 084 contactos telefónicos solicitando apoio, sobretudo referentes a prestação de esclarecimentos, utilização e navegação no Portal e fornecimento gratuito de informação.
- **Atendimento por outros canais:** foram recebidos 10 962 pedidos de informação estatística ou de esclarecimento por outros canais: **Portal** (8 726 contactos), **E-mail** (2 037 contactos), **Carta/Fax** (104 contactos) e **outros** (95 contactos).

Pedidos de informação/esclarecimento por área temática



Salienta-se neste domínio que, com o Sistema de Gestão Centralizada de Pedidos de Informação através do Portal de Estatísticas Oficiais, foi possível continuar a melhorar este serviço prestado aos utilizadores. Essa melhoria é sobretudo mensurável no que respeita à celeridade nas respostas aos utilizadores: o tempo médio de resposta a pedidos de informação gratuita baixou de 0.79 dias úteis em 2010 para 0,655 dias úteis em 2011.

Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior**Divulgação**

Foram editados seis números da Folha Informativa bimensal elaborada e divulgada pelo INE, em suporte eletrónico, no seio da Rede, tendo-se consolidado o seu processo de reformulação, nos aspetos editorial e de linha gráfica.

Mantiveram-se as atividades de divulgação da Rede por parte das instituições aderentes usando diversos meios, nomeadamente a elaboração e distribuição de folhetos; a difusão seletiva de informação com base nos Destaques do INE que lhes são enviados; a realização de curtas sessões de apresentação dos recursos disponíveis nos pontos de acesso e das possibilidades de consulta, feitas maioritariamente para alunos da própria instituição, mas também para outros públicos. Realizaram-se 96 sessões desta natureza, envolvendo 2 552 participantes.

Formação

Em 2011, o INE realizou uma ação de formação destinada a técnicos de atendimento dos pontos de acesso (dois grupos), que teve 42 participantes.

Complementarmente, promoveram-se sessões de divulgação e/ou formação organizadas pelas Instituições da Rede para os seus próprios técnicos e para os seus utilizadores internos e externos, tendo-se o INE disponibilizado a colaborar nesse sentido.

Sessões de formação organizadas pelos Parceiros (Nº)

Formação para os seus Técnicos		Formação para Utilizadores internos e/ou externos (1) (2)		Apresentações/Sessões de informação (3)	
Sessões	Participantes	Sessões	Participantes	Sessões	Participantes
8	55	37	962	163	2 691

- (1) Situações que tiveram uma componente prática, ou seja, em que os participantes realizaram exercícios ou acompanharam, executando, os procedimentos explicitados pelo formador.
- (2) 17 destas sessões, envolvendo 302 participantes, foram dinamizadas por técnicos do INE.
- (3) Situações sem componente prática por parte dos participantes, mas nas quais foi feita uma exposição/demonstração sobre um ou mais produtos e/ou serviços disponíveis.

Colaboração com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares

Deu-se continuidade à aplicação do protocolo assinado em agosto de 2010 entre o INE e o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) do Ministério da Educação, visando promover o conhecimento e a utilização da informação estatística do INE nas escolas, através das bibliotecas que integram a Rede de Bibliotecas Escolares, assim contribuindo para o incremento da literacia estatística na sociedade portuguesa.

Em 2011, resultaram deste protocolo as seguintes ações:

- Disponibilização à RBE, pelo INE, de exemplares do Anuário Estatístico de Portugal destinados a 1200 bibliotecas escolares de estabelecimentos dos níveis de ensino básico e secundário;
- Realização de 29 ações de formação para professores de um amplo leque de disciplinas (454 participantes no total), para dar a conhecer, numa primeira abordagem, as potencialidades do Portal do INE e do Projeto ALEA. Estas ações decorreram em igual número (29) de escolas ou centros de formação de professores de todas as Direções de Educação do Continente.

Projeto ALEA – Ação Local de Estatística Aplicada ²

Em 2011 continuou o incremento de conteúdos disponibilizados pelo Projeto ALEA, bem como o bom acolhimento dos utilizadores às atividades propostas, designadamente aos Desafios lançados aos alunos com base em notícias do dia a dia veiculadas pela comunicação social; a expansão do ALEA muito se deveu às atividades de divulgação realizadas.

Merecem ainda referência especial os vários encontros com os parceiros do ALEA no sentido de se definir o layout do novo site e as atividades relacionadas com a iniciativa “Os Censos vão às escolas”, associadas à realização dos Censos 2011.

Ações concretizadas:***Atualização de conteúdos:***

- Informação relativa a cada um dos países membros da UE (informação de base, demográfica, económica e setor Educação) disponibilizada na área “EuropALEA”.
- Publicações do INE “Portugal em números (edição 2010)” e “Península Ibérica em Números - 2010”.
- Área “Ligações úteis”: inclusão de novos endereços e correção de ligações desativadas ou alteradas.
- A área “Números Interessantes” foi atualizada com informação dos Censos 2011.
- Atualização dos dados da inflação (mensal) e taxa de desemprego (trimestral).

Novos conteúdos:

- Conclusão e divulgação do capítulo IV do Curso de Probabilidades.
- Divulgação de três novas Atualidades: “39 Municípios apresentam um poder de compra, per capita, acima da média”, “Em Portugal, a taxa de transição/conclusão no ensino secundário situou-se em 80,7%, no ano letivo de 2009/2010” e “Portugal e Espanha: Comparações no contexto europeu”.
- Renovação das perguntas (240) do jogo “Estatística Trivial”.
- Apresentação de três “Desafios”, cujo número médio de respostas válidas (1 467) ultrapassou em 17,4% o valor registado no ano anterior.
- Publicação de duas “Estatísticas em Foco”:
 - *Estado da Educação;*
 - *População Mundial.*
- Disponibilização de 2 “ActivALEA's” (fichas para usar em sala de aula):
 - *Histograma;*
 - *A Frequência Relativa para Estimar a Probabilidade.*
- No âmbito da iniciativa “Os Censos vão às escolas”:
 - elaboração e envio, às escolas do ensino básico e secundário, de informação sobre a participação no inquérito “Tu também contas”, elaborados em colaboração com o Gabinete dos Censos do INE;
 - finalização do “Jogo dos Censos”;
 - finalização do inquérito “Tu também contas”.

² Neste relatório, cada edição infra-anual de um mesmo título é contabilizada como uma publicação.

Divulgação:

No âmbito da divulgação do ALEA, assumiram maior relevo as seguintes iniciativas:

- Participação no VI Encontro Formal e Informal (AFI) – XII Encontro de Professores, assumindo a organização de uma sessão temática “Literacia estatística ao serviço da cidadania”, com uma comunicação sobre o Portal do INE, uma comunicação sobre o ALEA e com duas sessões convidadas sobre a RIIBES e sobre a parceira INE/RBE - Universidade de Aveiro (27 a 29 de outubro). Simultaneamente foi assegurado um espaço próprio na exposição durante todo o evento.
- Dinamização do “Espaço ALEA” em paralelo com as Competições Nacionais organizadas pelo PmatE/Univ. Aveiro (9, 10 e 11 de maio): sala com 20 pc’s para acesso ao sítio do ALEA e competição com base no jogo “Estatística Trivial”; ampla distribuição de material promocional a professores e alunos.
- Presença no Congresso Anual da SPE – Nazaré (28 de setembro a 1 de outubro).
- Ações de formação sobre o ALEA para professores bibliotecários, já referidas e quantificadas no ponto anterior deste documento (“Colaboração com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares”).

Informação Estatística para Investigadores

A disponibilização de informação para investigadores, nos termos do Protocolo assinado entre o INE e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, é uma vertente da Difusão que merece particular atenção.

Interações com os investigadores – 2011 (Nº)

<i>Tipo de Interação</i>	
Novos Processos	41
Pedidos Suplementares/esclarecimento	46

<i>Novos processos – Tipo de projeto</i>	
Projeto de investigação	31
Doutoramento	3
Mestrado	7

Bibliotecas do INE

A frequência das Bibliotecas do INE seguiu a tendência de redução que se verifica desde há vários anos, para o que muito terão contribuído o Portal do INE (com acesso livre a toda a informação estatística disponibilizada pelo Instituto) e a Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior.

Com efeito, ao longo de 2011, as Bibliotecas do INE acolheram 1 587 utilizadores (menos 17,6% que no ano anterior)

Utilizadores por Biblioteca – 2011

	N.º	%
Porto	207	13,0
Coimbra	154	9,7
Lisboa	1 102	69,4
Évora	97	6,1
Faro	27	1,7
Total	1 587	

A maior parte dos frequentadores das Bibliotecas do INE são Estudantes (Ensino Superior: 46,8%; Ensino Secundário: 7,5,0%), sendo também de assinalar a utilização por parte de Investigadores e de Docentes do Ensino Superior (11,8% e 4,4% do total, respetivamente).

A procura registada nas Bibliotecas neste período obteve resposta total em 90,4% das situações ou parcial em 5,4%; apenas em 4,2% das situações não foi possível obter a informação procurada.

Evidencia-se, ainda, que 72,5% do total de utilizadores recorreu a este serviço do INE pela primeira vez.

European Statistical Data Support – ESDS

Iniciou-se em outubro de 2011 um novo contrato (subvenção financeira) com o EUROSTAT para a disponibilização do Serviço *ESDS - European Statistical Data Support*/Estatísticas Europeias, que visa apoiar os utilizadores de informação estatística do EUROSTAT, facilitando o uso das bases de dados e publicações *on-line* disponíveis no seu *site* (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>).

No período outubro a dezembro (1º trimestre do contrato) foram atendidos 48 pedidos de informação no âmbito deste Serviço:

ESDS – Pedidos por tipologia – 2011 (1º trimestre do contrato)

	N.º
Disponibilidade de dados / publicações	44
Verificação de dados	1
Informação sobre Metodologia	0
Pedidos de natureza técnica	2
Diversos	1
Total	48

1.6. AVALIAÇÃO E GESTÃO DA QUALIDADE

1.6.1. AÇÕES DE AVALIAÇÃO EXTERNAS E COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

1.6.1.1. *Visitas do Eurostat sobre o Procedimento dos Défices Excessivos*

Em 2011, o INE recebeu visitas de diálogo do Eurostat sobre o Procedimento dos Défices Excessivos, em 17 e 18 de janeiro, em 14 e 15 de abril (visita ad hoc) e em 19 e 20 de setembro.

No quadro normal de análise conjunta das questões técnicas associadas ao reporte do PDE, a visita de janeiro proporcionou a discussão aprofundada de um conjunto de aspetos (cooperação entre o INE, o Banco de Portugal e o Ministério das Finanças, no âmbito do Acordo Institucional no domínio das Administrações Públicas, de janeiro de 2006, questões metodológicas e registo de operações específicas do setor público), parte dos quais, pela complexidade e volume de informação envolvidos, ficaram para análise posterior, tendo como objetivo que o Reporte de outubro de 2011 pudesse já contemplar os resultados dessa análise.

A primeira notificação de 2011, em 31 de março, refletiu parcialmente os resultados desse diálogo, com revisão de informação estatística sobre o Défice e a Dívida das Administrações Públicas de 2007 a 2010, determinada pela reclassificação de empresas públicas de transportes nas Administrações Públicas e por informação adicional que foi possível reunir para esta notificação.

Na sequência do pedido de ajuda externa apresentado por Portugal, houve necessidade de antecipar aquele calendário com o objetivo de compilar dados estáveis para 2010, que constituíssem o ponto de partida para as negociações. Durante a visita ad hoc de abril de 2011, procedeu-se a uma análise urgente daqueles aspetos abordados durante a visita de janeiro, tendo sido todos clarificados sem necessidade de se proceder a revisões, com a exceção do tratamento a considerar a contratos envolvendo Parcerias Públicas Privadas. Esta visita conduziu à transmissão ao Eurostat de uma revisão da primeira notificação de 2011, em 23 de abril.

O envio da segunda notificação de 2011 relativa ao PDE, em 30 de setembro, contendo revisões decorrentes dos factos apurados sobre despesas e dívidas da Administração Regional da Madeira, em consequência de informação adicional sobre os encargos assumidos e não pagos que não tinham sido reportados às autoridades estatísticas, teve também em conta a análise técnica realizada com o Eurostat durante a visita de setembro.

Os dados reportados pelo INE no contexto do PDE não foram objeto de reservas por parte do Eurostat

Link para relatório sobre a Missão do Eurostat:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/government_finance_statistics/excessive_deficit/eurostat_edp_visits_member_states

1.6.1.2. Código de Conduta para as Estatísticas Europeias – Implementação e comparações internacionais

Na sequência do Peer Review realizado em janeiro de 2008, que proporcionou uma reflexão aprofundada sobre a atividade do INE à luz dos princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, consubstanciada num conjunto de recomendações reconhecidamente importantes para a introdução de melhorias na atividade do INE (e do Sistema Estatístico Nacional), o INE prosseguiu em 2011 o cumprimento gradual do Plano de Ação para aperfeiçoamento do cumprimento do Código de Conduta (a versão atual foi adotada pelo Comité do Sistema Estatístico Europeu em 28 de setembro de 2011), cuja implementação tem sido devidamente monitorada pelo EUROSTAT.

Os relatórios do EUROSTAT sobre o acompanhamento da concretização das ações de melhoria contempladas nos Planos de Ação de cada Estados Membros têm sido publicados no seu site oficial, contendo o mais recente - *“2011 Eurostat monitoring report on NSI compliance with the Code of Practice”* - um sucinto ponto de situação global e uma análise do grau de implementação das ações pelos 31 países.

De assinalar duas alterações significativas introduzidas no acompanhamento de 2011:

- as descrições usadas para caraterizar a situação das ações de melhoria foram alteradas, de modo que as entidades nacionais pudessem responder de forma mais precisa sobre o ponto de situação das ações de melhoria em curso, em particular nos casos em que os progressos na sua execução dependem de outras entidades (por exemplo, Governo), ou em que as ações de melhoria deixaram de ser relevantes;
- foi solicitado às entidades nacionais a indicação de novas ações relacionadas com a aplicação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, tendo sido consideradas 13 ações envolvendo os Princípios Compromisso com a Qualidade (4 ações), Coerência e Comparabilidade e Acessibilidade e Clareza (ambos com 2 ações), e Metodologia Sólida, Carga Não Excessiva sobre os Respondentes, Eficácia na Utilização dos Recursos, Precisão e Fiabilidade e Oportunidade e Pontualidade (1 ação cada).

No referido relatório, constata-se que em 2011, 69% do total de 868 ações de melhoria foram consideradas finalizadas (60% na avaliação relativa a 2010), desde o início de Peer Reviews em 2006-2008, tendo os progressos mais significativos sido alcançados nos princípios Compromisso com a Qualidade e em Independência Profissional. Das ações por concluir, os princípios Relevância (4 ações), Oportunidade e Pontualidade (5) e Mandato para a recolha de dados (11) apresentavam o menor número de ações em curso, o contrário sucedendo com Compromisso com a Qualidade (54 ações), Acessibilidade e Clareza (33) e Carga não Excessiva sobre os Respondentes (29).

No caso concreto do INE de Portugal, estavam concretizadas 42 ações num total de 52 do seu Plano de Ação, correspondendo a um grau de realização de 81%, quer dizer 12 pontos percentuais acima do nível de realização do conjunto dos países envolvidos. De sublinhar que foram assinalados progressos assinaláveis nos domínios do Documento Metodológico, do Manual do Processo da Produção Estatística e da Política de Revisões tendo, por outro lado, todas as ações não concretizadas sido iniciadas, o que é assinalável dado que Portugal é o país que dispõe de menor tempo para proceder à implementação do Plano de Ação, por ter sido o último em que se realizou o Peer Review.

É importante referir que as ações de melhoria são específicas para cada Instituto de Estatística. O progresso na sua implementação depende, naturalmente, dos recursos disponíveis, da sua complexidade e ambição e do horizonte temporal, normalmente plurianual. O INE considera que o seu Plano de Ação é ambicioso e que o seu nível de execução deverá ser salientado face à insuficiência de recursos humanos que vem enfrentando nos últimos anos e à reduzida flexibilidade dos instrumentos de gestão. De referir, ainda, que algumas das ações recomendadas ultrapassam a esfera de decisão do INE.

Link para o relatório do Eurostat “2011 Eurostat monitoring report on NSI compliance with the Code of Practice”:

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/quality/code_of_practice/ess_system_compliance

1.6.2. AUSCULTAÇÃO DOS UTILIZADORES

Manteve-se como prioridade a continuação do contacto com os utilizadores de informação estatística, em particular, para avaliação da satisfação em relação aos produtos e serviços do INE (Informação detalhada sobre esta atividade está disponível no capítulo II. 1.8.). Destaque para a consolidação do Inquérito de satisfação pós-serviço, com grandes impactos na prestação do serviço de pedidos de informação estatística ao cliente, permitindo melhorias imediatas no serviço prestado.

Refira-se, neste contexto, os resultados da auscultação efetuada aos principais utilizadores da área estatística Ambiente, no processo de reformulação da Publicação anual.

1.6.2.1. Inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes de informação estatística

A atividade de auscultação à satisfação dos utilizadores/clientes iniciou-se no INE em 2000, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços que presta e dos produtos que difunde, de modo a ir ao encontro das necessidades e expectativas dos seus utilizadores/clientes.

Em 2011, e na sequência dos anos anteriores as iniciativas relacionadas com a avaliação da satisfação dos utilizadores/clientes inseriram-se no âmbito do Sistema de Auscultação aos utilizadores/clientes de informação estatística, que prevê a realização de inquéritos à satisfação, comparáveis entre segmentos distintos de utilizadores/clientes. Este sistema encontra-se de acordo com as orientações estratégicas das Linhas Gerais da Atividade Estatística Nacional estabelecidas para o período 2008-2012 (LGAEN 2008-2012), com o Princípio 11 – Relevância, do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias (“As estatísticas europeias satisfazem as necessidades dos utilizadores”), com a Carta da Qualidade e com as Políticas de Difusão e de Revisões do INE. O objetivo deste Sistema de Auscultação é garantir que os inquéritos à satisfação dos utilizadores/clientes mantêm uma estrutura de questões e de hipóteses de respostas idênticas, que permite a comparação de resultados, mesmo sendo dirigidos a grupos de utilizadores/clientes diferentes e/ou sobre diferentes serviços prestados pelo INE. Com esta finalidade, os inquéritos à satisfação baseiam-se nas seguintes dimensões de análise:

Dimensão	Descrição
A.1. Qualidade reconhecida	
A.1.1. Qualidade reconhecida à informação estatística:	Avaliação da informação estatística utilizada com base na experiência recente, independentemente do suporte em que é difundida.
A.1.2. Qualidade reconhecida ao serviço:	Avaliação dos serviços prestados pelo INE.
A.1.3. Qualidade reconhecida ao produto:	Avaliação relativa aos suportes usados para difundir a informação.
A.2. Valor:	Nível de qualidade que é reconhecido ao produto/serviço face ao seu preço.
A.3. Imagem:	Associação entre o nível de qualidade reconhecido à informação, produtos e/ou serviços e a instituição no seu todo.
A.4. Expetativas:	Nível de qualidade que os clientes/utilizadores esperam receber no âmbito da prestação de um serviço público.
A.5. Fidelidade:	Atitude (intenção futura) face ao INE.

Atividades realizadas

Em 2011, realizaram-se as seguintes ações no âmbito da auscultação à satisfação dos utilizadores/clientes:

Inquéritos permanentes	Principais atividades
Inquérito permanente à Satisfação dos Utilizadores do Portal	Divulgados os resultados referentes a 2010 e ao 1º Semestre de 2011.
Inquérito permanente à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE	Divulgados os resultados referentes a 2010 e ao 1º Semestre de 2011.
Inquérito permanente à Satisfação do Serviço Prestado: Pedidos de informação e esclarecimentos (Inquérito Pós-Serviço)	Divulgados os resultados referentes a 2010, 1º Trimestre de 2011, 2º Trimestre de 2011 e 3º trimestre de 2011. De modo a agilizar o processo de obtenção dos resultados deu-se início à integração dos dados do inquérito no universo Business Objects.
Inquérito permanente à Satisfação aos participantes das Visitas de Estudo ao INE	Divulgados os resultados referentes a 2010 e ao 1º Semestre de 2011.
Inquérito à Satisfação aos Utilizadores da RIIBES-Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior.	Registo e acompanhamento dos resultados.
Inquérito permanente aos utilizadores do WEBINQ (Inquéritos do INE na Web)	Acompanhamento dos resultados.

Outras iniciativas:

- Com o objetivo de melhorar a qualidade da publicação sobre as estatísticas do Ambiente, o INE promoveu um conjunto de iniciativas que visaram estabelecer o diálogo entre produtores e utilizadores de informação do setor do Ambiente (a sua maioria utilizadores e representantes de entidades com intervenção ou interesse em domínios do ambiente). Este processo de auscultação permitiu identificar objetivamente as necessidades informação deste setor, possibilitando adequar a referida publicação em função das necessidades e expetativas dos seus utilizadores.

- Publicação de artigos no âmbito da satisfação dos utilizadores na INEWS do INE: “Auscultação aos utilizadores do INE” (INEWS nº 07 - março de 2011); “Um ano a medir a Satisfação dos Utilizadores (INEWS nº 08 - junho de 2011); “Serviços Prestados pelo INE: nível de satisfação global - 1º semestre 2011” (INEWS nº 09 - setembro de 2011); “Avaliação da satisfação dos utilizadores (INEWS nº 10 - dezembro de 2011);
- Elaboração do questionário relativo à satisfação dos utilizadores no âmbito dos Eventos organizados no INE (em versão portuguesa e inglesa).

Principais Resultados dos Inquéritos à Satisfação

Apresentação dos Resultados

O método de cálculo dos níveis de satisfação segue a metodologia prevista no Sistema Integrado de Auscultação, utilizando-se para o efeito os Saldos de Respostas Extremas (SRE).

O cálculo de SRE permite avaliar o grau de satisfação dos utilizadores/clientes relativamente a cada um dos aspetos considerados, de forma a valorizar mais as avaliações extremas da escala proposta, e valorizar menos as avaliações intermédias que representam uma satisfação/insatisfação pouco expressiva, utilizando para tal um esquema de ponderações aplicado às frequências relativas de cada valor observado da escala de avaliação, da seguinte forma:

$$SRE = F_1 * (-1) + F_2 * (-0,5) + F_3 * (-0,25) + F_4 * (0,25) + F_5 * (0,5) + F_6 * (1)$$

F_i = Frequência relativa de cada valor observado na categoria i escala de avaliação ($i=1,...,6$)

Os valores obtidos neste saldo variam entre -1 e 1, estando associados aos seguintes níveis de satisfação/insatisfação: “1” – totalmente satisfeito; “-1” – totalmente insatisfeito; os valores perto de “0” estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

Inquéritos permanentes

Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal

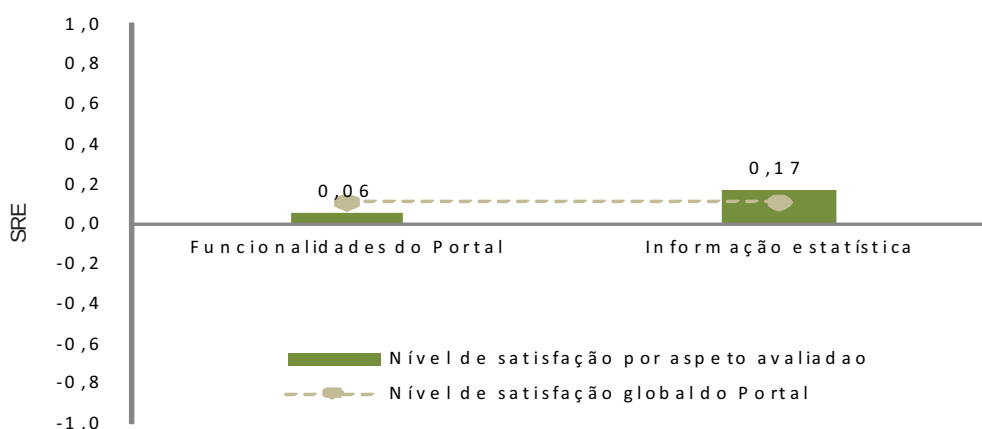
O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores do Portal, disponível de modo permanente no Portal do INE (www.ine.pt), em versão portuguesa e inglesa, tem como objetivo avaliar o grau de satisfação dos utilizadores relativamente a aspetos diretamente relacionados com o Portal e com a informação estatística disponibilizada.

Em 2011, foram considerados 144 questionários, o que representou uma variação positiva de 37,1% relativamente ao ano anterior.

O nível de satisfação global registou um SRE de 0,11, igual ao de 2010, com resultados mais elevados nos aspetos relacionados com a Informação Estatística, quando comparados com a avaliação verificada nos aspetos relacionados com as funcionalidades do Portal.

Os resultados apurados permitiram concluir que o nível de satisfação obtido relativamente aos aspetos relacionados com as funcionalidades do Portal foi de 0,06 (SRE), destacando-se como mais favoráveis os relativos à Imagem global do Portal (0,16) e à Extração/download da informação pretendida (0,14) e, como menos favoráveis, o Motor de pesquisa e o Acesso à informação estatística (ambos com -0,02).

No que se refere à Informação Estatística produzida pelo INE, o nível de satisfação obtido foi de 0,17 (SRE). Os aspetos que mereceram avaliação mais favorável foram a Pertinência da informação (0,25) e a Credibilidade dos dados (0,24), sendo referido com avaliação menos favorável a Desagregação geográfica da informação (0,08).



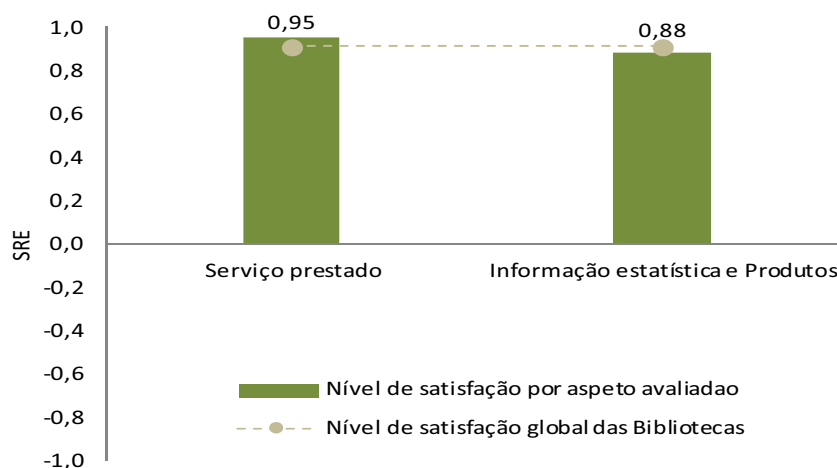
Inquérito à Satisfação dos Utilizadores das Bibliotecas do INE

O Inquérito aos Utilizadores das Bibliotecas do INE (Lisboa, Delegações do Porto, de Coimbra, de Évora e de Faro) realiza-se de modo permanente desde 2003, tendo o questionário sido alterado em 2010. A realização deste inquérito tem 3 objetivos: medir e caracterizar a procura às Bibliotecas, identificar necessidades de informação e avaliar a satisfação dos utilizadores relativamente ao serviço prestado nas Bibliotecas do INE.

Em 2011, o conjunto das cinco Bibliotecas recebeu 1 587 utilizadores, sobretudo no 1º semestre (62,2% do total), em consonância com o calendário escolar. A taxa de resposta ao inquérito foi muito elevada, situando-se em 98,0% nas questões relacionadas com a Informação Estatística/Produtos, e em 98,5% nos aspetos associados ao Serviço prestado.

Os resultados apurados mostram níveis de satisfação muito elevados por parte dos utilizadores, tendo o nível global de satisfação para o conjunto das bibliotecas sido de 0,91 (SRE), com apreciação mais favorável sobre o Serviço prestado (SRE de 0,95), face à avaliação atribuída à Informação Estatística e Produtos (SRE de 0,88).

O gráfico seguinte apresenta os resultados obtidos, por aspeto analisado.

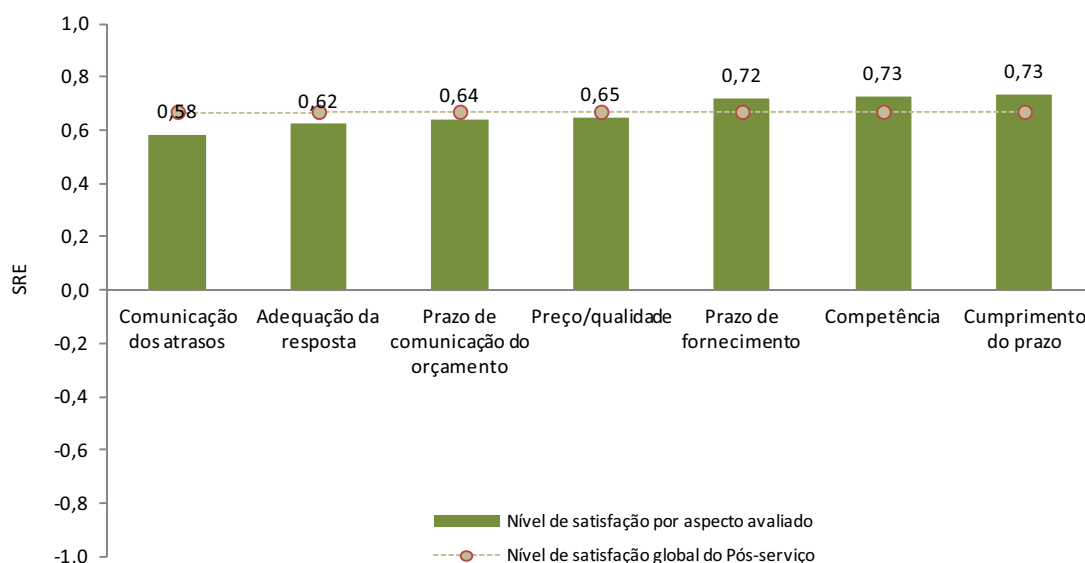


Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Pós-Serviço

A realização do Inquérito, através de inquirição sistemática a partir de maio de 2010, tem como principal objetivo avaliar o grau de satisfação dos utilizadores de Informação Estatística sobre o serviço prestado pelo INE na resposta a pedidos de informação.

Em 2011, foram recebidos 2 568 questionários, situando-se a taxa de resposta em 30,6%, nível muito significativo para um inquérito deste tipo, com um tempo médio de resposta de 1,6 dias úteis.

Os resultados apurados evidenciaram a apreciação bastante positiva dos respondentes em todos os aspetos considerados (nível global com SRE de 0,67), em particular nos aspetos relacionados com a Competência dos técnicos de atendimento e o Cumprimento do prazo previsto para a entrega da informação (ambos com SRE de 0,73).

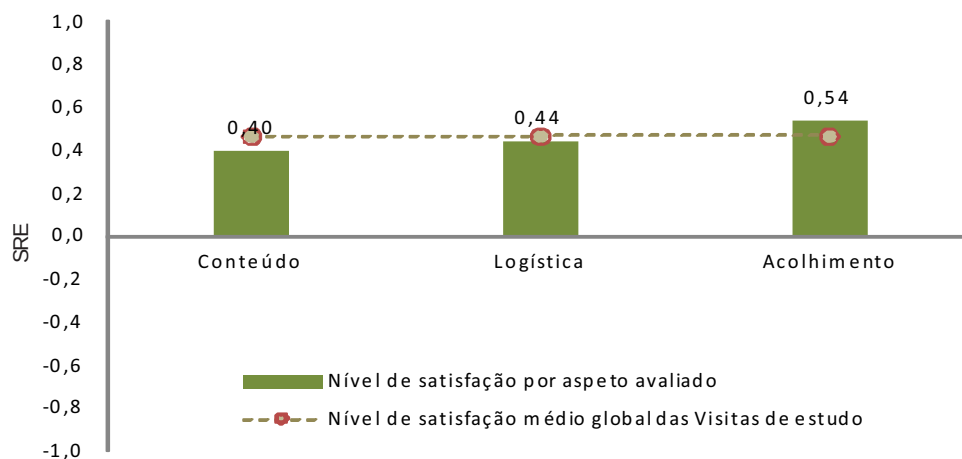


Inquérito à Satisfação das Visitas de Estudo

O Inquérito à Satisfação dos Utilizadores de Informação Estatística – Visitas de Estudo, efetuado de modo sistemático desde 2010, tem como objetivo avaliar o grau de satisfação dos docentes e estudantes nos aspetos relacionados com o conteúdo da Apresentação efetuada, com as questões de Organização de visita, com a Intervenção dos técnicos do INE, bem como com a utilização regular do Portal do INE e do ALEA.

Em 2011, foram realizadas 40 visitas, no Porto, Coimbra, Lisboa e Faro, envolvendo 1 699 participantes, tendo a taxa de resposta global sido de 97,1%.

Os resultados apurados revelaram uma avaliação média global elevada dos 14 aspetos considerados nos inquéritos (SRE de 0,47), tendo os aspetos relativos ao Acolhimento/Intervenção dos técnicos do INE sido apreciados de modo mais favorável (SRE de 0,54) do que os aspetos ligados a questões de Logística (0,44) e ao Conteúdo da apresentação (0,40).



No que se refere ao Portal e ao ALEA, de sublinhar a apreciação muito equilibrada entre os diferentes aspetos, verificando-se que a média dos SRE foi idêntica (0,43), à semelhança do que acontecera no ano anterior.

Síntese dos resultados

O quadro seguinte apresenta a síntese dos resultados dos inquéritos realizados entre 2007 e 2011, assim como as taxas de resposta obtida, em 2011, em cada inquérito.

Inquéritos realizados	Taxa de resposta	Nº Respondentes	Resultados (SRE)(a)				
	2011	2011	2007	2008	2009	2010	2011
Inquéritos permanentes							
Bibliotecas	98,3%	1587	0,94	0,95	0,96	0,88(c)	0,91
Portal	n.a.(b)	144	-0,21	0,11	0,04	0,11	0,11
Visitas de Estudo	97,1%	1699	n.a.	n.a.	0,54 (d)	0,52	0,47
Pós-Serviço	30,6%	2568	n.a.	n.a.	0,64	0,64 (e)	0,67
Inquéritos pontuais							
Ensino Superior (f)	n.a	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,45	n.a.
Ensino Superior (Economia e Gestão)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,3	n.a.	n.a.
Associações Empresariais	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,28	n.a.	n.a.

Notas:

(a) SRE: valores variam entre -1 e 1, em que "1" = totalmente satisfeito e "-1" = totalmente insatisfeito; os valores perto de "0" estão associados a graus de satisfação/insatisfação pouco expressivos.

(b) Não é possível determinar a taxa de resposta, tendo em conta que a resposta a este inquérito é da iniciativa dos respondentes, por este estar disponível no Portal do INE.

(c) Em 2010 passou a ser aplicado o novo questionário.

(d) Em 2009 apenas foi analisada a satisfação de uma Visita, passando em 2010 a abranger todas as Visitas.

(e) O inquérito iniciou-se em meados de maio de 2010.

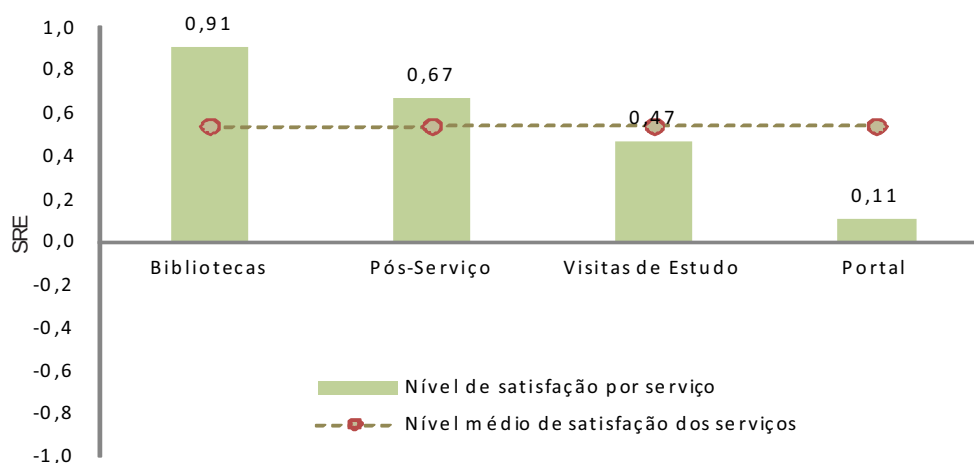
(f) Cursos abrangidos: Administração Pública, Arquitetura, Contabilidade e Finanças, Geografia, Jornalismo e Comunicação Social, Matemática, Relações Internacionais e Sociologia.

Nível de Satisfação dos Clientes

O cálculo do indicador "Nível de satisfação dos clientes" apresentado no QUAR 2011 segue a metodologia adotada desde 2008, integrando os Inquéritos à satisfação aos utilizadores do Portal, aos

utilizadores das Bibliotecas do INE, aos utilizadores do Pós-serviço e aos participantes nas Visitas de Estudo. O nível de satisfação dos clientes é o resultado da média aritmética dos níveis de satisfação obtidos através dos quatro inquéritos referidos, sendo cada um dos resultados um SRE cujo sistema de ponderadores se encontra acima mencionado.

Em 2011, o nível global de satisfação dos clientes foi de 0,540 SRE, acima das expectativas definidas pelo INE, já que a meta estabelecida no QUAR 2011 compreendia o intervalo entre 0,475 e 0,525. No que se refere ao contributo de cada um dos serviços para o resultado global salienta-se, por um lado, os excelentes resultados das Bibliotecas do INE (tal como acontecera em 2008, 2009 e 2010) e do Pós-serviço (situação idêntica em 2010). O Portal continua a obter os resultados menos favoráveis.



1.6.2.2. Sistema de Sugestões e Reclamações

Desde 2001 que o INE dispõe de um Sistema de Sugestões e Reclamações, através do qual é efetuado o registo, encaminhamento e tratamento das sugestões e reclamações recebidas. A última revisão do procedimento interno data de 2009, encontrando-se em conformidade com os compromissos assumidos na Carta da Qualidade (revista em 2009).

Os indicadores analisados na monitorização do Sistema de Sugestões e Reclamações são os seguintes:

- O número de sugestões e reclamações;
- A tipologia das sugestões e reclamações;
- A execução dos prazos de tratamento das sugestões e reclamações;
- As ações de melhoria decorrentes das sugestões e reclamações.

Atividades realizadas

- Registo, acompanhamento e análise das sugestões e das reclamações recebidas, devidamente enquadrados no Sistema de Gestão de Sugestões e Reclamações;
- Elaboração do relatório trimestral, com análise dos indicadores de monitorização do Sistema de Sugestões e Reclamações.

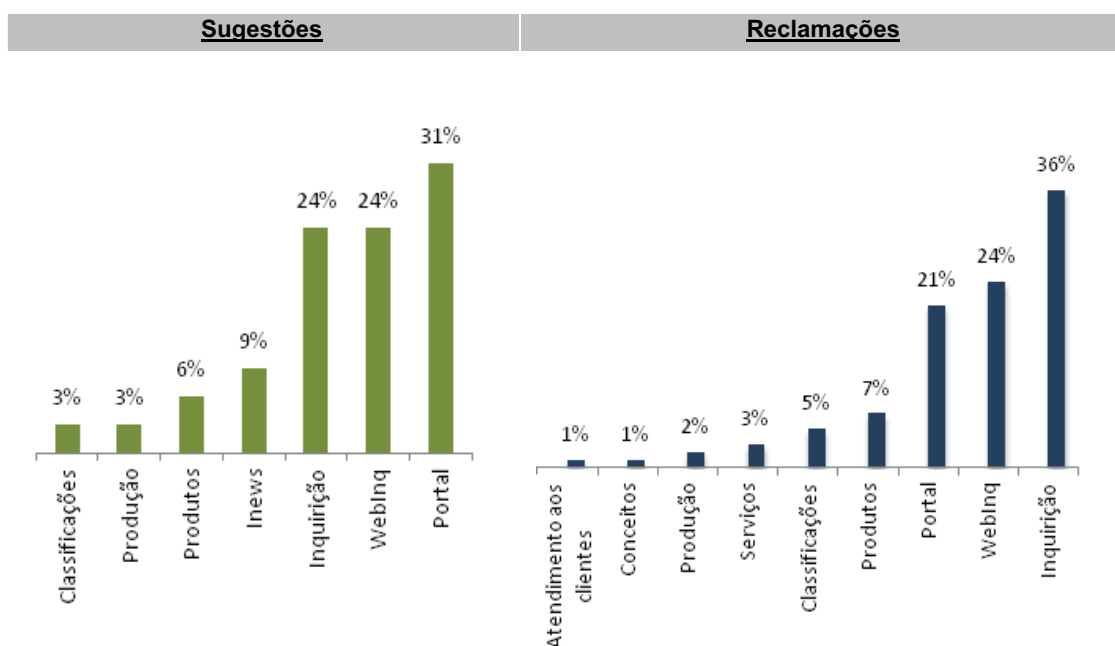
Síntese dos Resultados das Sugestões e Reclamações

De salientar que, nesta síntese dos resultados das Sugestões e Reclamações, se incluem as de carácter extraordinário relativas à operação Censos 2011.

Em 2011, no âmbito do Sistema de Sugestões e Reclamações, o INE recebeu 123 reclamações (88 em 2010) e 32 sugestões (55 em 2010). O tempo médio de resposta às reclamações foi de 3 dias úteis e às sugestões foi de 3 dias úteis.

O Portal foi o meio mais utilizado para apresentar sugestões e reclamações (cerca de 51% das ocorrências registadas em 2011), seguindo-se o WebInq (cerca de 49% do total), sendo de assinalar, neste caso, que a receção dos contributos se iniciou apenas em junho de 2010.

As sugestões e reclamações recebidas foram classificadas de acordo com a tipologia definida nos gráficos seguintes, sendo de referir que os assuntos mais frequentes foram a Inquirição para as reclamações e o Portal para as sugestões.

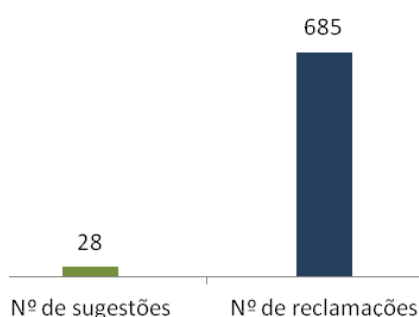


Na sequência das sugestões e reclamações recebidas, definiram-se 140 ações de melhoria, das quais 91% tiveram implementação imediata.

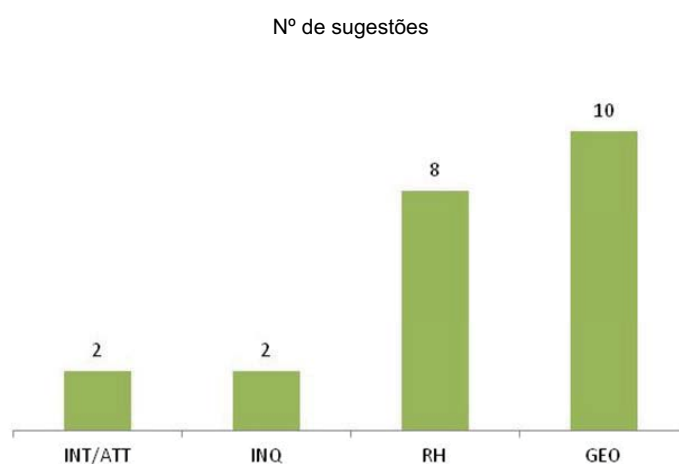
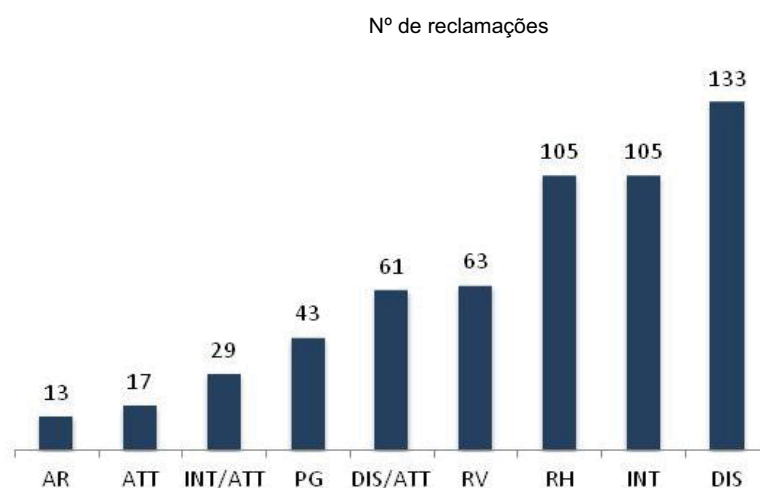
Ações de melhoria	Nº
Implementação imediata	128
Implementação a curto/médio prazo	9
Implementação de longo prazo	3
Total	140

Síntese dos Resultados das Sugestões e Reclamações relativas aos Censos 2011

No ano de 2011 registou-se no Sistema de Sugestões e Reclamações um total de 685 reclamações e 28 sugestões, valores que não incluem as reclamações e/ou sugestões registadas noutros meios de contacto disponíveis para o apoio aos Censos.

**Número de sugestões e reclamações, por tipo**

No que se refere ao número de reclamações e sugestões, do total registado, salientam-se as mais representativas em termos numéricos, dado que as restantes foram consideradas em Outras.



Tipologia das sugestões e reclamações / Assunto

Tipologia	Assunto	Sigla
Atuação do recenseador	Reclamações e sugestões sobre o relacionamento interpessoal com os recenseadores	AR
Atendimento telefónico	Reclamações e sugestões sobre as dificuldades no acesso à linha de apoio telefónico	ATT
Distribuição dos questionários	Reclamações e sugestões sobre a ausência de questionários e de códigos para resposta pela Internet	DIS
Georreferenciação	Reclamações e sugestões sobre o apoio ou acesso à base geográfica	GEO
Internet	Reclamações e sugestões sobre os problemas registados com o acesso ao e-Censos e com o registo	INT
Inquirição	Sugestões e reclamações sobre a resposta a inquéritos, conteúdo dos questionários e seleção dos inquiridos	INQ
Pagamento	Reclamações e sugestões sobre os atrasos verificados no pagamento aos recenseadores, bem como sobre os critérios aplicados no cálculo dos valores a pagar	PG
Pergunta 32 do questionário	Reclamações e sugestões sobre a formulação indevida desta questão	RV
Recrutamento	Reclamações e sugestões sobre os critérios de seleção dos recenseadores	RH

1.7. COOPERAÇÃO ESTATÍSTICA INTERNACIONAL

1.7.1. Atividades no âmbito do Sistema Estatístico Europeu e com outras organizações internacionais no domínio da estatística

Em 2011, o INE participou num total de 239 reuniões internacionais, que envolveram 291 deslocações, a maior parte das quais no âmbito da União Europeia.



Esta participação envolveu:

- Reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu, bem como dos diversos grupos de diretores e dos grupos de trabalho do EUROSTAT, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu;
- *Task Forces* relevantes a nível europeu, designadamente sobre a revisão do Regulamento relativo às Estatísticas Europeias (Regulamento nº 223/2009), revisão do Manual relativo às PPC, Manual das contas trimestrais, ajustamento sazonal, entre outras, bem como reuniões do Sponsorship da qualidade;
- Liderança de projetos de grande envergadura e importância na UE, designadamente: “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa; “SDMX – Statistical Data and Metadata Exchange”, que entrou em fase final, e no “Projeto-piloto europeu de construção de índices de preços para habitação própria”;
- Participação em ESSnets, destacando-se “Grupos de Empresas”, “Measuring global value chains”, “*Micro Data Linking and Data Warehousing in Statistical Production*”, e conclusão da participação na ESSnet sobre “utilização de dados administrativos e contabilísticos nas Estatísticas das Empresas”;
- Acompanhamento da discussão de 6 propostas de atos legislativos no âmbito das reuniões do Grupo “Estatísticas” do Conselho da União Europeia, destacando-se a aprovação e publicação dos Regulamentos do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as Estatísticas Europeias do Turismo (Regulamento nº 692/2011, de 6 de julho), sobre as Contas Económicas Europeias do Ambiente (Regulamento nº 691/2011, de 6 de julho) e sobre as Estatísticas Europeias das Culturas Permanentes (Regulamento nº 1337/2011, de 13 dezembro);

- Reuniões de acompanhamento de subvenções financeiras e contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Comissão Europeia;
- Sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE, bem como participação em Conferências e reuniões temáticas no âmbito das Nações Unidas, em particular na área da População e Desenvolvimento, e em reuniões da OCDE, destacando-se as áreas de Indicadores Territoriais, Contas Nacionais e Contas da Saúde;
- Ações de formação profissional nos mais diversos domínios estatísticos, realizadas sobretudo em países da UE.

O INE participou num total de 194 reuniões no âmbito do Eurostat, envolvendo 237 técnicos, abrangendo a maior parte a participação em grupos de trabalho.

Reuniões no âmbito do Eurostat (Nº)



1.7.2. Atividades de Cooperação Estatística

No âmbito da cooperação com os países de língua portuguesa destacaram-se, em 2011, as seguintes atividades:

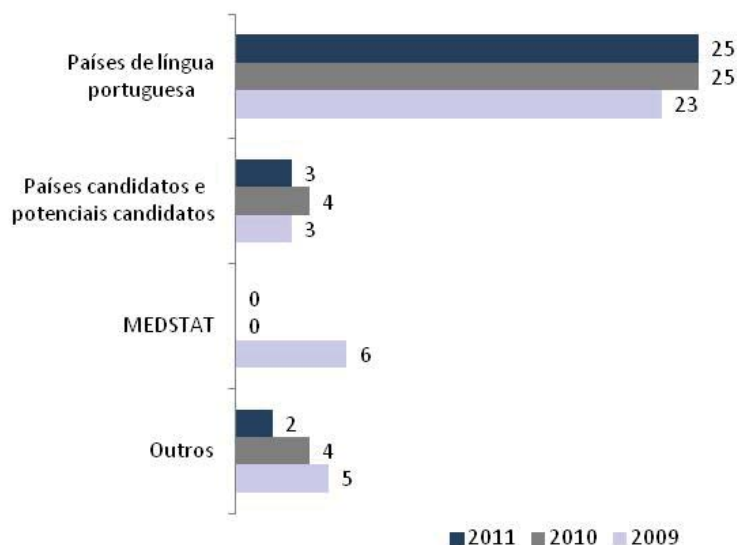
- Apoio ao INE de Moçambique na área do Planeamento e Custeio de Atividades;
- Desenvolvimento de ações de cooperação com o INE de Moçambique no âmbito dos Contratos formulados ao abrigo do Fundo Comum para Moçambique, nomeadamente Contrato para Serviços de Consultoria na área da Legislação, Contencioso Estatístico, Advocacia e áreas afins; e Contrato na área do Índice de Preços no Consumidor, Ficheiros de Unidades Estatísticas, Classificações, Sínteses de Conjuntura Económica e áreas afins;

- Apoio na publicação da Classificação Nacional de Profissões de Cabo Verde – Revisão 1 (2010);
- Apoio ao INE de Angola, na área das Estatísticas de Preços, através de missão de assistência técnica a Luanda;
- Apoio ao INE de Cabo Verde na área do Sistema de Informação Geográfica, Cartografia Censitária e Difusão;
- Elaboração do Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste, aprovado na sua Fase 1 (2012) pela XXIII Reunião de Pontos Focais de Cooperação da CPLP, de julho de 2011, em Luanda, tendo cofinanciamento do Fundo Especial da CPLP;
- Constituição de parceria com o INE de Moçambique, através do apoio de uma técnica superior em estágio de longa duração, para assegurar os trabalhos de atualização dos dados da publicação “Estatísticas da CPLP”, com reedição prevista para 2012;
- Publicação semestral de Newsletter bilingue sobre as atividades de cooperação internacional desenvolvidas pelo INE, incidindo em particular na cooperação estatística com os países de língua portuguesa.

Na cooperação com outros países, destaca-se:

- Acolhimento de visitas de trabalho de técnicos de países candidatos e potenciais candidatos, ao abrigo de programas da UE, nomeadamente do Montenegro, na área de Sistema de Metainformação, bem como da Croácia, na área da Difusão, e de países da região dos Balcãs, na área de Contas Económicas da Agricultura.
- Acolhimento de visitas de trabalho de outros países, tais como a China e a Argélia, respetivamente sobre a organização e áreas de produção do INE e do SEN e sobre estatísticas do emprego e o funcionamento do SEN.

Ações por Tipo de Programa (Nº)



2. ANÁLISE SINTÉTICA DO BALANÇO SOCIAL DO INE

O Balanço Social relativo à situação do INE em 31 de dezembro de 2011, no que se refere aos seus recursos humanos, foi elaborado tendo em consideração os conceitos inerentes ao Balanço Social no contexto do Decreto-Lei N° 190/96.

a) Total de trabalhadores no quadro

O número de trabalhadores que integravam o quadro do INE era de 671, face a 676 no final do ano anterior, que se deveu essencialmente:

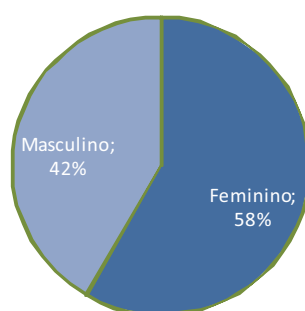
• Reforma	1
• Limite de idade	1
• Exoneração a pedido do trabalhador	1
• Cessação de comissão de serviço	1
• Morte	1
• Outros motivos	5

compensado parcialmente por entradas devido a:

• Processo concursal	2
• Mobilidade interna a órgãos ou serviços	2
• Regresso de pessoal do quadro	1

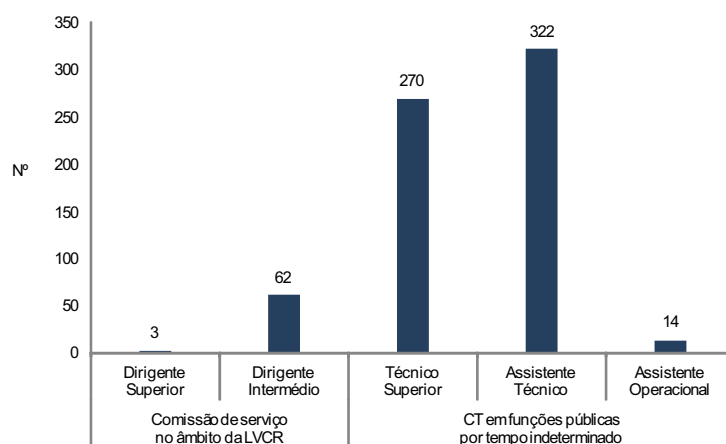
b) Distribuição por género

Em 2011, cerca de 58% dos trabalhadores eram do género feminino.



c) Distribuição por tipo de vínculo

O número de trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado representava 90,3% do total, enquanto 9,7% se encontravam em Comissão de Serviço na condição de Dirigente Superior ou de Dirigente Intermédio.



d) Distribuição por carreiras

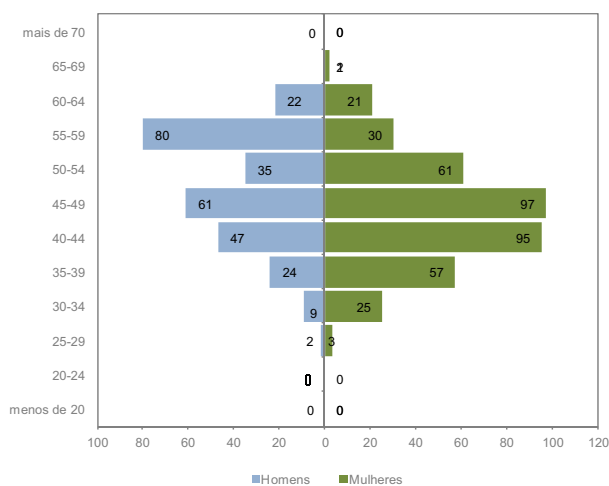
Em 31 de dezembro a estrutura dos efetivos do INE era a seguinte:

Dirigentes	65
Técnicos Superiores	270
Assistentes Técnicos	323
Apoio Geral	14
Total	671

e) Estrutura etária

No final de dezembro, 44,7% dos trabalhadores tinha entre 40 e 49 anos. A proporção de trabalhadores com menos de 35 anos representava 5,8% do total de trabalhadores (7,2% no caso da população feminina e 3,9% da população masculina) e 37,4% idade igual ou superior a 50 anos (29,2% da população feminina e 48,9% da masculina).

O leque etário era de 2,44, situando-se a média etária dos trabalhadores em 47,8 anos, sendo de 50,0 anos na população masculina e de 46,2 anos na população feminina.



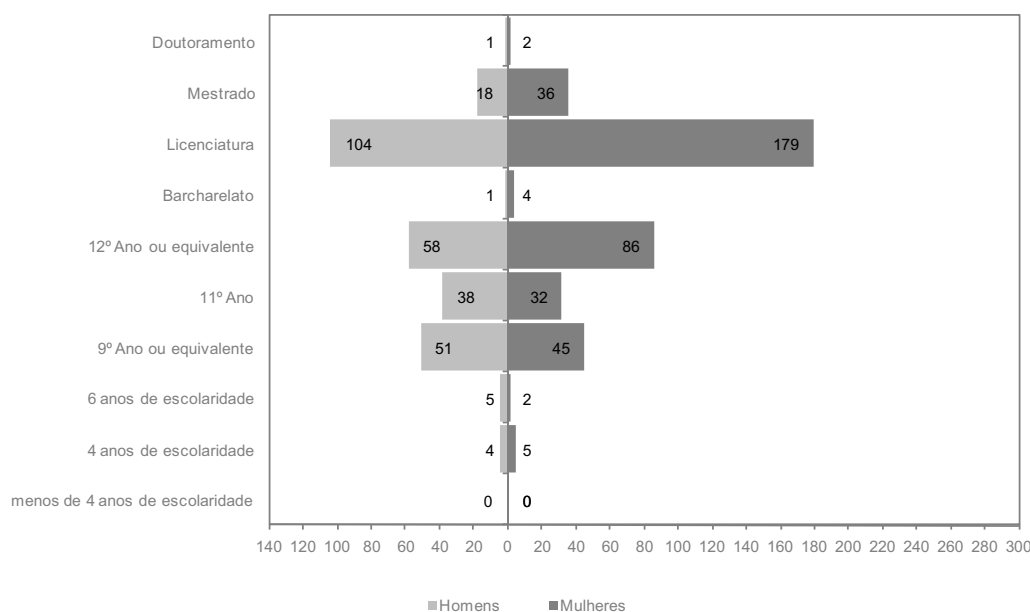
f) Estrutura de profissões

Do conjunto de trabalhadores, 49,9% eram Dirigentes e Quadros superiores, 48,1% profissionais qualificados e semiqualeificados e 2,1% pessoal não qualificado.

g) Estrutura de habilitações

O nível de habilitações mais frequente foi a licenciatura (42,2%), seguindo-se o 12º Ano ou equivalente (21,5%). De notar que 8,4% dos trabalhadores dispunham de Mestrado e Doutoramento, enquanto que 27,1% dos trabalhadores dispunham de habilitações inferiores ao 12º Ano.

Proporcionalmente ao total dos trabalhadores, os trabalhadores do género feminino eram portadores de habilitações mais elevadas do que os do género masculino: 32,9% dos trabalhadores que dispunham de habilitações superiores ao 12º Ano (ou equivalente) eram do género feminino, enquanto apenas 18,5% dos trabalhadores nessa situação eram do género masculino. Por outro lado, e relativamente ao total de trabalhadores, 23,2% dos trabalhadores com habilitações iguais ou inferiores ao 12º Ano eram do género masculino e para as mesmas circunstâncias 25,3% eram do género feminino.



h) Alterações na situação dos trabalhadores

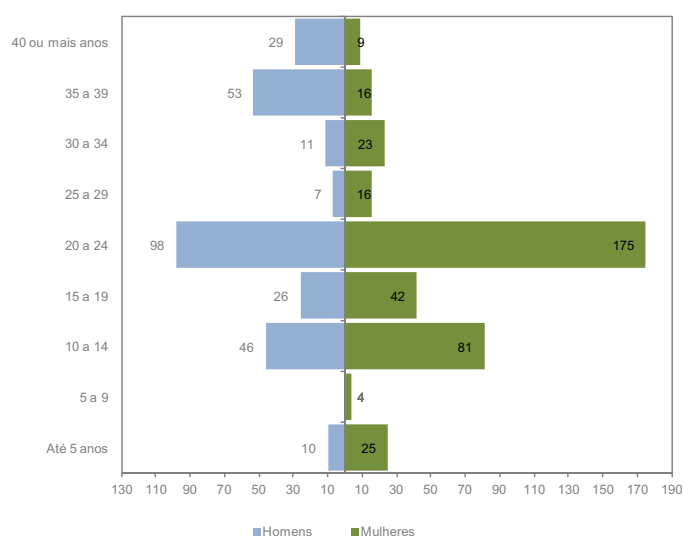
A situação profissional foi modificada, em 2011, para 3 efetivos devido unicamente a procedimentos concursais.

i) Antiguidade

A classe de antiguidade mais frequente verificou-se entre os 20 e os 24 anos, abrangendo 40,7% dos trabalhadores, seguindo-se, com 18,9%, a classe compreendida entre os 10 e os 14 anos.

A proporção de trabalhadores com menos de 10 anos de antiguidade, no final de dezembro de 2011, era de apenas 5,8% do total, ao mesmo tempo que a importância relativa dos trabalhadores com 30 ou mais anos de antiguidade atingia 21,0%.

Registou-se uma antiguidade média dos trabalhadores de cerca de 22 anos, sendo de 19,9 anos no caso das mulheres e de 25,0 anos no caso dos homens.



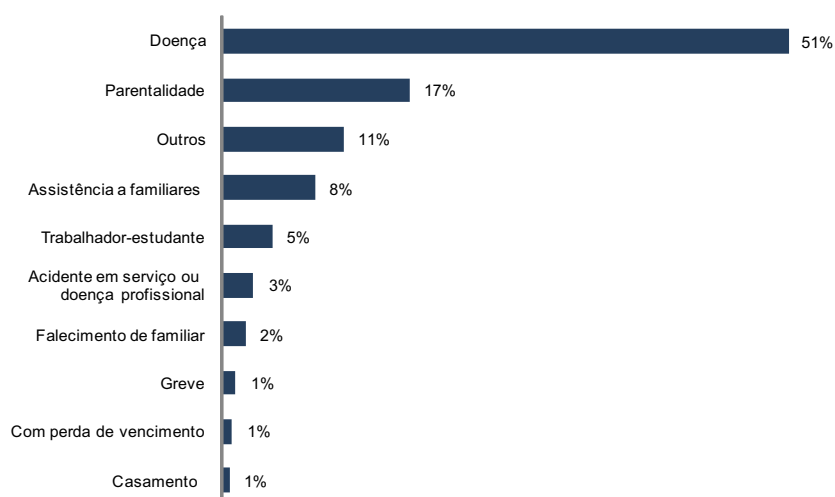
j) Modalidades de horários

65,3% dos trabalhadores (60,5% dos quais do género feminino) praticavam horário de trabalho flexível, ocorrendo a isenção de horário de trabalho para 30,7% do total (48,5% dos quais do género feminino).

O horário a tempo completo foi praticado por 99,7% dos trabalhadores, enquanto o período normal de trabalho inferior ao praticado a tempo completo envolveu 0,3% do total de trabalhadores.

k) Absentismo

Em 2011, verificou-se uma taxa de absentismo de 4,3%. O número total de dias de absentismo dos trabalhadores do INE foi de 6 532, correspondendo a um aumento de 3,8% face a 2010. De salientar que 67,9% dos dias perdidos deveu-se a motivos de doença (50,9%) e de parentalidade (17,0%).

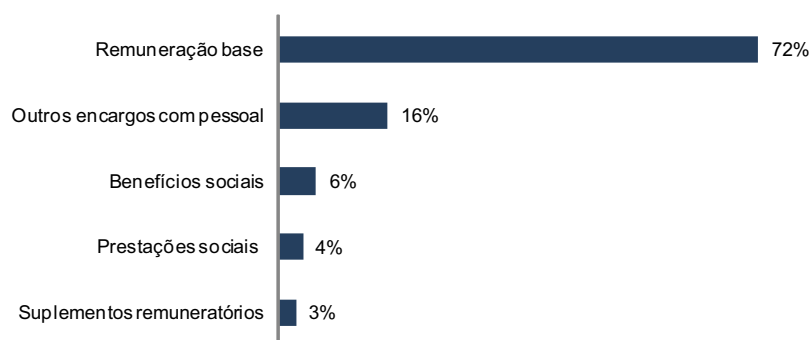


l) Horas de trabalho extraordinário

Em 2011, o número de horas de trabalho extraordinário foi de 5 214 horas, maioritariamente trabalho prestado em dias de descanso semanal complementar e em período diurno.

m) Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal atingiram 21,7 milhões de euros, devido sobretudo aos encargos com a remuneração base (71,8%).



n) Estrutura remuneratória

Em dezembro de 2011, 66,0% dos trabalhadores auferiam remunerações mensais ilíquidas inferiores a 1750 Euros. Esta proporção era de 66,2% para os trabalhadores do género feminino e de 65,7% para os trabalhadores do género masculino.

A importância relativa dos trabalhadores do género feminino com nível de remuneração mensal ilíquida igual ou superior a 3000 Euros era então de 8,4%, sendo de 13,2% no caso dos trabalhadores do género masculino.

Do total de trabalhadores, 2,2% auferiram remunerações mensais ilíquidas inferiores a 1000 Euros.

o) Higiene e Segurança no Trabalho

Em 2011 ocorreram 2 acidentes de trabalho a totalidade *in itiner*, tendo sido declarado 1 caso de incapacidade temporária e absoluta.

No âmbito das atividades de Medicina no trabalho, de referir a realização de 530 exames médicos, dos quais cerca de metade foram efetuados no âmbito de exames periódicos e a outra metade realizados no âmbito exames ocasionais e complementares. Foram também realizados 3 exames no contexto de admissão de trabalhadores.

Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

A Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho do INE foi criada em 2006 e objeto de publicação no BTE, 1ª Série, Nº2 de 15 de janeiro de 2007.

Esta Comissão, coordenada por um Técnico Superior de Higiene e Segurança devidamente certificado, funciona em estreita articulação com o Médico do Trabalho.

Trata-se de uma intervenção no âmbito dos Recursos Humanos muito bem acolhida pelos trabalhadores e que tem contribuído para a melhoria do bem-estar social geral.

A Comissão realizou 12 reuniões e 6 visitas aos vários locais de trabalho.

Refira-se, ainda, que foram ministradas 2 ações de formação e sensibilização em matéria de segurança e saúde no trabalho, abrangendo um total de 24 trabalhadores.

Foram divulgadas diversas comunicações relacionadas com as condições de saúde no local de trabalho, em especial no âmbito da prevenção sobre temáticas tão vastas como: tabagismo, ergonomia, diabetes, gripe sazonal, infeções respiratórias, cancro da próstata e da mama, sida, depressão, stresse laboral, cuidados e preocupações relacionados com o calor intenso, lesões músculo esqueléticas, a importância da visão e a atividade física e o desporto, entre outras.

Como forma de sensibilização, foram assinaladas datas importantes tais como: Dia Mundial da Luta contra a SIDA, Dia Nacional da Prevenção do Cancro da Mama, Dia da Luta Contra o Cancro, Dia Mundial do Diabetes, Dia Nacional do Não Fumador, Dia Mundial da Alimentação, Dia Mundial da Saúde Oral, Dia Mundial da Doença de Alzheimer e Dia Mundial do Coração.

B - CONTAS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. RECURSOS FINANCEIROS

Apresenta-se a análise da execução financeira do INE, relativa ao exercício de 2011.

Esta análise é desenvolvida na perspetiva da execução financeira do orçamento aprovado (ótica da Contabilidade Pública) e também na perspetiva da situação patrimonial (ótica da Contabilidade Patrimonial - POCP).

1.1. ÓTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

No decurso de 2011, além da preparação e execução das operações correntes, decorreram os trabalhos relacionados com a recolha dos dados da operação estatística decenal mais relevante do INE: Os Recenseamentos da População e da Habitação (Censos2011).

A execução financeira do exercício em análise continuou a beneficiar de medidas destinadas a otimizar a execução orçamental, ao nível de:

- Adoção sistemática de medidas de rigor e racionalização ao nível das despesas de funcionamento e dos custos da atividade estatística;
- Incremento do aproveitamento de dados administrativos para a produção de estatísticas oficiais, o qual está dependente da cooperação das entidades que os detêm;
- Intensificação da utilização de métodos de recolha mais avançados e com menores custos, designadamente com o recurso à Internet junto das empresas e tendencialmente junto das famílias, e à entrevista telefónica sobretudo junto das famílias.

Em resultado destas medidas, das cativações imposta pelo Ministério das Finanças sobre as dotações disponíveis do PIDDAC e do rigoroso controlo das despesas associadas à recolha dos Censos 2011 (com recenseadores e outras imputadas pelos vários municípios), o exercício encerrou com um excedente de € 9.126.745, sendo € 8.840.924 na dotação do OE (Funcionamento: € 8.412.880 e PIDDAC: € 428.044) e € 285.821 nas Receitas Próprias, neste caso devido à emissão e cobrança de guias de receita no final do exercício.

Importa, ainda, referir que o excedente de € 9.126.745 resultou de poupanças ao nível dos encargos com a atividade corrente no valor de € 4.233.513 e de encargos previstos com os Censos2011 no valor de € 4.893.232.

Execução Financeira (Ótica Tesouraria)

	2011	2010
1. RECEITAS	74.055.168	46.105.049
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	70.855.577	36.139.122
Receitas Próprias (Efetivamente Cobradas e Saldos Integrados)	2.741.774	9.407.826
PIDDAC - Correntes (Orc. Inicial Corrigido)	0	0
PIDDAC - Capital (Orc. Inicial Corrigido)	457.817	558.101
2. DESPESAS	64.928.423	43.648.790
Pessoal do Quadro, Requisitados e com Contrato a Prazo	23.550.306	26.678.823
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença (entrevistadores/outros)	28.825.593	10.854.024
Prémios de Desempenho	0	160.038
Indemnizações por Rescisões de Contratos	0	0
Fornecimentos e Serviços Externos	12.226.917	5.306.174
Investimentos	325.607	649.731
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	9.126.745	2.456.259

Ao nível da evolução da **Despesa**, é de assinalar:

- a) O aumento de 48,8% na despesa total, devido a despesas associadas à realização dos Censos 2011;
- b) O decréscimo de 11,7% do nível das despesas com pessoal (Quadro, Requisitados e com Contrato a prazo) que representam 36,3% da despesa total devido aos contratos a prazo para o Recenseamento Agrícola no 1º semestre de 2010 e à redução dos salários definida na Lei do Orçamento do Estado para 2011;
- c) O acréscimo de 165,6% nas despesas com a recolha de informação (44,4% do total), devido à realização dos Censos 2011 (estiveram no terreno, cobrindo todo o território nacional, cerca de 25.000 pessoas);
- d) Um acréscimo de cerca de 130,4% nos “Fornecimentos e Serviços Externos”, que representaram 18,8% da despesa total, associados a bens e serviços (instrumentos de notação, publicidade, leitura ótica, etc.) essenciais para a realização dos Censos 2011 e apuramento dos seus resultados;
- e) O decréscimo de 49,9% nas despesas de investimento (0,5% do total), devido ao nível atingido em 2010 no âmbito da realização do Recenseamento Agrícola e da preparação dos Censos 2011.

Ao nível da evolução da **Receita**, é de destacar o seguinte:

- a) Um aumento de 60,6% no montante total da receita disponível;
- b) Maior relevância dos recursos financeiros provenientes do Orçamento do Estado (95,7% do total), que registaram um aumento de 96,1%, para fazer face a despesas não correntes relacionadas com os Recenseamentos à População e à Habitação (Censos 2011);

- c) Uma diminuição de 70,9% nas Receitas Próprias (3,7% do total), devido à transferência de verbas do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para suportar parte dos custos relacionados com o Recenseamento Agrícola;
- d) Diminuição no financiamento através do PIDDAC (0,6% do total).

1.2. ÓTICA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

Os recursos financeiros segundo a ótica de proveitos, ou seja, independentemente dos recebimentos efetivos, num total de € 65.214.244,17, tiveram as seguintes origens:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 62.472.470,50 (95,8%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento (€ 62.442.697,01) e das verbas inscritas no PIDDAC - Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (€ 29.773,49).
- **Receitas Próprias**, no valor de € 2.741.773,67 (4,2%), decorrente das vendas e prestações de serviços (€ 872.348,20), participações financeiras (€ 1.619.949,88) e recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 249.475,59).

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, cujas demonstrações financeiras a seguir se apresentam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente favorável.

Para além de outros fatores, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das despesas de funcionamento, quer das despesas de investimento, fatos que permitiram registar poupanças nas dotações disponíveis do Orçamento do Estado e do PIDDAC.

O resultado líquido do exercício apresenta-se positivo em € 215.519,93, devida e detalhadamente justificado no Anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Nos últimos 6 anos, a evolução dos recursos financeiros do Instituto foi a seguinte:

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

2006	2007	2008	2009	2010	2011
29.767.613,24	30.531.374,38	30.924.923,43	33.017.189,44	35.973.959,43	62.442.697,01

Orçamento do Estado - PIDDAC

2006	2007	2008	2009	2010	2011
488.897,10	526.291,94	652.161,15	643.823,15	117.958,35	29.773,49

Receitas Próprias

2006	2007	2008	2009	2010	2011
4.619.650,70	5.126.712,08	2.677.042,59	5.217.048,18	7.174.748,63	2.741.773,67

Total Geral

2006	2007	2008	2009	2010	2011
34.876.161,04	36.184.378,40	34.254.127,17	38.878.060,77	43.266.666,41	65.214.244,17

Nota:

2007 - Inclui as receitas e despesas associadas à organização e realização do ISI 2007, em Lisboa;

2009 - Inclui a realização do Inquérito Piloto dos Censos 2011 e o lançamento do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009);

2010 - Inclui a conclusão da recolha do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009) e o lançamento dos Censos 2011;

2011 - Inclui a recolha e inícios do tratamento dos dados relativos aos Censos 2011.

2.1. BALANÇO E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A estrutura do Balanço, à data de 31 de Dezembro de 2011, mantém-se muito próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o ativo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 87,8% do ativo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes principais variações:

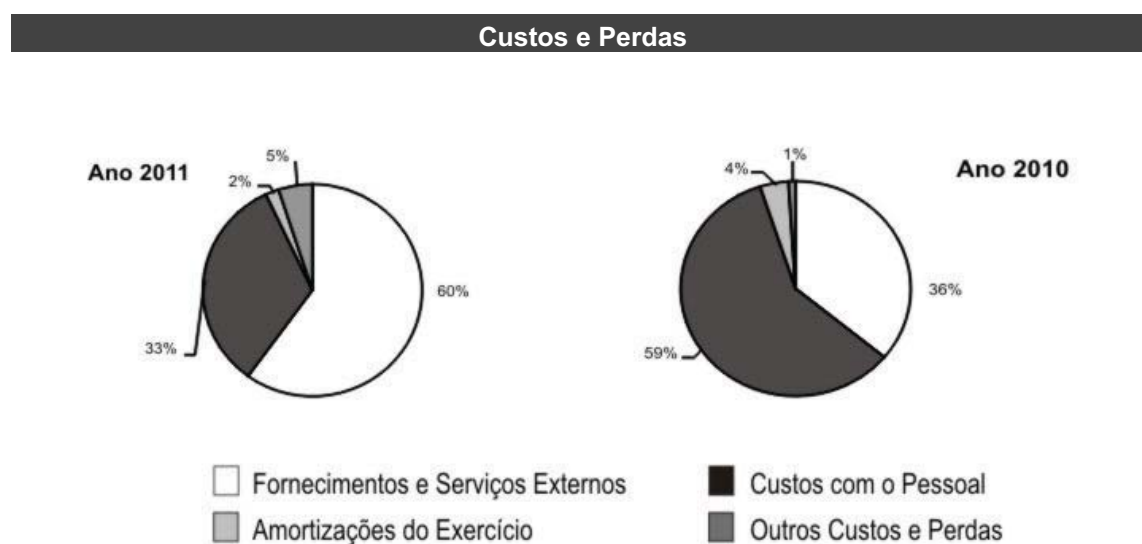
- a) Imobilizações corpóreas – diminuição do ativo líquido no exercício, em resultado de abates de natureza contabilística efetuados em 2011. (Ver Nota 8.2.7);
- b) Dívidas de terceiros – aumento dos saldos de “clientes c/c e de outros devedores”, devido ao atraso no pagamento da última tranche da subvenção financeira relacionada com o Recenseamento Agrícola 2009, por parte do EUROSTAT;

As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

2.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - CUSTOS E PROVEITOS

Os **custos** do exercício de 2011 com o desenvolvimento das atividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 67.102.601,37 face a € 44.425.756,30 em 2010.

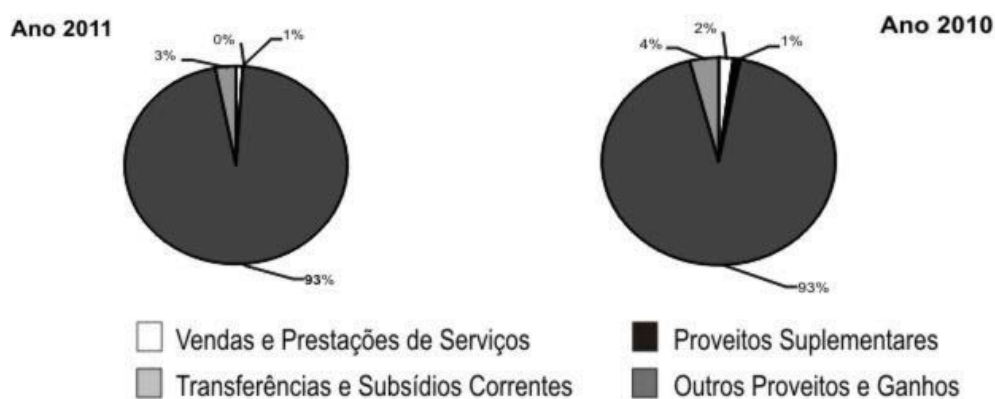
Ao nível da estrutura dos custos o peso das quatro grandes rubricas em análise apresenta variações, tendo-se registado a seguinte evolução:



No entanto e como já referido no ponto “1.1. Ótica da Contabilidade Pública”, o aumento registado na totalidade dos custos resultou, sobretudo, do incremento da atividade não corrente resultante da recolha e início do tratamento dos dados relativos aos Censos 2011.

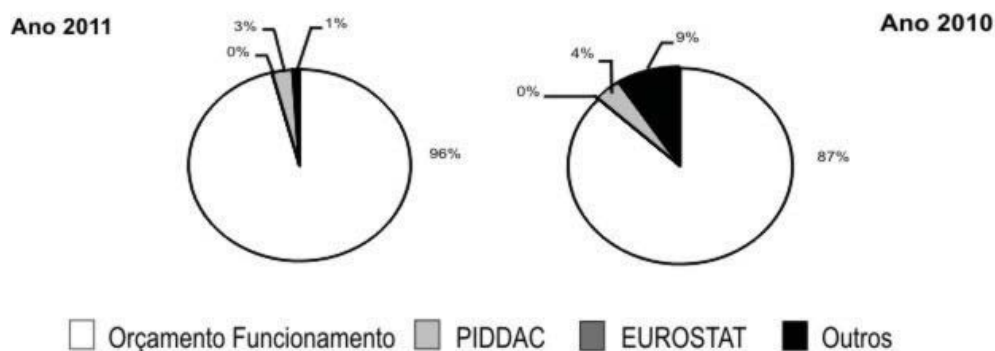
Os **proveitos**, no total de € 67.318.121,30 (€ 44.380.315,99 em 2010) não registam variações significativas, acompanhando desta forma a evolução verificada ao nível dos custos.

Proveitos e Ganhos



Das rubricas mais significativas, a de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos é a que se destaca tendo um peso de 93%, a qual tem a seguinte composição:

Transferências e Subsídios Correntes



2.3. INVESTIMENTOS

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas ascenderam a € 324.992,17, financiadas em € 29.773,49 pelo PIDDAC e em € 295.218,68 pelo Orçamento de Funcionamento/Orçamento do Estado.

Do programa de investimentos merece destaque o montante de € 217.137,89 (66,8%) despendido na área dos sistemas e tecnologias de informação, o qual foi materializado em equipamentos, programação e licenciamentos de software.

As restantes despesas de investimento distribuem-se pelas rubricas de edifícios e outras construções (€ 41.394,98), ferramentas e utensílios (€ 377,70) e equipamento administrativo (€ 66.081,60), as quais representam 12,7%, 0,2% e 20,3% do total, respetivamente.

2.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi de € 215.519,93. (Nota 8.2.32)

Propõe-se a afetação deste resultado à conta de Resultados transitados.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

3.1. RCM Nº 155/2005 (Nº 9), DE 6 DE OUTUBRO

Dando cumprimento ao estipulado no nº 9, da RCM nº 155/2005, de 6 de outubro, são apresentadas as remunerações brutas (principais e acessórias) auferidas pelos membros do Conselho Diretivo:

	Remunerações	Subsídios de Férias e Natal	Representação	Outras Remunerações Certas e Permanentes	Total
Presidente do C. Diretivo (a)	43.155,65	7.189,15	15.891,77	0,00	66.236,57
Vogal do C. Diretivo (b)	29.639,09	9.273,85	12.049,78	27.211,82	78.174,54
Vogal do C. Diretivo (c)	38.233,89	6.359,63	12.049,78	0,00	56.643,30
Totais	111.028,63	22.822,63	39.991,33	27.211,82	201.054,41

(a) e (c) Estatuto do Gestor Público (Empresas do Grupo A, com Grau de Complexidade Nível 2), regime CGA

(b) Vencimento de origem (INE); regime SS; Fundo de Pensões do INE (Nota 8.2.3(j))

3.2. LEI Nº 8/2012 (Nº3 DO ARTIGO15º), DE 21 DE FEVEREIRO

Dando cumprimento ao estipulado no nº 3, do Artigo 15º, da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, informa-se que foram publicitadas no sítio da Internet deste Instituto as seguintes declarações:

a) Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2011

Montante total de recebimentos em atraso: **€ 5.407,01**

Nº	Ano	Classificação Económica	Devedor NIF	Devedor Designação	Descrição	Valor	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento
1	2007	0701039902	506632938	Município de Paredes de Coura	Venda de publicações	229,58	
2	2008	0701039902	212800710	Susana Ramos	Venda de publicações	30,00	
3	2010	0701039902	501294996	Município de Loures	Venda de publicações	8,43	
4	2011	0701039902	500792615	Caixa Económica Montepio Geral	Venda de publicações	32,00	
5	2011	0701039902	506101347	Instituto Ciências Sociais Univ. Lisboa	Venda de publicações	2.660,00	
6	2011	0701039902	503458759	VLM Consultores	Venda de publicações	48,80	
7	2011	0701039902	506087000	Município de Cantanhede	Venda de publicações	47,80	
8	2011	0701039902	502177101	Município da Lourinhã	Venda de publicações	47,80	

9	2011	0701039902	506173968	Município do Seixal	Venda de publicações	156,00
10	2011	0701039902	504884620	Município de Beja	Venda de publicações	132,30
11	2011	0701039902	501305580	Município da Figueira da Foz	Venda de publicações	47,80
12	2011	0701039902	505170876	Município de Lagos	Venda de publicações	47,80
13	2010	0801999902	504293125	Município de Odivelas	Comparticipação despesas	1.570,85
14	2011	0801999902	500119953	Francisco Marques Rodrigues SA	Venda papel para reciclagem	314,60
15	2011	0701039902	504293125	Município de Coimbra	Venda de publicações	33,25

b) Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2011

Montante total dos pagamentos em atraso: € 0,00.

Sem pagamentos em atraso a declarar.

c) Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2011

Montante total dos compromissos plurianuais: € 2.196.705,99

Ano	Montante
2012	2.187.099,18
2013	8.531,04
2014	1.075,77

Lisboa, 13 de abril de 2012

O Conselho Diretivo

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho
Presidente

Maria Helena de Sousa Cordeiro
Vogal

BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS



Relatório e Contas

2011



Balanco

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2011			2010
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13.744.806,64	0,00	13.744.806,64	13.744.806,64
422	Edifícios e outras construções	9.653.811,53	4.205.326,16	5.448.485,37	5.628.108,69
423	Equipamento básico	1.193.283,46	1.171.645,30	21.638,16	41.063,68
424	Equipamento de transporte	384.555,39	384.555,39	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	132.989,76	109.522,82	23.466,94	36.444,07
426	Equipamento administrativo	16.061.247,92	15.075.705,71	985.542,21	64.092,13
428	Equipamento de informática	0,00	0,00	0,00	1.811.833,49
429	Outras imobilizações corpóreas	14.846,64	8.803,06	6.043,58	6.043,57
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		41.185.541,34	20.955.558,44	20.229.982,90	21.332.392,27
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	104.513,24	0,00	104.513,24	76.828,63
33	Produtos acabados e intermédios	368.701,92	342.145,05	26.556,87	67.619,88
		473.215,16	342.145,05	131.070,11	144.448,51
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	114.285,96	263,80	114.022,16	216.712,15
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
262+268	Outros devedores	1.118.094,72	0,00	1.118.094,72	208.971,76
		1.232.380,68	263,80	1.232.116,88	425.683,91
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	0,00		0,00	1.850.953,91
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		0,00		0,00	1.850.953,91
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	775.521,96		775.521,96	1.156.132,94
272	Custos diferidos	674.737,97		674.737,97	615.923,48
		1.450.259,93		1.450.259,93	1.772.056,42
	Total de amortizações		20.955.558,44		
	Total de provisões		342.408,85		
	Total do activo	44.341.397,11	21.297.967,29	23.043.429,82	25.525.535,02

Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira,

Paulo Jorge da Conceição Henriques
(Diretor Adjunto)

Balção

(Valores em euros)

Codigo das Contas POC		Exercícios	
		2011	2010
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20.772.818,99	20.772.818,99
59	Resultados transitados	(5.594.717,78)	(5.549.277,47)
	Subtotal	15.178.101,21	15.223.541,52
88	Resultado líquido do exercício	215.519,93	(45.440,31)
	Total dos fundos próprios	15.393.621,14	15.178.101,21
	Passivo:		
2921	Provisões para riscos e encargos		
	Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	92.674,51
24	Estado e outros entes públicos	3.282,68	20.261,46
219+262+267/8	Outros credores	0,00	664.889,75
		3.282,68	777.825,72
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1.203.476,82	3.118.164,12
274	Proveitos diferidos	6.443.049,18	6.451.443,97
		7.646.526,00	9.569.608,09
	Total do passivo	7.649.808,68	10.347.433,81
	Total dos fundos próprios e do passivo	23.043.429,82	25.525.535,02

O Conselho Directivo,

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

Maria Helena de Sousa Cordeiro

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2011		2010	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		99.928,79		99.000,51
62	Fornecimentos e serviços externos		40.470.079,65		15.928.214,18
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	16.911.886,91		21.189.157,63	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	187.935,00		149.745,00	
645/8	Outros	4.577.788,57	21.677.610,48	5.190.142,58	26.529.045,21
66	Amortizações do exercício	1.426.647,60		1.663.504,36	
67	Provisões do exercício	0,00	1.426.647,60	22.547,03	1.686.051,39
65	Outros custos e perdas operacionais		10.432,79		13.832,79
	(A)		63.684.699,31		44.256.144,08
68	Custos e perdas financeiras:		2.173,62		1.643,48
	(C)		63.686.872,93		44.257.787,56
69	Custos e perdas extraordinários		3.415.728,44		167.968,74
	(E)		67.102.601,37		44.425.756,30
88	Resultado líquido do exercício		215.519,93		(45.440,31)
			67.318.121,30		44.380.315,99

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2011		2010	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	7.130,90		13.459,07	
	Prestações de serviços	865.217,38	872.348,28	1.106.315,13	1.119.774,20
72	Impostos, taxas e outros		69.658,18		36.721,58
	Variação da produção		(248.369,69)		13.494,63
73	Proveitos suplementares		179.817,41		250.517,19
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos		64.472.373,30		41.188.678,45
	(B)		65.345.827,48		42.609.186,05
78	Proveitos e ganhos financeiros		0,00		0,00
	(D)		65.345.827,48		42.609.186,05
79	Proveitos e ganhos extraordinários		1.972.293,82		1.771.129,94
	(F)		67.318.121,30		44.380.315,99
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		1.661.128,17		(1.646.958,03)
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)=		(2.173,62)		(1.643,48)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		1.658.954,55		(1.648.601,51)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		215.519,93		(45.440,31)

MAPAS DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL



Relatório e Contas

2011



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P.

Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
02 0 02 09 00	1011	010102	Órgãos Sociais	115.139,00	115.139,00	0,00	109.563,49
02 0 02 09 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	12.230.868,00	12.230.868,00	0,00	11.568.492,50
02 0 02 09 00	1011	010105	Pessoal além dos quadros	256.598,00	256.598,00	0,00	109.618,72
02 0 02 09 00	1011	010106	Pessoal contratado a termo	298.834,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 09 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	32.661.621,00	32.815.993,16	0,00	28.821.525,63
02 0 02 09 00	1011	010109	Pessoal em qualquer outra situação	72.921,00	72.921,00	0,00	68.320,82
02 0 02 09 00	1011	010111	Representação	250.128,00	250.128,00	0,00	245.885,25
02 0 02 09 00	1011	010112	Suplementos e prémios	1.871.867,00	1.686.867,00	0,00	1.515.150,84
02 0 02 09 00	1011	010113	Subsidio de refeição	641.934,00	809.978,00	0,00	790.057,85
02 0 02 09 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	1.887.625,00	1.830.935,00	0,00	1.658.905,39
02 0 02 09 00	1011	010202	Horas extraordinárias	18.000,00	143.000,00	0,00	113.317,60
02 0 02 09 00	1011	010204	Ajudas de custo	395.084,00	261.434,00	0,00	154.235,65
02 0 02 09 00	1011	010205	Abono para falhas	990,00	1.040,00	0,00	1.035,36
02 0 02 09 00	1011	010212	Indemnizações	0,00	31.600,00	0,00	31.540,08
02 0 02 09 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	31.500,00	31.500,00	0,00	26.013,29
02 0 02 09 00	1011	010301	Encargos com a saúde	331.101,00	347.101,00	0,00	343.512,97
02 0 02 09 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	3.005.798,00	3.344.373,00	0,00	3.247.675,64
02 0 02 09 00	1011	010308	Outras pensões	141.101,00	141.101,00	0,00	140.901,00
02 0 02 09 00	1011	010309	Seguros	1.080.000,00	980.000,00	0,00	909.254,88
02 0 02 09 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	65.000,00	65.000,00	0,00	64.939,02
02 0 02 09 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	80.000,00	94.000,00	16.000,00	73.951,21
02 0 02 09 00	1011	020108	Material de escritório	3.275.000,00	3.260.000,00	655.000,00	1.972.456,92
02 0 02 09 00	1011	020117	Ferramentas e utensilios	7.000,00	16.000,00	0,00	9.775,89
02 0 02 09 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	30.000,00	38.000,00	0,00	32.517,77
02 0 02 09 00	1011	020201	Encargos das instalações	255.000,00	280.000,00	25.500,00	241.077,77
02 0 02 09 00	1011	020202	Limpeza e higiene	350.000,00	350.000,00	35.000,00	299.784,46
02 0 02 09 00	1011	020203	Conservação de bens	500.000,00	393.500,00	50.000,00	309.495,71
02 0 02 09 00	1011	020204	Locação de edificios	520.000,00	520.000,00	0,00	515.880,60
02 0 02 09 00	1011	020205	Locação de material de informática	165.000,00	686.060,00	0,00	657.727,38
02 0 02 09 00	1011	020206	Locação de material de transporte	36.000,00	27.000,00	0,00	23.921,55
02 0 02 09 00	1011	020209	Comunicações	1.104.450,00	928.045,00	110.445,00	474.244,37
02 0 02 09 00	1011	020211	Representação dos serviços	20.000,00	20.000,00	0,00	12.716,70
02 0 02 09 00	1011	020212	Seguros	60.000,00	35.000,00	0,00	25.059,14
02 0 02 09 00	1011	020213	Deslocações e estadas	959.047,00	754.047,00	287.714,00	392.457,06
02 0 02 09 00	1011	020215	Formação	150.000,00	125.000,00	0,00	94.354,53
02 0 02 09 00	1011	020217	Publicidade	3.708.000,00	3.468.000,00	741.600,00	2.678.753,60
02 0 02 09 00	1011	020218	Vigilância e segurança	250.000,00	250.000,00	0,00	232.534,82
02 0 02 09 00	1011	020219	Assistência técnica	600.000,00	411.305,00	0,00	279.326,67
02 0 02 09 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	6.499.390,00	6.499.390,00	1.949.817,00	3.742.050,08
02 0 02 09 00	1011	020225	Outros serviços	575.800,00	452.800,00	172.740,00	108.286,13
02 0 02 09 00	1011	040802	Estágios PEPAC	20.130,00	22.230,00	0,00	22.206,32
02 0 02 09 00	1011	060203	Outras despesas correntes	989.931,00	919.931,00	889.931,00	28.338,16
02 0 02 09 00	1011	070103	Edifícios	0,00	30.000,00	0,00	17.090,85
02 0 02 09 00	1011	070107	Equipamento de informática	1.000.000,00	594.540,00	0,00	99.731,64
02 0 02 09 00	1011	070108	Software informático	0,00	114.400,00	0,00	114.328,50
02 0 02 09 00	1011	070109	Equipamento administrativo	0,00	83.000,00	0,00	64.303,44
02 0 02 09 00	1011	070111	Ferramentas e utensilios	0,00	1.500,00	0,00	379,76
			Subtotal 01	76.510.857,00	75.789.324,16	4.933.747,00	62.442.697,01

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
109.563,49	0,00	109.563,49	5.575,51	5.575,51	0,00	95,2%
11.568.492,50	0,00	11.568.492,50	662.375,50	662.375,50	0,00	94,6%
109.618,72	0,00	109.618,72	146.979,28	146.979,28	0,00	42,7%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
28.821.525,63	0,00	28.821.525,63	3.994.467,53	3.994.467,53	0,00	87,8%
68.320,82	0,00	68.320,82	4.600,18	4.600,18	0,00	93,7%
245.885,25	0,00	245.885,25	4.242,75	4.242,75	0,00	98,3%
1.515.150,84	0,00	1.515.150,84	171.716,16	171.716,16	0,00	89,8%
790.057,85	0,00	790.057,85	19.920,15	19.920,15	0,00	97,5%
1.658.905,39	0,00	1.658.905,39	172.029,61	172.029,61	0,00	90,6%
113.317,60	0,00	113.317,60	29.682,40	29.682,40	0,00	79,2%
154.235,65	0,00	154.235,65	107.198,35	107.198,35	0,00	59,0%
1.035,36	0,00	1.035,36	4,64	4,64	0,00	99,6%
31.540,08	0,00	31.540,08	59,92	59,92	0,00	99,8%
26.013,29	0,00	26.013,29	5.486,71	5.486,71	0,00	82,6%
343.512,97	0,00	343.512,97	3.588,03	3.588,03	0,00	99,0%
3.247.675,64	0,00	3.247.675,64	96.697,36	96.697,36	0,00	97,1%
140.901,00	0,00	140.901,00	200,00	200,00	0,00	99,9%
909.254,88	0,00	909.254,88	70.745,12	70.745,12	0,00	92,8%
64.939,02	0,00	64.939,02	60,98	60,98	0,00	99,9%
73.951,21	0,00	73.951,21	4.048,79	4.048,79	0,00	78,7%
1.972.456,92	0,00	1.972.456,92	632.543,08	632.543,08	0,00	60,5%
9.775,89	0,00	9.775,89	6.224,11	6.224,11	0,00	61,1%
32.517,77	0,00	32.517,77	5.482,23	5.482,23	0,00	85,6%
241.077,77	0,00	241.077,77	13.422,23	13.422,23	0,00	86,1%
299.784,46	0,00	299.784,46	15.215,54	15.215,54	0,00	85,7%
309.495,71	0,00	309.495,71	34.004,29	34.004,29	0,00	78,7%
515.880,60	0,00	515.880,60	4.119,40	4.119,40	0,00	99,2%
657.727,38	0,00	657.727,38	28.332,62	28.332,62	0,00	95,9%
23.921,55	0,00	23.921,55	3.078,45	3.078,45	0,00	88,6%
474.244,37	0,00	474.244,37	343.355,63	343.355,63	0,00	51,1%
12.716,70	0,00	12.716,70	7.283,30	7.283,30	0,00	63,6%
25.059,14	0,00	25.059,14	9.940,86	9.940,86	0,00	71,6%
392.457,06	0,00	392.457,06	73.875,94	73.875,94	0,00	52,0%
94.354,53	0,00	94.354,53	30.645,47	30.645,47	0,00	75,5%
2.678.753,60	0,00	2.678.753,60	47.646,40	47.646,40	0,00	77,2%
232.534,82	0,00	232.534,82	17.465,18	17.465,18	0,00	93,0%
279.326,67	0,00	279.326,67	131.978,33	131.978,33	0,00	67,9%
3.742.050,08	0,00	3.742.050,08	807.522,92	807.522,92	0,00	57,6%
108.286,13	0,00	108.286,13	171.773,87	171.773,87	0,00	23,9%
22.206,32	0,00	22.206,32	23,68	23,68	0,00	99,9%
28.338,16	0,00	28.338,16	1.661,84	1.661,84	0,00	3,1%
17.090,85	0,00	17.090,85	12.909,15	12.909,15	0,00	57,0%
99.731,64	0,00	99.731,64	494.808,36	494.808,36	0,00	16,8%
114.328,50	0,00	114.328,50	71,50	71,50	0,00	99,9%
64.303,44	0,00	64.303,44	18.696,56	18.696,56	0,00	77,5%
379,76	0,00	379,76	1.120,24	1.120,24	0,00	25,3%
62.442.697,01	0,00	62.442.697,01	8.412.880,15	8.412.880,15	0,00	82,4%

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 09 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	316.399,00	316.399,00	0,00	316.399,00
02 0 02 09 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	94.067,00	4.067,00	0,00	4.067,00
02 0 02 09 00	1011	010112	Suplementos e prémios	90.000,00	90.000,00	0,00	90.000,00
02 0 02 09 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	300.000,00	390.000,00	0,00	390.000,00
02 0 02 09 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	125.000,00	125.000,00	0,00	125.000,00
02 0 02 09 00	1011	010308	Outras pensões	47.034,00	47.034,00	0,00	47.034,00
02 0 02 09 00	1011	010309	Seguros	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
02 0 02 09 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	50.000,00	50.000,00	0,00	37.453,02
02 0 02 09 00	1011	060203	Outras despesas correntes	27.500,00	27.500,00	27.500,00	0,00
			Subtotal 02	1.100.000,00	1.100.000,00	27.500,00	1.059.953,02
			F.FIN. 280 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 09 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	600.000,00	600.000,00	0,00	516.000,00
02 0 02 09 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00
02 0 02 09 00	1011	010112	Suplementos e prémios	150.000,00	150.000,00	0,00	150.000,00
02 0 02 09 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	600.000,00	600.000,00	0,00	430.000,00
02 0 02 09 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
02 0 02 09 00	1011	010309	Seguros	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
			Subtotal 03	1.900.000,00	1.900.000,00	0,00	1.396.000,00
			Total Desp. Func. Normal	79.510.857,00	78.789.324,16	4.961.247,00	64.898.650,03
			Desp. Invest. Plano				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
			MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)				
02 9 50 20 00	1011	070103	Edifícios	255.000,00	328.000,00	31.875,00	24.538,50
02 9 50 20 00	1011	070107	Equipamento de informática	30.000,00	30.000,00	3.750,00	0,00
02 9 50 20 00	1011	070109	Equipamento administrativo	8.220,00	8.220,00	1.028,00	5.234,99
			Subtotal 01	293.220,00	366.220,00	36.653,00	29.773,49
			REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)				
02 9 50 20 00	1011	070107	Equipamento de informática	200.000,00	127.000,00	25.000,00	0,00
02 9 50 20 00	1011	070108	Software informático	30.000,00	30.000,00	3.750,00	0,00
			Subtotal 02	230.000,00	157.000,00	28.750,00	0,00
			Total Desp. Invest. Plano	523.220,00	523.220,00	65.403,00	29.773,49
			Total Geral	80.034.077,00	79.312.544,16	5.026.650,00	64.928.423,52

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
316.399,00	0,00	316.399,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
4.067,00	0,00	4.067,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
90.000,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
390.000,00	0,00	390.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
125.000,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
47.034,00	0,00	47.034,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
37.453,02	0,00	37.453,02	12.546,98	12.546,98	0,00	74,9%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
1.059.953,02	0,00	1.059.953,02	12.546,98	12.546,98	0,00	96,4%
516.000,00	0,00	516.000,00	84.000,00	84.000,00	0,00	86,0%
0,00	0,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00	0,0%
150.000,00	0,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
430.000,00	0,00	430.000,00	170.000,00	170.000,00	0,00	71,7%
300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	50.000,00	50.000,00	0,00	0,0%
1.396.000,00	0,00	1.396.000,00	504.000,00	504.000,00	0,00	73,5%
64.898.650,03	0,00	64.898.650,03	8.929.427,13	8.929.427,13	0,00	82,4%
24.538,50	0,00	24.538,50	271.586,50	271.586,50	0,00	7,5%
0,00	0,00	0,00	26.250,00	26.250,00	0,00	0,0%
5.234,99	0,00	5.234,99	1.957,01	1.957,01	0,00	63,7%
29.773,49	0,00	29.773,49	299.793,51	299.793,51	0,00	8,1%
0,00	0,00	0,00	102.000,00	102.000,00	0,00	0,0%
0,00	0,00	0,00	26.250,00	26.250,00	0,00	0,0%
0,00	0,00	0,00	128.250,00	128.250,00	0,00	0,0%
29.773,49	0,00	29.773,49	428.043,51	428.043,51	0,00	5,7%
64.928.423,52	0,00	64.928.423,52	9.357.470,64	9.357.470,64	0,00	81,9%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial (2)	Previsões corrigidas (3)	Receitas por cobrar no Início Ano (4)	Receitas Liquidadas (5)
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição				
02 0 02 09 00	1011	0603010102	Rec. Func. Normal				
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS				
			Transf. Correntes - O.E.	76.510.857,00	76.510.857,00	0,00	62.442.697,01
			Subtotal 01	76.510.857,00	76.510.857,00	0,00	62.442.697,01
02 0 02 09 00	1011	0402049902	F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS				
			Coimas e penalidades	15.000,00	15.000,00	0,00	69.658,18
			Publicações e impressos	12.000,00	12.000,00	0,00	76.863,72
			Serviços	873.000,00	873.000,00	224.740,43	772.745,58
02 0 02 09 00	1011	0801999902	Outras receitas correntes	200.000,00	200.000,00	0,00	290.731,34
02 0 02 09 00	1011	0609019902	Subtotal 02	1.100.000,00	1.100.000,00	224.740,43	1.209.998,82
			F.FIN.280 RECEITA C/ T. SALDOS				
			Transf. Correntes - U.E. Instituições	1.900.000,00	1.900.000,00	103.345,36	2.431.749,74
			Subtotal 03	1.900.000,00	1.900.000,00	103.345,36	2.431.749,74
02 9 50 20 00	1011	1003010102	Total Rec. Func. Normal	79.510.857,00	79.510.857,00	328.085,79	66.084.445,57
			Rec. Invest. Plano				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
			MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)				
02 9 50 20 00	1011	0603010102	Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00
02 9 50 20 00	1011	1003010102	Transf. Capital - O.E	293.220,00	366.220,00	0,00	29.773,49
02 9 50 20 00	1011	0603010102	Subtotal 01	293.220,00	366.220,00	0,00	29.773,49
			REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)				
			Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00
			Transf. Capital - O.E	230.000,00	157.000,00	0,00	0,00
02 9 50 20 00	1011	1003010102	Subtotal 02	230.000,00	157.000,00	0,00	0,00
02 9 50 20 00	1011	1003010102	Total Rec. Invest. Plano	523.220,00	523.220,00	0,00	29.773,49
			Total Geral	80.034.077,00	80.034.077,00	328.085,79	66.114.219,06

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0,00	62.442.697,01	0,00	0,00	62.442.697,01	0,00	81,6%
0,00	62.442.697,01	0,00	0,00	62.442.697,01	0,00	81,6%
0,00	69.658,18	0,00	0,00	69.658,18	0,00	464,4%
0,00	57.063,73	0,00	0,00	57.063,73	19.799,99	475,5%
0,00	907.554,44	0,00	0,00	907.554,44	89.931,57	104,0%
0,00	249.412,24	0,00	0,00	249.412,24	41.319,10	124,7%
0,00	1.283.688,59	0,00	0,00	1.283.688,59	151.050,66	116,7%
0,00	1.458.085,08	0,00	0,00	1.458.085,08	1.077.010,02	76,7%
0,00	1.458.085,08	0,00	0,00	1.458.085,08	1.077.010,02	76,7%
0,00	65.184.470,68	0,00	0,00	65.184.470,68	1.228.060,68	82,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	29.773,49	0,00	0,00	29.773,49	0,00	8,1%
0,00	29.773,49	0,00	0,00	29.773,49	0,00	8,1%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
0,00	29.773,49	0,00	0,00	29.773,49	0,00	5,7%
0,00	65.214.244,17	0,00	0,00	65.214.244,17	1.228.060,68	81,5%

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS
DE CAIXA



Relatório e Contas

2011



Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Recebimentos		
Capítulo	Grupo			
		Saldo da gerência anterior		1.850.953,91
		Execução orçamental		1.850.953,91
		De dot. Orç. OE	0,00	
		De receitas próprias	1.850.953,91	
		Na posse do Serviço	1.850.953,91	
		Na posse do Tesouro		
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		0,00
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Receitas		74.226.303,46
1		Dotações orçamentais (OE)		62.472.470,50
		Orç. Funcionamento	62.442.697,01	
	0603010102	Transf. Correntes Orçamento do Estado	62.146.862,82	
2	1003010102	Transf. Capital Orçamento do Estado	295.834,19	
		Correntes/PIDDAC	0,00	
	0603010102	MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)	0,00	
	0603010102	REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)	0,00	
		Capital/PIDDAC	29.773,49	
	1003010102	MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)	29.773,49	
	1003010102	REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)	0,00	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		2.741.773,67
		Receitas Próprias Correntes	2.741.773,67	
	04.02.04.99.02	Coimas e Penalidades	69.658,18	
	06.03.01.01.02	Transf. Correntes - IFAP	0,00	
	06.09.01.99.02	Transf. Correntes - U. E. Instituições	1.458.085,08	
	07.01.03.99.02	Publicações e Impressos	57.063,73	
	07.02.02.99.02	Serviços	907.554,44	
	08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	249.412,24	
		Recebido do Tesouro em conta de Receitas Próprias		2.455.953,02
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e Outras Entidades:		6.556.106,27
		Receita do Estado	4.370.636,35	
		Operações de Tesouraria	2.185.469,92	
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	4.370.636,35	
		Operações de Tesouraria	2.185.469,92	
		Total		76.077.257,37

Fluxos de Caixa

(Valores em euros)

Código		Pagamentos		
Capítulo	Grupo			
		Despesas		76.077.257,37
		Despesas Orçamentais (OE)		62.472.470,50
1		Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento	62.442.697,01	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	44.887.520,49	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	326.141,98	
	01.03.	Segurança Social	4.706.283,51	
	02.01./02.	Aquisição de Bens e Serviços	12.176.372,36	
	04.	Estágios PEPAC	22.206,32	
	06.	Outras Despesas Correntes	28.338,16	
	07.	Aquisições bens capital	295.834,19	
2		Correntes/PIDDAC	0,00	
		MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)		
	01.	Despesas com pessoal	0,00	
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
		REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)		
	01.	Despesas com pessoal	0,00	
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
2		Capital/PIDDAC	29.773,49	
		MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)		
	07.	Aquisições bens capital	29.773,49	
		REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)		
	07.	Aquisições bens capital	0,00	
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos		2.455.953,02
		Correntes	2.455.953,02	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	1.896.466,00	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	
	01.03.	Segurança Social	559.487,02	
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	0,00	
	07.	Aquisições bens capital	0,00	
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias		4.592.727,58
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado 4.370.636,35		
		Operações de Tesouraria 2.185.469,92		
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:		6.556.106,27
		Receita do Estado 4.370.636,35		
		Operações de Tesouraria 2.185.469,92		
		Saldo para a gerência seguinte		0,00
		Execução orçamental		0,00
		De dot. orçamentais OE 0,00		
		De receitas próprias 0,00		
		Na posse do Serviço 0,00		
		Na posse do Tesouro 285.820,65		
		De receita do Estado 0,00		
		De operações de tesouraria 0,00		
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado 0,00		
		Total		76.077.257,37

ANEXOS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



Relatório e Contas

2011



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARATERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.) é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e património próprio, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por missão a produção e divulgação da informação estatística oficial, promovendo a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da actividade estatística nacional.

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) a Lei Orgânica do INE (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de agosto) foi revogada e foram publicados o Decreto-Lei nº 166/2007, de 3 de maio, o qual define a actual Lei Orgânica do INE e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de março, a qual define a Estrutura Orgânica do Instituto.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de janeiro de 2003, conforme estipulado no Artigo 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Artigo 60º do citado Diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui parecer às contas emitido por esta comissão.

Dos factos acima referidos não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, que é comparável à informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

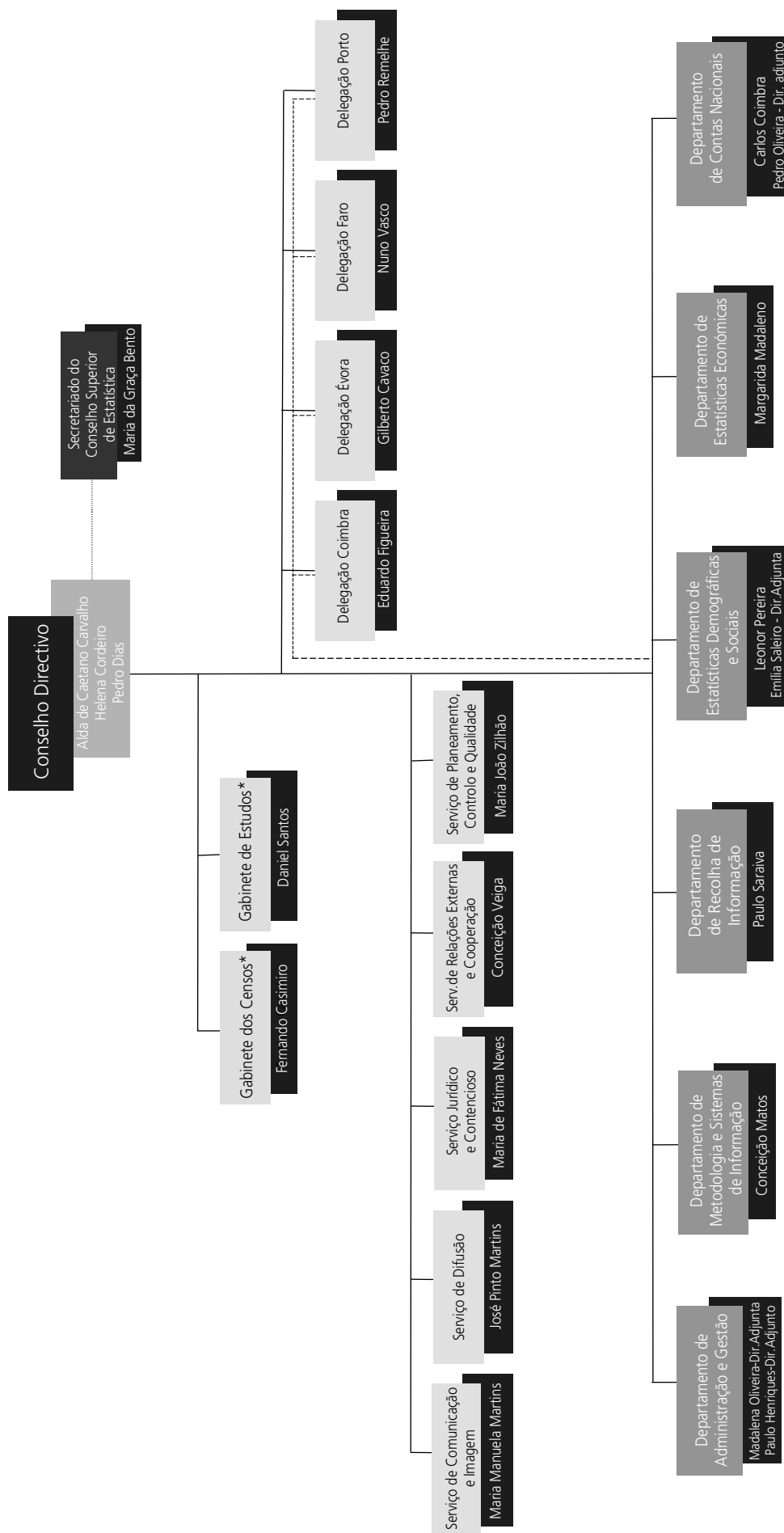
O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a Lei Orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais.

Entre 1989 e 2008 a Lei nº 6/89, de 15 de abril, estabeleceu as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional. Actualmente é a Lei nº 22/2008, de 13 de maio, que estabelece o enquadramento geral da actividade estatística nacional, definindo nomeadamente, os princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional, a sua estrutura e as normas que o regem.

Entre 1989 e 2007 a Lei Orgânica do INE encontrava-se definida no Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de agosto.

Actualmente a Lei Orgânica do Instituto encontra-se definida no Decreto Lei nº 166/2007, de 3 de maio e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de março, estabelece a Estrutura Orgânica do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2011



— Dependência hierárquica

- - - Dependência técnico/funcional

..... Dependência da Vice-Presidente do CSE (Presidente do Conselho Directivo do INE)

* Equipa de Projecto

8.1.4 Descrição sumária das atividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho Diretivo.

8.1.6 Organização contabilística

(a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.

(b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.

(c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extratos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.

(d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.

(e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.

(f) Existe inventário permanente para todas as existências.

(g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento de Administração e Gestão – Área Financeira emitir as devidas instruções.

(h) Existe uma aplicação informática específica, onde se encontram cadastrados todos os bens do ativo imobilizado.

(i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.

(j) A contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:

Conta de Gerência;

Relatório e Contas.

Informação Mensal:

Balancetes do Razão, geral e analítico;

Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;

Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;

Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;

Balancete de execução orçamental (PIDDAC e Funcionamento).

8.1.5 Recursos Humanos à data de 31 de Dezembro de 2011

CATEGORIA	Nº EFEC-TIVOS	RELAÇÃO JUR. EMPREGO			DEPARTAMENTO																			
		QUADRO	TERMO CERTO	REQ./C.S.	O.SOC	JC	CI	PCQ	REC	DI	GE	GC	DES	DEE	DCN	DAG/AF	DAG/RH	GRH	DMSI	DRI	SCSE	GDINE	DELEG	
Pres./Vogais Executivos	3	1		2	3																			
Directores Departamento	5	3		2									1	1	1				1	1				
Director Adjunto	4	4											1		1	1	1							
Chefes de Serviço	30	30				1	1	1	1	1			5	4	5	1	1		6	3				
Delegados	4	4																					4	
Coordenador Projecto	5	5								1	1	1			2									
Chefe de Núcleo	14	14								1					2					11				
Tec. Sup. Estatística	198	198					1	3	2	4	2	4	27	29	41			20	26	36	2			
Tec. Sup. Informatica	52	52									1	1	1		1			3	43	2				
Outros Tec. Superiores	43	43					3		1	2	5		4	3	3	2	6		7	5	2			
Adjuntos de Estatística	197	197						2	1	11	1	1	7	24	20	3	6	1	19	98	2			1
Administrativos	54	54				1	2	1		3			1		1	8	5	2	6	16	1			7
Tec. Prof. Informatica	27	27								4			1	1		2		1	10	7				1
Outros Tec. Profissionais	52	51		1	2	1	1		2	9		1		1	1	1	2	4	4	21				2
Apoio Geral	15	15				2		3								6	1	1						2
TOTALS	703	698	0	5	9	7	7	7	8	38	5	8	49	63	78	24	22	32	122	200	7	0		17

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excepcionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço de Logística do Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira. Ocorrem, no entanto, situações muito pontuais de descentralização, especialmente a nível das Delegações do INE, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos atos de receção.
- (g) Toda a facturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existe separação e segregação das funções de faturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspetos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas refletem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflete, essencialmente, os reembolsos de despesas efetuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, ações de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento

(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e PIDDAC

Devido ao fato da atividade do Instituto ser financiada essencialmente por subsídios do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da conta de Acréscimos e diferimentos. Assim, exceto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização, alienação e abate dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de subsídios recebidos ou a receber do Estado ou receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do EUROSTAT (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h))); e
- Verbas provenientes de candidaturas a fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respetiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão diretamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com exceção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objeto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE calcula as amortizações do imobilizado corpóreo segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas fiscais máximas previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de janeiro. O INE não utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de abril, pelo facto da aplicação deste normativo não originar alterações patrimoniais significativas com impacto nas demonstrações financeiras.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2 % - 25 %
Equipamento básico	10 % - 25 %
Equipamento de transporte	25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	8,33 % - 25 %
Equipamento de informática	10 % - 33,33 %
Outras imobilizações corpóreas	10 % - 33,33 %

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95 % para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80 % para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efetivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100 % para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50 % para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspetiva de risco efetivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber de candidaturas a fundos comunitários no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados faturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no activo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	13.744.806,64	0,00	0,00	0,00	13.744.806,64
Edifícios e outras construções	9.629.819,90	41.394,98	(17.403,35)	0,00	9.653.811,53
Equipamento básico	1.143.073,47	0,00	(11.590,45)	61.800,44	1.193.283,46
Equipamento de transporte	463.239,71	0,00	(78.684,32)	0,00	384.555,39
Ferramentas e utensílios	136.388,87	377,70	(3.776,81)	0,00	132.989,76
Equipamento administrativo	1.984.578,57	66.081,60	(14.322,15)	14.024.909,90	16.061.247,92
Equipamento de informática	17.441.537,31	217.137,89	(3.571.964,86)	(14.086.710,34)	0,00
Outras imobilizações corpóreas	14.846,64	0,00	0	0,00	14.846,64
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	44.558.291,11	324.992,17	(3.697.741,94)	0,00	41.185.541,34

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	4.001.711,21	219.959,54	(16.344,59)	0,00	4.205.326,16
Equipamento básico	1.102.009,43	36.205,48	(11.590,45)	45.020,84	1.171.645,30
Equipamento de transporte	463.239,71	0,00	(78.684,32)	0,00	384.555,39
Ferramentas e utensílios	99.944,80	13.354,83	(3.776,81)	0,00	109.522,82
Equipamento administrativo	1.920.486,44	32.599,37	(14.322,15)	13.136.942,05	15.075.705,71
Equipamento de informática	15.629.703,82	1.124.223,93	(3.571.964,86)	(13.181.962,89)	0,00
Outras imobilizações corpóreas	8.803,06	0,00	0,00	0,00	8.803,06
Totais	23.225.898,47	1.426.343,15	(3.696.683,18)	0,00	20.955.558,44

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira, deste Instituto, a informação referente a este ponto. Dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afetadas, na totalidade, à atividade do INE.

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de dezembro de 2011 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 1.194.769,92 (2010: 3.104.796,83) e correspondem às férias e respetivos encargos vencidos em 2011 e a pagar em 2012 encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de dezembro de 2011 o valor a receber do pessoal ascende a 6.161,76 (2010: 6.271,76) e corresponde, na sua maior parte, a adiantamentos com deslocações.

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	8.028,28	0,00	(7.764,48)	263,80
Provisões para depreciação de existências	549.451,73	0,00	(207.306,68)	342.145,05
Subtotal	557.480,01	0,00	(215.071,16)	342.408,85
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	557.480,01	0,00	(215.071,16)	342.408,85

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efetuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respetivamente.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20.772.818,99	0,00	0,00	20.772.818,99
Resultados transitados	(5.549.277,47)	0,00	(45.440,31)	(5.594.717,78)
Resultado líquido do exercício:				
2010	(45.440,31)	45.440,31	0	0,00
2011	0,00	215.519,93	0	215.519,93
Totais	15.178.101,21	260.960,24	(45.440,31)	15.393.621,14

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di) resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(54.867,77)
Abates no exercício de bens não subsidiados	0,00
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	215.071,16
Variação da Produção	(248.369,69)
Outras situações	303.686,23
Resultado líquido do exercício	215.519,93

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	76.828,63
Compras	124.640,82
Regularização de existências	2.972,58
Existências finais	(104.513,24)
Custos no exercício	99.928,79

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	368.701,92
Existências iniciais	(617.071,61)
Aumentos/Reduções no exercício	(248.369,69)

8.2.35 Repartição, por mercados, do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

Rubricas	M. Interno	M. Externo	Total
Vendas	6.003,09	1.127,81	7.130,90
Prestações de serviços	288.178,11	577.039,27	865.217,38
Totais	294.181,20	578.167,08	872.348,28

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2011	2010		2011	2010
681 - Juros suportados	0,00	0,00	781 - Juros obtidos	0,00	0,00
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	69,09	0,00	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
688 - Outros custos e perdas financeiros	2.104,53	1.643,48	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Resultados financeiros	(2.173,62)	(1.643,48)			
	0,00	0,00		0,00	0,00

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2011	2010		2011	2010
692 - Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	0,00	0,00	793 - Ganhos em existências	2.972,58	1.811,74
694 - Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794 - Ganhos em imobilizações	4.730,64	3.294,32
695 - Multas e penalidades	30,00	0,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	215.071,16	0,00
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	1.578.004,07	148.256,34	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	98.614,95	146.778,37
698 - Outros custos e perdas extraordinários	1.837.694,37	19.712,40	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	1.650.904,49	1.619.245,51
Resultados extraordinários	(1.443.434,62)	1.603.161,20			
	1.972.293,82	1.771.129,94		1.972.293,82	1.771.129,94

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 1.647.995,24 (2010: 1.616.617,36) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

(a) Outros devedores

Rubricas	2011	2010
EUROSTAT	1.077.010,02	103.345,36
Delegações do INE	0,00	39.135,29
Pessoal	30.348,29	21.997,74
Outros	10.736,41	44.493,37
Totais	1.118.094,72	208.971,76

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2011	2010
Candidaturas Regionais	0,00	0,00
Comissão Europeia/Eurostat	775.501,96	1.156.081,04
Outros acréscimos de proveitos	20,00	51,90
Totais	775.521,96	1.156.132,94

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2011	2010
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	4.967.168,07	6.290.711,29
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	114.133,10	160.224,73
Outros proveitos diferidos	1.361.748,01	507,95
Totais	6.443.049,18	6.451.443,97

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2011	2010
Terrenos	0,00	276.001,63
Edifícios e outras construções	3.930.477,18	4.055.232,72
Equipamento básico	21.638,16	41.063,68
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	23.466,94	36.444,07
Equipamento administrativo	985.542,21	1.875.925,62
Outras imobilizações corpóreas	6.043,58	6.043,57
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Totais	4.967.168,07	6.290.711,29

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	6.290.711,29
Reforço (OF e PIDDAC)	324.992,17
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(1.647.995,24)
Outras reduções, por abates	(540,15)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	4.967.168,07

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2011	2010
Orçamento de Funcionamento	62.025.055,23	35.882.905,59
Orçamento do PIDDAC	167,03	595,24
Comissão Europeia/Eurostat	1.785.603,27	1.767.735,66
Candidaturas Regionais/Outros	0,00	3.562.026,24
Especialização de verbas do Orçamento do Estado	661.547,8	(24.584,28)
Totais	64.472.373,30	41.188.678,45

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no ativo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não atualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte formula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20) / 45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos atuariais efetuados por entidade independente, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projetada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2011	2010
Tábua de mortalidade	TV 88/90 (-1)	TV 88/90 (-1)
Tábua de invalidez	75% EVK 80	EVK 1980
Taxa de crescimento dos salários	2%	2%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a cobertura das responsabilidades pelos ativos do Fundo que lhes estão afetos, era como segue:

	2011	2010
Valor atual das responsabilidades por serviços passados	3.836.691,00	3.576.625,00
Valor do Fundo	4.205.270,00	4.057.162,00
Excesso/Insuficiência de cobertura	368.579,00	480.537,00

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2010	3.576.625,00
Custo dos serviços correntes	159.157,00
Custos dos juros	178.484,00
Ganhos Atuariais	(63.666,00)
Pagamento	(13.909,00)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2011	3.836.691,00

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Diretriz Contabilística nº 19.

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
06.03.01.01.02	Receitas Func. Normal						
	F.FIN.110 RECEITAS GERAIS	76.510.857,00	0,00	0,00	0,00	76.510.857,00	
	Tranf. Correntes - O.E.	76.510.857,00	0,00	0,00	0,00	76.510.857,00	
	Subtotal 01						
04.02.04.99.02	F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	
07.01.03.99.02	Coimas e penalidades	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
07.02.02.99.02	Publicações e impressos	873.000,00	0,00	0,00	0,00	873.000,00	
08.01.99.99.02	Serviços	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	
	Outras receitas correntes	1.100.000,00	0,00	0,00	0,00	1.100.000,00	
	Subtotal 02						
06.09.01.99.02	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00	
	Tranf. Correntes - U.E. Instituições	1.900.000,00	0,00	0,00	0,00	1.900.000,00	
	Subtotal 03						
	Total Rec. Func. Normal	79.510.857,00	0,00	0,00	0,00	79.510.857,00	
	Receitas Investimento Plano						
06.03.01.01.02	F.FIN. 111/2 RECEITAS GERAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)						
06.03.01.01.02	Correntes - Orç. Estado	293.220,00	0,00	73.000,00	0,00	366.220,00	
10.03.01.01.02	Capital - Orç. Estado	293.220,00	0,00	73.000,00	0,00	366.220,00	
	Subtotal 01						
06.03.01.01.02	REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.03.01.01.02	Correntes - Orç. Estado	230.000,00	0,00	0,00	-73.000,00	157.000,00	
	Capital - Orç. Estado	230.000,00	0,00	0,00	-73.000,00	157.000,00	
	Subtotal 02						
	Total Rec. Invest. Plano	523.220,00	0,00	73.000,00	-73.000,00	523.220,00	
	Total	80.034.077,00	0,00	73.000,00	-73.000,00	80.034.077,00	

Transferências Correntes - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2011 - Orç. Funcionamento	75.510.857,00	62.146.862,82
Lei do Orçamento de Estado para 2011 - CAPº 50º (PIDDAC):		
MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)	0,00	0,00
REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)	0,00	0,00
TOTAL	75.510.857,00	62.146.862,82

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2011 - Orç. Funcionamento	1.000.000,00	295.834,19
Lei do Orçamento de Estado para 2011 - CAPº 50º (PIDDAC):		
MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)	366.220,00	29.773,49
REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)	157.000,00	0,00
TOTAL	1.523.220,00	325.607,68

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	1 458.085,08	1.077.010,02
	TOTAL	1.458.085,08	1.077.010,02